



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

SULAMITA TORRES DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: AS EEEPS DE
REDENÇÃO E ARACOIABA**

FORTALEZA - CEARÁ

2016

SULAMITA TORRES DE OLIVEIRA

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ: AS EEEPS DE
REDENÇÃO E ARACOIABA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Áreas de concentração: Políticas públicas

Orientador: Prof. Dr. Antônio Germano Junior.

FORTALEZA-CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Sulamita Torres de .

Análise da implantação da política de ensino médio integrado à educação profissional no estado do Ceará: as EEEPE de Redenção e Aracoiaba [recurso eletrônico] / Sulamita Torres de Oliveira. - 2016 .

1 CD-ROM: il.; 4 ¶ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 155 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016 .

Área de concentração: Políticas públicas .

Orientação: Prof. Dr. Antônio Germano Junior..

1. Educação. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Educação Profissional. I. Título.

SULAMITA TORRES DE OLIVEIRA

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO
INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MACIÇO DE BATURITÉ: ÀS
EEEPs DE REDENÇÃO E ARACOIABA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

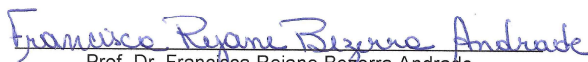
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 01/08/2016

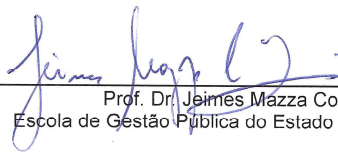
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisca Rejane Bezerra Andrade
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Jaimés Mazza Correia Lima
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP-CE)

Dedico este trabalho ao “meu velho” Juarez Garcia, pelo apoio e pela crença depositados em mim. Que o meu lugar seja sempre ao lado teu.

AGRADECIMENTOS

Querido Deus, desta vez não quero pedir! Quero somente agradecer! Agradeço pela vida, pela família e pelos amigos.

Agradeço de coração às mulheres guerreiras, corajosas, que são o sustentáculo da minha existência neste planeta: Antônia da Silva Torres, minha mãe, e Nilza Garcia da Silva, minha sogra. Obrigada pelo carinho, vocês são minha fortaleza.

Agradeço aos meus filhos, meu maior orgulho, minha vida, um pedaço de mim, que estiveram o tempo todo me incentivando, sempre cuidando de mim.

Agradeço às minhas noras, pelo carinho e pela compreensão, suas palavras de motivação me encheram de energia para dar conta do que parecia impossível.

Agradeço às minhas irmãs e aos meus irmãos, pela amizade sincera e pelas palavras de encorajamento.

Agradeço à minha netinha Ana Beatriz, que muitas vezes, na sua inocência, dizia: “estude, voinha, vou lhe fazer companhia”. Obrigada, meu amor, você muito me motivou.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Antonio Germano Magalhães Junior, por toda a disponibilidade, paciência, rigor, apoio e competência nas orientações.

Agradeço aos companheiros do mestrado, pelo incentivo e companheirismo, em especial à colega Lêda Cabral, pela companhia de todos os dias no trajeto da UECE ao terminal, encurtando minha longa estrada.

Agradeço às Coordenadoras da CREDE8, Jucineide Fernandes e Joyce Santana, e aos Orientadores da CEDEA8, Áurea Martins e Clerto Alves, pela sensibilidade, pelas palavras de incentivo e por me possibilitar a realização do mestrado.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, que sempre compreenderam a importância do mestrado para mim, em especial a Superintendente das EEEPs, Elodina Franco, que sempre disponibilizou documentos para viabilizar minha pesquisa.

Agradeço à comunidade educativa da EEEP Adolfo Ferreira de Sousa e da EEEP Salomão Alves de Moura, por compartilhar comigo seus sonhos, seus desejos, suas expectativas e seus desafios, o que muito me ajudou a entender essa política no âmbito da escola.

Agradeço aos professores Germano Junior, Rejane Bezerra, Horácio Frota, Helena Frota, Alexandre Almeida, Josênio Parente, Hermano Machado, Lia Machado, Liduina Farias, Paulo Cesar Batista, por todos os ensinamentos.

Agradeço ao secretário do Curso de Mestrado, Cristiê Gomes, por todas as vezes em que me ajudou quando eu mais precisava.

Agradeço aos universitários companheiros de viagens, que muitas vezes dividiam ou até mesmo cediam um lugar no ônibus, para que eu me acomodasse melhor durante o percurso todas as noites. Meu sincero agradecimento pelo apoio.

RESUMO

O objeto de investigação deste trabalho é a política pública de ensino médio integrado à educação profissional. A temporalidade estabelecida para este estudo é um recorte a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB nº 9394/96 até o ano de 2014. Nesse recorte, contextualizamos o Decreto nº 2.208/97 à lógica da produção e o Decreto nº 5.154/04 à lógica da educação. O objetivo é compreender como se deu o processo de implantação e desenvolvimento dessa política em duas escolas profissionais no Maciço de Baturité. As fontes utilizadas são as entrevistas realizadas com os gestores, a coordenadora de estágio, os alunos, o superintendente, o orientador da CEDEA8 e o representante da COEDEP; todos atuam no campo da educação profissional e concordaram em participar do presente estudo. Utilizamos os documentos das instituições SEDUC e EEEP. Da SEDUC, o relatório de gestão “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014” e da EEEP o Currículo Escolar “Integração entre as disciplinas do ensino médio e dos cursos técnicos” e o Regimento Interno; todos possuem relação com essa modalidade de ensino. Para essa análise, o referencial teórico-metodológico se compõe dos estudos de Gaudêncio Frigotto (2005), Maria Ciavatta (2005), Marise Ramos (2005) e Acácia Kuenzer (2003), com reconhecida contribuição no que se refere à trajetória da educação profissional no Brasil. Contudo, delineamos esta pesquisa na perspectiva do direcionamento que essa política contribuiu e vem contribuindo para que a juventude cearense seja inserida no mercado de trabalho ou para dar prosseguimento aos seus estudos em nível superior.

Palavras-chave: Educação. Ensino Médio Integrado. Educação Profissional.

ABSTRACT

The research object of this work is the public policy of integrated high school vocational education. The temporality established for this study is an excerpt from the Guidelines and National Framework Law - LDB n. 9394/96 by the year 2014. In that contextualize cut Decree 2.208/97 will logic of production and Decree 5.154/04, will logical education. The goal is to understand how was the process of implementation and development of this policy in two vocational schools in the Massif Baturité. The sources used are the interviews with managers, internship coordinator, students, superintendent, supervisor of CEDEA8 and representative COEDEP, all work in the field of education and agreed to participate in this study. We use the documents of the institutions, and SEDUC EEEP. The SEDUC, the management "Thinking and doing vocational education in Ceará - 2008-2014" report and EEEP the School Curriculum "Integration of high school courses and technical courses" and the Rules of Procedure that are related to this type of education. For this analysis, the theoretical framework is composed of studies Gaudêncio Frigotto (2005), Maria Ciavatta (2005), Marise Ramos (2005) and Acacia Kuenzer (2009) with recognized contribution as regards the history of education in Brazil. However we outlined this research in view of the direction that the policy has contributed and is contributing to the Ceará youth to be inserted in the labor market or to continue their studies at a higher level.

Keywords: Education. Integrated High School. Professional Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	O desenvolvimento da educação profissional no ceará, no decorrer dos anos de 2008 a 2014.....	53
Quadro 2 –	evolução dos alunos da 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a séries do ensino médio das escolas regulares e das escolas estaduais de educação profissional em proficiência em português e matemática.....	87
Quadro 3 –	Relação dos alunos que ingressaram na universidade e/ou inseridos no mercado de trabalho (2014 – 2014.....	124
Tabela 1 –	Padrões de desempenho/spaee.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Alunos com ciclo completo de formação profissional integrada ao ensino médio no Ceará.....	81
Gráfico 2 -	Número de egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho, no Ceará, de 2011 a 2014.....	91
Gráfico 3 -	Número de egressos das escolas estaduais de educação profissional aprovados na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.....	91
Gráfico 4 -	Comparação percentual entre a inserção de egressos das escolas estaduais de educação profissional no mercado de trabalho e aprovação na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.....	93
Gráfico 5 -	Apresentação detalhada em percentual da inserção no mercado de trabalho, da aprovação de alunos em universidades e de ambas as escolhas e representação geral.....	93
Gráfico 6 -	Percentual correspondente entre a área técnica cursada e a atividade profissional desempenhada.....	94
Gráfico 7 -	Percentuais comparativos de interiorização da política de educação profissional nos grupos de municípios de médio e pequeno porte.....	96
Gráfico 8 -	Aprovação na universidade de alunos das escolas estaduais de educação profissional, por natureza jurídica dos estabelecimentos de ensino, nos anos de 2013 e 2014, no Ceará.....	96
Gráfico 9 -	Dados de rendimentos internos das 1 ^{as} séries da AFS de 2008 a 2014.....	117
Gráfico 10 -	Dados de rendimentos internos das 2 ^{as} séries da afs de 2008 a 2014.....	118
Gráfico 11 -	Dados de rendimentos internos das 3 ^{as} séries da afs de 2008 a 2014.....	119

Gráfico 12	Dados de resultados externos (spaece) das 1 ^{as} séries da afs de 2008 a 2015.....	120
Gráfico 13 -	Dados de resultados internos (spaece) das 2 ^{as} séries da afs de 2009 a 2012. Vale destacar que em 2013 na 2 ^a série o resultado foi amostral.....	121
Gráfico 14 -	Dados de resultados internos (spaece) das 3 ^{as} séries da afs de 2009 a 2012, destaque para 2013, que na 3 ^a série o resultado foi amostral.....	121
Gráfico 15 -	Premiação com computadores (spaece+enem) aos alunos da afs de 2008 a 2015.....	123
Gráfico 16 -	Resultados do enem, média geral com e sem a redação da eeep (afs) de 2011 a 2014.....	123
Gráfico 17 -	Rendimentos internos da sam no ano de 2015 e matrícula do ano de 2016.....	126
Gráfico 18 -	Total de educandos que tiraram notas satisfatórias na redação. Enem - 2015. – 1 ^a série do ensino médio na eeep (sam).....	127
Gráfico 19 -	Proficiência em língua portuguesa – 1 ^a série.....	128
Gráfico 20 -	Proficiência em matemática 1 ^a série.....	129
Gráfico 21 -	Resultado geral da escola proficiência em língua portuguesa e matemática – 1 ^a série	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Fluxo de diálogo do(a) superintendente: um elo de fortalecimento na gestão das eeps no ceará.....	75
Figura 2 -	Rota de orientação de estágio 1.....	111
Figura 3 -	Rota de orientação de estágio 2.....	111
Figura 4 -	Rota de orientação de estágio 3.....	111
Figura 5 -	Rota de orientação de estágio 4.....	112
Figura 6 -	Rota de orientação de estágio 5.....	112
Figura 7 -	Rota de orientação de estágio 6.....	112
Figura 8 -	Rota de orientação de estágio 7.....	112
Figura 9 -	Rota de orientação de estágio 8.....	112
Figura 10 -	Rota de orientação de estágio 9.....	113
Figura 11 -	Rota de orientação de estágio 10.....	113
Figura 12 -	Rota de orientação de estágio 11.....	113
Figura 13 -	Rota de orientação de estágio 12.....	114
Figura 14 -	Rota de orientação de estágio 13.....	114
Figura 15 -	Rota de orientação de estágio 14.....	114
Figura 16 -	Rota de orientação de estágio 15.....	114
Figura 17 -	Rota de orientação de estágio 16.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAMATRA	– Associação Nacional de Magistrados Trabalhistas
AMATRA	– Associação dos Magistrados do Trabalho
AFS	– Adolfo Ferreira de Sousa
ANPAE	– Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação
CAED	– Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEB	– Conselho de Educação Básica
SECITECE	– Secretaria da Ciência e Tecnologia Do Ceará
CEDET	– Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico
CEE	– Conselho Estadual de Educação
CEEST	– célula de estágio
CEFET	– Centro Federal de Educação Tecnológica
CPS	– Centro Paula Sousa
CEGEM	– Célula de Gestão de Material
CEJOVEM	– Centros educacionais para a juventude
CENTEC	– Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CNE	– Conselho Nacional de Educação
COEDP	– Coordenadoria de Educação Profissional
CF	– Constituição Federal
CREDE	– Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EAF	– Escolas Agrotécnicas Federais
EEEP	– Escola Estadual de Educação Profissional
EJA	– Educação de Jovens E Adultos
ENEM	– Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	– Escola de Saúde Pública do Ceará
ETF	– Escolas Técnicas Federais
ETICE	– Empresa de Tecnologia Da Informação Do Ceará
FIC	– Formação Inicial e Continuada
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FNDE	– Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFCE	- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia
IFPR	– Instituto Federal do Ceará

ICE	– Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação
INEP	– Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPECE	– Instituto de Pesquisas Econômicas Do Ceará
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
MBTI	– Myers Briggs Test Identificacion
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Escola
POP	– Procedimento Operacional Padrão
PNE	– Plano Nacional de Educação
PPE	– Preparação para Estágio
PPP	– PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
PPPEPT	– Proposta de Políticas Públicas Para A Educação Profissional e Tecnológica
PROCENTRO	– Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental
ProEMI	– Proragama Ensino Médio Inovador
PROEP	– Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	– Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico E Emprego
SAM	– Salomão Alves de Moura
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro E Pequenas Empresas
SECITECE	– Secretaria da Ciência, Tecnologia E Educação Superior.
SEDUC	– Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SEFOR	– Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	– Serviço Social da Indústria
SETEC	– Secretaria de Educação Profissional E Tecnológica
SICE	– Sistema Informatizado Dde Captação De Estágios
SPAECE	– Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica Do Ceará
TEO	– Tecnologia Empresarial Odebrecht
TESE	– Tecnologia Empresarial Socioeducacional
UNESCO	– Organização Das Nações Unidas Para A Educação, Ciência E Cultura

UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB UMA PERSPECTIVA NACIONAL	23
2.1	A LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: INSTRUMENTO QUE DESINTEGRA E INTEGRA ESSA MODALIDADE DE ENSINO.....	25
2.2	O BRASIL E A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: UM PASSO LARGO	37
2.3	POLÍTICA DE FINANCIAMENTO: PACTUAÇÃO QUE AGREGA VALOR SOCIAL.....	38
2.4	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS ORIENTAÇÕES NA FORMAÇÃO DO SER: UMA PERSPECTIVA INTEGRAL E INTEGRADA.....	41
3	O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: A DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA – DE 2008 A 2014	45
3.1	A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: O COMPROMISSO	53
3.1.1	Os números do Ceará na educação profissional: a garantia de 135 EEEP de 2008 a 2014	54
3.1.2	A educação profissional: outras conquistas asseguradas.....	54
3.2	INVESTIMENTOS REALIZADOS DE 2008 A 2014: POSSIBILIDADE NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO DE JOVENS AO ENSINO PROFISSIONAL INTEGRADO NO CEARÁ.....	55
3.3	A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ E AS PARTICULARIDADES DETALHADAS DE 2008 A 2014.....	56
3.3.1	Em 2008: o propósito do Governo do Estado com o desenvolvimento integrado do ensino médio com o ensino técnico	56
3.3.2	Em 2009: a estruturação organizacional	61
3.3.3	Em 2010: a produção da primeira versão dos “referenciais para as escolas de educação profissional”	62
3.3.4	Em 2011: EEEP padrão MEC, potencializando a qualidade da	

	formação profissional.....	67
3.3.5	Em 2012: revisando e reformulando o currículo dos cursos implantados.....	69
3.3.6	Em 2013: a consolidação dos cursos	63
3.3.7	Em 2014: democratizando a informação, ferramenta de cidadania .	76
3.4	A PERSPECTIVA DE UM CURRÍCULO INTEGRADO NAS EEEPS DO CEARÁ: DIALOGANDO SABERES ENTRE TEORIA E PRÁTICA ..	79
3.5	POLÍTICA DE FORMAÇÃO NAS EEEPS: UMA NOVA VISÃO DE GESTÃO ESCOLAR.....	82
3.5.1	Formando gestores: contribuindo e qualificando para o uso das ferramentas gerenciais.....	83
3.5.2	Formando professores técnicos: capacitar docentes para promover visão abrangente.....	84
3.6	AS EEEPS NO CEARÁ: REGISTRANDO SEU DESENVOLVIMENTO E APONTANDO INDICATIVOS E TENDÊNCIAS EM CONSTRUÇÃO ..	85
3.6.1	A EEEP no Ceará e o SPAECE: avançando na proficiência em português e matemática.....	86
3.6.2	Alunos diplomados: sonhos realizados	88
3.6.3	Na EEEP surgem as oportunidades: no mercado de trabalho e na universidade.....	90
3.7	O CAMINHO PERCORRIDO E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NO CEARÁ: REFAZENDO A MEMÓRIA.....	97
4	AS EEEPS NO MACIÇO DE BATURITÉ: OS DIFERENTES CONTEXTOS.....	102
4.1	A EEEP NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, PRÉDIO ADAPTADO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS.....	106
4.1.1	Trabalho integrado: foco na aprendizagem.....	116
4.2	NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA, ESCOLA PADRÃO MEC: UM JEITO NOVO DE CAMINHAR	125
4.2.1	Resultados iniciais: perspectiva de crescimento	127
4.3	AS EEEPS NO MACIÇO DE BATURITÉ: COMO PENSAM OS DOIS GESTORES	130
4.3.1	Dialogando com educandos, expectativas, sonhos e projetos de	

	vida: o que pensa cada um	141
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICES.....	153

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação destina-se a uma análise do processo de implantação e desenvolvimento da política de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará. O trabalho tem por objetivo compreender a funcionalidade desse processo em duas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Maciço de Baturité, uma funcionando em um prédio adaptado desde sua implantação, em 2008, e a outra inaugurada em 2015, a chamada Escola Padrão MEC.

O foco será o estudo documental do currículo integral das duas escolas estaduais de educação profissional no Maciço de Baturité, a fim de, primeiramente, compreender a oferta do ensino técnico e outras formas de preparação para o trabalho e para o ingresso no nível superior na conclusão do curso e, em seguida, verificar se o projeto pedagógico é único, com proposta curricular e matrícula única.

Inicialmente, apresento a política de Educação Profissional Nacional, fazendo um recorte temporal a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB nº 9.394/96, e descrevo a experiência do Ceará a partir da criação dos Centros Educacionais para a Juventude - CEJOVEM em agosto de 2008, até as mais recentes Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, implantadas em 2014. E, finalmente, verifico como se efetivou a implantação dessa política em duas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Maciço de Baturité.

A delimitação adotada justifica-se pela importância que tem sido dada à educação profissional no setor público, pela possibilidade em atender essa última etapa da educação básica, pela oportunidade em integrar ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais de cidadania e do trabalho e pelo fato de estar lidando com a juventude, essa categoria social, principalmente a classe trabalhadora, que ao longo da história percebe-se que esteve sempre na contramão desses dois direitos, à educação e ao trabalho.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará tiveram um rito de implantação sob a perspectiva de três contextos distintos: O primeiro diz respeito às 25 primeiras escolas implantadas em agosto de 2008, que, pelo período de sua implantação, no início do segundo semestre letivo, utilizaram-se de prédios adaptados. O segundo contexto foi no ano seguinte, embora funcionando em prédios adaptados, mas iniciando um novo ano letivo, houve toda uma seleção para

a escolha dos gestores e professores e para a entrada de alunos nessas escolas. O terceiro contexto foi em 2010; embora ainda permaneçam em funcionamento as escolas adaptadas, foi nesse ano que se iniciou a inauguração das Escolas Padrão MEC, diferenciadas das demais, construídas especialmente para atender à oferta da Educação Profissional em tempo integral.

Percebe-se que essa política no Estado do Ceará visa possibilitar aos alunos dessa última etapa da educação básica atender ao que está explicitado na missão de cada EEEP – “Integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica através de educação acadêmica de excelência, formação para o mundo do trabalho, práticas e vivências em protagonismo juvenil” (CEARÁ, 2013, p. 2).

Examino os financiamentos que viabilizam e possibilitam a consolidação da política, bem como os programas e projetos que dão corpo ao currículo da escola profissional, proporcionando aos educadores desenvolverem ações pedagógicas que facilitem a aprendizagem.

E, finalmente, analiso o currículo da EEEP, os cursos ofertados, a formação dos gestores e dos educadores, os avanços por meio de indicadores internos e externos e o que agrega ano a ano (2008 – 2014) para a consolidação da política.

O critério utilizado para analisar as duas EEEPs foi a estrutura física, uma escola adaptada e outra padrão MEC. Com esse critério, pôde-se analisar os resultados acadêmicos dos estudantes, fazendo comparativo entre as duas escolas dentro do contexto da política no estado do Ceará.

Este estudo foi desenvolvido a partir de análise documental. A análise dos dados, a pesquisa bibliográfica e os depoimentos obtidos através de entrevistas semiestruturadas, complementando as fontes documentais, é que formarão o corpo da dissertação.

A entrevista semiestruturada, segundo Ludke e André (1986), é a “que mais se adapta aos estudos em ambientes educacionais e apresenta um esquema mais livre”. Constatei essa flexibilidade no momento de aplicar os questionários aos vários segmentos dentro e fora da unidade escolar. Foram entrevistados, na EEEP Adolfo Ferreira de Sousa, o Gestor, uma Coordenadora de Estágio e dez alunos que estão cursando a 3ª série (última etapa da educação básica), por estarem concluindo um ciclo, bem como inseridos no campo de estágio. Na EEEP Salomão

Alves de Moura, foi entrevistada a Gestora, que iniciou sua gestão na EEEP de Redenção, em um prédio adaptado, e hoje está em Aracoiaba, em uma escola Padrão MEC, e pôde dar sua opinião sobre os dois contextos, e dez alunos da 2ª série, por ser uma escola com apenas dois anos de atividades. Na CEDEA8, entrevistei o Orientador da célula de Ensino e a Superintendente, que acompanha as duas EEEPs na região do Maciço de Baturité.

Utilizamos das categorias educação, ensino médio integral e educação profissional, com foco na formação integral e integrada dos educandos, trazendo para o campo da investigação a perspectiva quantitativa e qualitativa, esta última para tornar compreensíveis os critérios internos e externos no contexto da pesquisa. Como bem explica Demo:

As características apresentada pela pesquisa qualitativa afirma que os critérios internos seriam a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação. Aponta como critério externo de cientificidade, a intersubjetividade, significando a ingerência da opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar de demarcação científica. (DEMO, 1986, p. 17)

Para compor a pesquisa, foram consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática a ser pesquisada, como Gaudêncio Frigotto (2005), Maria Ciavatta (2005), Marise Ramos (2005) e Acácia Kuenzer (2003).

Organizei meu trabalho da forma que se segue. No primeiro capítulo, retomo a trajetória da educação profissional brasileira à luz de suas marcas originais: a característica economicista, que se associa muito fortemente à dinâmica do mercado de trabalho e, nessa perspectiva, aponta a educação profissional como um meio de preparar as pessoas para esse mercado, e a característica da dualidade, que a situa como a educação que é destinada à classe trabalhadora. Percebi que o ponto de partida, para a discussão que proponho, deveria situar-se nessa perspectiva, levando-se em consideração o recorte histórico com o advento da LDB nº 9.394/96. A forma e a intensidade das discussões com o surgimento dos Decretos Federais nº 2.208/97 e nº 5.154/04 levaram-me a essa decisão.

O Ceará ganha destaque no desenvolvimento das políticas públicas da educação profissional. É preciso situar nossa análise e discussão na questão da implantação e do desenvolvimento dessa política que vem sendo conduzida na rede pública estadual e, no caso particular que nos interessa, pela Secretaria de Educação Básica – SEDUC. Destinei o segundo capítulo para uma reflexão sobre

esse momento da experiência do Ceará a partir dos CEJOVENS, criados em agosto de 2008, até as EEEPs, implantadas em 2014, com algumas particularidades que serão abordadas no detalhamento dos ajustes realizados ano a ano.

Os fatos, as relações que se manifestam no cotidiano das escolas profissionais é que vão nos permitir entender se as políticas ali implantadas dão conta em atingir o objetivo para as quais foram pensadas, desenhadas e implantadas. Por isso, no terceiro capítulo, dou a palavra aos protagonistas da escola, sejam eles gestores, professores ou alunos. Dos que ouvi, procurei acolher atentamente sua manifestação, sobre seu momento vivido em uma escola de tempo integral profissional, seja em prédio adaptado ou em escola padrão MEC.

Na conclusão, revejo em síntese o caminho percorrido, tento extrair o que é mais significativo, levando em consideração a discussão proposta. Tendo esse caminho traçado, espero sinceramente que a comunidade educativa das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará para as quais as políticas foram traçadas, com o compromisso e empenho do Governo do Estado, por meio da SEDUC, possa de fato dar a resposta a qual está explicitada em sua missão – “Garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno” (SEDUC, 2013, p. 2). Por fim, apresento as considerações finais decorrentes do trabalho.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB UMA PERSPECTIVA NACIONAL

Neste capítulo, foi desenvolvida uma análise da trajetória da educação profissional brasileira à luz de suas marcas originais: a primeira delas é a característica economicista, que se associa muito fortemente à dinâmica do mercado de trabalho e, nessa perspectiva, aponta a educação profissional como um meio de preparar as pessoas para esse mercado; a segunda característica é a da dualidade, que a situa como a educação que é destinada à classe trabalhadora e aos filhos da classe trabalhadora.

Verificamos, ainda, no contexto da legislação brasileira, o percurso histórico da educação profissional a partir da Constituição Federativa do Brasil (1988), até o período compreendido entre 2011 a 2014, ora sendo reconhecida ou não como modalidade de ensino, integrando o Ensino Médio à Educação Profissional no Brasil.

A análise foi pautada nas categorias: educação, ensino médio e educação profissional, a partir de leitura realizada que envolveu as relações históricas, abordando, principalmente, o impacto na qualificação profissional dos jovens e sua ascensão social.

Contextualizar o momento histórico, antes, durante e após a implantação de uma política pública e, neste caso específico, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, requer um olhar crítico no sentido de entender como se deram as discussões, os embates, as contribuições e quais atores figuram nesse momento tão importante para o desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil.

Destacamos, dentro da legislação brasileira, no que tange às discussões em torno da Educação Profissional: A Constituição Federal de 1988; a criação da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); o Decreto nº 2.208, aprovado em 17 de abril de 1997 (no que se refere à Educação Básica, passa a existir a dualidade entre Ensino Médio e Educação Profissional, ou seja, separação obrigatória contra a corrente progressista no período compreendido entre 1995-2002); o Decreto nº 5.154, de 7 de julho de 2004, que, além de revogar o Decreto nº 2.208/97, embora mantendo a oferta dos cursos técnicos concomitante e subsequente, trouxe de volta a possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de nível médio, a partir de 2003.

Nesse contexto, interpretaremos a Lei nº 11.741/08 que inclui na LDB, Lei nº 9.394/96, no Capítulo II do Título V, uma seção que é denominada “Da Educação Profissional Técnica de nível médio”, e, finalmente, uma reflexão sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal, em 2011, com a Lei nº 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

Entretanto, a essas reflexões soma-se o resgate que se faz necessário à Lei nº 5.692/71, que, à época, reconheceu a integração do Ensino Profissionalizante ao sistema regular de ensino e estabeleceu a equivalência entre os cursos profissionalizante e o ensino propedêutico, para fins de prosseguimento de estudos, e tornou de maneira compulsória, técnico-profissional, todo o currículo do segundo grau, estabelecendo aí um novo paradigma: formar técnicos sob o regime de urgência. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas, implantam novos cursos técnicos e apontam a predominância do ensino específico sobre o geral. Com isso, os estudantes do ensino técnico eram prejudicados em sua formação ampla, o que gerou insatisfação na sociedade.

Tecendo um comentário importante nesse contexto é que a atual LDB nº 9.394/96 possibilita ao estudante ter um ensino sem que haja sobreposição da base técnica sobre a base comum. A forma de articulação integrada possibilita um diálogo entre as bases e que o estudante não seja prejudicado no prosseguimento dos estudos.

Alguns fatores foram responsáveis pela obrigatoriedade da profissionalização no segundo grau, conforme Moura (2010):

Os fatores surgiram por força do interesse da população por uma escolaridade mais elevada e o governo com interesse em direcioná-la por meio da oferta da profissionalização, inseri-los no mercado de trabalho. Naquele período o mercado estava em expansão em função dos elevados índices de desenvolvimento. (MOURA, 2010, p. 67)

Essa é a lógica da produção: cada período marcado por interesses do capital e fortemente atingindo a classe popular.

A Lei nº 5.692/71 parece trazer algumas vantagens: uma delas é o primeiro grau em oito anos obrigatórios, a outra é a integração entre ensino técnico e secundário. O que poderia ser vantagens não passava de aparências, só causou ao

país grandes prejuízos à educação. O ensino obrigatório de oito anos não se efetivou, pela escassez de recursos materiais, pela falta de financiamento e pela falta de infraestrutura para atender aos cursos ofertados. Principalmente por causa disso, a Lei nº 5.692/71 foi perdendo gradativamente sua aplicabilidade. Sobre esse assunto, Moura (2010) coloca:

A velha dicotomia entre educação básica e educação profissional ressurgiu no âmbito da legislação claramente reafirmando, mais uma vez, a oferta do ensino propedêutico como via de acesso ao ensino superior e o ensino profissional como via de acesso ao mercado de trabalho. (MOURA, 2010, p. 67)

Percebe-se, portanto, que, naquele período, poucos estudantes tinham acesso ao nível superior, as escolas profissionalizantes subtraíam deles um conhecimento amplo, com isso retiravam-lhe esse direito. Diante disso, na conjuntura atual da nova LDB, buscarei analisar se o Estado do Ceará, ao implantar a política pública do ensino médio integrado à educação profissional, assume características daquilo que foi delineado pelo ensino profissional nacional a partir da Lei nº 11.741/08, que é a formação integral e integrada do sujeito, garantindo-lhe, dessa forma, o acesso ao mundo do trabalho bem mais preparado, bem como se assim desejar prosseguir com seus estudos.

Nesse contexto, percebemos a necessidade da universalização dessa política, que tem sua importância pelos avanços alcançados, mas ainda não é garantia de atendimento a todos. Percebe-se que o não acesso a essa modalidade de ensino tira do estudante o direito a uma educação vinculada à melhoria das condições de mão-de-obra, com acesso ao trabalho qualificado, em que haja transformação social que atenda às necessidades do mundo do trabalho, sem perder de vista o indivíduo como centro do processo.

2.1 A LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: INSTRUMENTO QUE DESINTEGRA E INTEGRA ESSA MODALIDADE DE ENSINO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205¹, reconhece que a educação é um “direito de todos” e tem como objetivo o “pleno desenvolvimento da

¹ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dessa forma, entende-se que, na educação profissional, deveria ser garantido o pleno desenvolvimento da pessoa, porém o que assistimos antes e depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 é um conjunto de fatores que não contribuem de forma efetiva para o exercício da cidadania, quando o trabalho assume caráter exploratório sem as condições necessárias de qualificação na perspectiva da garantia de direitos.

A prescrição legal da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mostra claramente a intenção em vincular a Educação Profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com o objetivo de conduzir o “cidadão a um permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39) na sociedade do trabalho e do conhecimento. Para isso, requer que a educação profissional seja desenvolvida não só no espaço escolar, mas que esteja articulada com o mercado de trabalho.

No Ceará, Andrade (2010), em uma pesquisa denominada “A Política de Educação Profissional no Brasil e no Ceará: O desafio da articulação do ensino médio com a educação profissional”, analisa as implicações das mudanças no mundo do trabalho para a educação profissional no Brasil e a reforma efetivada no ensino médio e na educação profissional nos governos de FHC e Lula.

Direciona o olhar para os desafios que o Decreto nº 5.154/04 promoveu para as escolas e os sistemas públicos estaduais, focalizando a atual proposta de ensino médio integrado com a educação profissional da rede estadual de ensino no Estado do Ceará. Andrade afirma que:

Como portador do saber, do conhecimento, da experiência e da qualificação, ele tem condições de intervir no processo produtivo, podendo trazer inovações que favorecem a permanência da empresa no mercado. (ANDRADE, 2010, p. 2)

Dito isso, compreende-se a formação do ser integral e integrada numa perspectiva de mudança real como fator determinante de crescimento pessoal e profissional do ser humano.

Para Tuppy (2007), na LDB, os caminhos legais da formação profissional poderão ocorrer de duas formas:

Incorporando à organização do ensino formal, particularmente no ensino médio; outra também passível de certificação, que é desenvolvida nos

ambientes de trabalho, mas não exclusivamente nele. (TUPPY, 2007, p. 111)

Dito isso, a autora mostra as possibilidades que se tem em trabalhar a formação profissional do indivíduo no caso da integralidade, seja na educação formal ou até mesmo no desenvolvimento da atividade, desde que essa formação contribua para o crescimento integrado, gerando mudanças significativas na vida em sociedade.

Na LDB, está explícito que, quando se trabalha com a educação profissional, tem-se a necessidade de fazer a conexão da educação com o mundo da produção material; a educação está dentro do trabalho e pelo trabalho, assim, a educação retorna como aprendizado.

Nesse contexto, tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), apresentam a “Educação profissional” na confluência de dois direitos fundamentais do indivíduo: o direito à educação e o direito ao trabalho (PARECER CNE/CEB Nº 39/04). Assim, Tuppy, Zarco e Lima relacionam “direito à educação” e “direito ao trabalho” a uma liberdade que leva o indivíduo a conquistar pelo conhecimento direitos que vão além do individualismo em uma sociedade democrática.

Assim, a educação liberta na medida em que leva o indivíduo a refletir e dar novo significado ao que faz, pensando no bem coletivo e, sobretudo, na apropriação dos conhecimentos que venham a intervir no meio em que vive.

Para Zarco (2006), “a educação é um direito humano, um bem público, e a primeira responsabilidade do Estado é garantir esse direito a todos”. Tendo esse direito garantido pelo Estado, Lima (2003) vai mais além quando afirma que é pela educação que se pode compreender o direito fundamental de liberdade:

Direitos existem que guardam obviamente as mesmas características do direito à liberdade, já que dele derivativos, valendo, entretanto, destacar a educação como um deles, pois, sem ela, sequer se terá a compreensão do significado do direito fundamental de liberdade. (LIMA, 2003)

Nesse sentido, a educação passa a ter papel relevante, quando sai da ótica da prestação de serviços para desenvolver a formação humana na dimensão social, fazendo com que o indivíduo seja capaz de se perceber como cidadão autônomo, livre para participar, buscar compreender e garantir seus direitos, previsto na Constituição Federal de 1988.

No Capítulo II, “Dos Direitos Sociais”, no Artigo 6º da CF/88², enfatiza-se a educação como direito fundamental de natureza social, ou seja, trata-se de uma dimensão para além dos interesses individuais – um bem comum que integra um conjunto de direitos sociais.

No final dos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990, quando, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre no Congresso Nacional o processo que culmina com a entrada em vigor da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³, quase não há mais 2º grau profissionalizante no país, com exceção das escolas Técnicas Federais (ETF), das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e de poucos sistemas estaduais de ensino. Nos embates travados no processo de tramitação da CF de 1988, a lógica do mercado prevaleceu, pois o setor privado conquistou a livre interferência na educação, confirmada posteriormente pela LDB nº 9.394/96 (MOURA, 2010, p. 70).

Nesse momento, o país estava saindo de um período ditatorial e tentando reconstruir o estado de direito, em que os conflitos eram de grandes proporções em torno de projetos societários distintos. Na esfera educacional, a principal polêmica era o conflito entre os que advogavam por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e os defensores da submissão dos direitos sociais em geral e, particularmente, a educação à lógica da prestação de serviços (Documento Base, MEC, 2007, p. 16).

Dito isso, percebe-se que a educação e, de modo particular, a profissional esteve sempre na mira dos conservadores, de forma que a superação dessa afirmativa vem ganhando força na democracia, buscando desenvolver o conhecimento que gera reflexão e, dentro do trabalho, oportuniza crescimento individual e em grupo.

A Lei nº 9.394/96 – LDB ganha ainda mais notoriedade em relação à educação profissional, quando a ela, no Capítulo II do Título V, através da Lei nº

² Constituição Federal de 1988, Capítulo II, “Dos Direitos Sociais”, no Artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, **o transporte**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

³ A LDB - Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil (agora sendo obrigatória para crianças a partir de quatro anos); ensino fundamental; ensino médio (estendendo-se para os jovens até os 17 anos). Além de outras modalidades do ensino, como a educação especial, indígena, no campo e ensino à distância.

11.741/08⁴, é incluída uma seção que regulamenta a oferta da “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, desde então passou a constituir-se modalidade de ensino médio, proporcionando a este grau de ensino a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas. Nesse momento, a educação profissional deixa de ser um apêndice e passa, de fato, a incorporar a educação básica.

A Lei nº 9394/96 - LDB objetiva superar o enfoque assistencialista e o preconceito social apresentado nas primeiras legislações de educação profissional do Brasil, fazendo uma intervenção social para tornar-se um dispositivo de favorecimento à inclusão social.

A Lei nº 9.394/96 - LDB, em seu artigo 22:

Reconhece o ensino médio como uma etapa da escolarização que tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (artigo, 22, LDB, 9394/96).

E, ao mesmo tempo, a referida Lei, no seu artigo 35, coloca o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, e tem como finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

⁴ Lei nº 11.741/08: Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. (Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008).

Lei nº 11.741/08: inclui no capítulo II do Título V uma seção que regulamenta a oferta da “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”. Seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”. Nessa seção são acrescentados os Artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. Na mesma direção, o Capítulo III do Título V teve sua redação atualizada por força da mesma Lei, denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica”.

No Artigo 39 da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008).

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A finalidade no inciso II do artigo 35 da LDB destaca a preparação para o trabalho como condição do cidadão de exercer sua cidadania, que, acima de qualquer coisa, prima pelo seu aperfeiçoamento, dando-lhe condição de não ser um mero executor de tarefas, mas, sobretudo, que valorize a força do trabalho como produto de uma aprendizagem significativa.

Para Pereira (2000), o Ensino Profissional na Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compreende as seguintes possibilidades:

[...] A Educação Profissional será destinada não somente aos alunos matriculados ou egressos do Ensino Fundamental, Médio e Superior, mas também, ao trabalhador em geral, jovem ou adulto, que optar por esta modalidade de ensino. Esta poderá ser ministrada em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho, oferecendo certificados para prosseguimento ou conclusão de estudos, avaliados através do conhecimento adquirido. Oferecerá também, além de seus cursos regulares, cursos abertos para a comunidade, aproveitando a capacidade profissional dos interessados e não somente o nível de escolaridade. (PEREIRA, 2000, p. 22)

Nesse contexto, a educação profissional abrange de forma mais completa a população jovem e adulta, procura atendê-la, valorizando o itinerário formativo do indivíduo, aproveitando a capacidade de cada um independentemente do ambiente e da escolarização.

Em 17 de abril de 1997, surge o Decreto nº 2.208/97⁵, que dissociava a Educação Profissional da Educação Básica e Superior, sob a perspectiva de preparar para o mercado de trabalho, e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), com função de reestruturar a Rede Federal, sob a perspectiva da oferta educacional, da gestão e das relações empresariais e comunitárias, para torná-la competitiva no chamado mercado educacional. Com esse projeto, as instituições citadas anteriormente receberam recurso através do PROEP para se reestruturarem e buscarem arrecadar, a partir dos serviços prestados à comunidade, com o intuito de se autofinanciar. Dessa forma, o Estado aos poucos se eximiria da sua função, que era custear a manutenção.

⁵ O Decreto nº 2.208/97 regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2007).

No mesmo sentido, a Portaria nº 646/97⁶ determinou a redução da oferta do ensino médio no país, com plena vigência até 2003, até a revogação por meio da Portaria nº 2.736/03. Estudos apontam que a intenção dos promotores dessa reforma era extinguir a vinculação das instituições federais de educação tecnológica com a educação básica, daí o fato de que a Rede Federal teve sua expansão limitada.

Ainda sobre o Decreto nº 2.208/97, Ramos (2010) afirma:

A educação profissional idealizada teria por objetivo formar o maior número possível de mão-de-obra especializada em um menor número de tempo, seguindo assim, os preceitos liberais a partir dos quais o mercado em si é o fator mais importante. (RAMOS, 2010)

Outra crítica feita pelos educadores a esse decreto aponta a separação entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, observando que essa separação pôde acentuar de forma significativa a dualidade entre a educação geral e a educação profissional.

Para Frigotto (2010):

O decreto nº 2.208/97, reestabeleceu o dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, destruindo, de forma autoritária, o pouco ensino médio integrado existente, mormente da rede Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. Inviabilizou-se, justamente e não por acaso, os espaços, como sinaliza Saviani (2003), onde existiam as bases materiais de desenvolvimento da educação politécnica ou tecnológica. Ou seja, aquela que oferece os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e das diferentes dimensões da vida humana. (FRIGOTTO, 2010, p. 32)

Assim, o autor coloca quão perversa foi a vigência desse decreto para a educação do nosso país, visto que induziu veementemente a separação, distanciando a classe popular cada vez mais da educação geral, levando o indivíduo à mecanização, sem possibilidades de mudanças.

O Decreto nº 2.208/97 opõe-se à lógica da Lei nº 5.692/71, no que diz respeito à obrigatoriedade da profissionalização no ensino médio. O mesmo decreto forçou o sistema de ensino a ofertar o ensino médio de forma propedêutica e dificultou a profissionalização nesse ensino médio, sem, contudo, proibir a manutenção de cursos na modalidade ensino médio profissionalizante.

⁶ Portaria MEC nº 646/97. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica), de 14 de maio de 1997. (BRASIL, 1997)

Para Kuenzer (2003):

Se alguma unidade federada decidisse manter a versão integrada poderia fazê-lo com o apoio da LDB; o preço dessa decisão, contudo, seria não receber recursos do convênio firmado pelo Banco Mundial. (KUENZER, 2003, p. 7)

A autora coloca a possibilidade de a educação e, no caso aqui específico, a educação profissional estar sempre refém do capital, para, assim, em segundo plano, pensar no cidadão de forma que esse servisse apenas e exclusivamente aos interesses do desenvolvimento econômico do país.

Para Frigotto (2005):

O Decreto nº 2.208/97 e outros instrumentos legais – como a portaria 646/97 vem não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das [...] necessidades do mercado. (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005, p. 25)

Com isso, o autor nos coloca a lógica de mercado ou lógica da produção. Esta última fortalece a primeira, sendo fortemente usada no período de vigência desse decreto. Além do que o decreto separou definitivamente a base técnica da base comum.

Frigotto e Ciavatta (2003) ainda argumentam que a “era FHC [...] foi um retrocesso tanto no plano institucional e organizativo quanto, e particularmente, no âmbito pedagógico” (FRIGOTTO; CIAVATA, 2003, p. 93).

Com essa argumentação e referendado pelos instrumentos legais, dentre eles o Decreto nº 2.208/97, a referida “era” foi a que mais se aplicou à lógica da produção, haja vista a brusca separação do ensino propedêutico e do técnico, promovendo a dualidade.

No plano institucional, foi a limitada expansão da Rede Federal, que, segundo Cunha (2005), a União só poderia criar novas unidades para o ensino técnico mediante “parcerias com os estados, municípios, setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino” (CUNHA, 2005, p. 256). Já no âmbito pedagógico, entende-se que houve proliferação, em uma expansão sem precedentes, de cursos superiores de tecnologia na iniciativa privada, sem controle muito eficiente sobre a qualidade desses cursos.

Sobre o assunto, Ramos analisa o panorama neoliberal da política relacionada à educação:

Somadas a essas reformas estruturais, a política curricular desenvolvida com a participação do Conselho Nacional de Educação esteve afinada aos preceitos da flexibilidade e do individualismo que tomaram espaços na sociedade ao final do século XX, sob a égide de neoliberalismo econômico e da cultura pós-moderna. Assim a identidade conferida ao ensino médio, baseava-se na função clara de desenvolver a pessoa humana por meio a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania, remetendo o ensino técnico – sua antiga vertente profissionalizante – a cursos isolados. A educação profissional foi regulamentada como modalidade própria de ensino, independente dos níveis escolares, porém com eles articulados. (RAMOS, 2010, p. 46)

Na mesma linha, Frigotto, Ciavata e Ramos (2005) destacam que, no período de 1995 a 2002, a educação básica assumia “o ideário pedagógico do capital ou do mercado”, representando, dessa forma, uma regressão, o que restabelecia o dualismo entre educação e trabalho, ferindo os princípios da politecnicidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 13).

A esse respeito, a pesquisadora Cêa (2006) destaca:

Na prática, o decreto serviu como mais um instrumento da política educacional do período que contribuiu para a institucionalização de um sistema paralelo de formação profissional que, embora pudesse se articular com o sistema regular de ensino – apenas concomitante ou seqüencial, mas não de forma integrada, era dele imprescindível. Tal desarticulação, presente na história da educação há tempos, vinha ocorrendo de forma paralela e, até certo ponto, marginal ao sistema educacional público. A partir de 1997, essa dualidade passa a ser uma orientação legal e uma prescrição oficial, a ponto da educação profissional configurar-se, predominantemente, como um subsistema no interior do próprio sistema público de educação, voltado para a formação do trabalhador, sem a promoção da elevação dos níveis de escolaridade. Dessa forma, com o Decreto 2.208/97, o Estado brasileiro, como agente condutor da política educacional pública, divide o protagonismo da condução desse “novo paralelismo” com outros sujeitos políticos do setor privado. A opção da política educacional pública entre as diversas possibilidades de organização da educação profissional, especialmente nas redes estaduais, foi clara: prevaleceu a oferta de cursos básicos – independentes de escolaridade prévia e de cursos técnicos, concomitantes e seqüenciais, ocasionando a quase extinção, em todo o país, da oferta de cursos de ensino médio de caráter profissionalizante. (CÊA, 2006, p. 3)

Dentro dessa análise, o referido decreto apresenta-se como um instrumento da política educacional que colaborou para a institucionalização de um sistema paralelo de formação profissional, mesmo fazendo a articulação com o sistema regular de ensino, seja na forma concomitante ou subsequente.

Nesse contexto Souza, Ramos e Deluiz (2007) colocam que o Decreto nº 2.208/97 estabeleceu as seguintes funções da Educação Profissional no Brasil:

i) Qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independentemente do nível de escolaridade que possuam no momento de seu acesso; ii) habilitar jovens e adultos para o exercício de profissões de nível médio e de nível superior; e iii) atualizar e aprofundar conhecimentos tecnológicos voltados para o mundo do trabalho. Essas atribuições estariam condensadas, respectivamente, nos níveis básicos, técnico e tecnológico da educação profissional, prevendo-se ainda, cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização técnica. (SOUZA; RAMOS; DELUIZ, 2007, p. 31)

O mesmo decreto, em seu artigo 5º, ainda define que: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida exclusivamente de forma concomitante ou subsequente”. No parágrafo único do mesmo artigo, estabelece-se um limite de 25% do total da carga horária mínima do ensino médio para o “aproveitamento no currículo da habilitação profissional”. Na prática, esse limite constituía uma clara herança da mentalidade ditada pela Lei nº 5.692/71, ou seja, a predominância do ensino específico sobre o geral. Com isso, os estudantes do ensino técnico eram prejudicados em sua formação ampla.

Finalmente, o Decreto nº 2.208/97 desfrutava de um duplo sentido trazido no § 2º do artigo 36⁷ – Seção IV do Capítulo II, e do artigo 40⁸ do Capítulo III, relacionados à educação profissional contidos na LDB. Esses dispositivos legais evidenciam que quaisquer possibilidades de articulação entre o ensino médio e a educação profissional podem ser realizadas, assim como a completa desarticulação entre eles. Esse era o objetivo do decreto, consolidar a separação entre ensino médio e educação profissional. Em todo esse contexto, no que se refere à educação básica, o que ficou explícito legalmente com o Decreto nº 2.208/97 foi a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional, com todas as consequências que isso representou nesse recorte da história da educação profissional no país.

⁷ Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

⁸ Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Durante o período que antecedeu a aprovação do Decreto nº 5.154/04⁹, ao longo do ano de 2003 até meados de julho de 2004, houve grande efervescência nos debates relativos à relação entre o ensino médio e a educação profissional. Esse processo resultou em uma significativa mobilização dos setores educacionais vinculados ao campo da educação profissional, principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores da área de trabalho e educação, na perspectiva de conferir ao ensino médio uma identidade que possa contribuir para a formação integral dos estudantes, voltada para a superação da dualidade histórica entre cultura geral e cultura técnica.

A Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (PPPEPT), apresentada no início de 2003 pelo Governo Federal, trouxe os princípios norteadores para o desenvolvimento da educação no Brasil. O documento destaca “o compromisso em reduzir as desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica e a uma escola pública de qualidade” (BRASIL, 2003, p. 6).

Além do mais, esse documento estabelece que os princípios da educação profissional no Brasil deverão desenvolver-se sob os seguintes aspectos: Integração ao mundo do trabalho, interação com outras políticas públicas, recuperação do poder normativo da LDB, reestruturação do sistema público de ensino médio técnico e compromisso com a formação e valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2003, p. 6).

A convergência dos debates relativos à educação profissional tem como desfecho a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a aprovação do Decreto nº 5.154/04, mantendo a oferta dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, trazidos pelo Decreto nº 2.208/97, tendo o mérito de trazer de volta a possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Frigotto (2005) analisa o processo de criação do Decreto nº 5.154/04 e aponta os seguintes elementos:

No âmbito da elaboração das políticas para o Ensino Médio e para a Educação profissional, a revogação do Decreto nº 2.208/97, tornou-se emblemática da disputa e a expressão pontual de uma luta teórica em termos de pertinência político pedagógica do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Isto passou a exigir uma postura política: ou manter-

⁹ Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências (BRASIL, 2004).

se afastado do processo, movimentando-se na crítica, buscando criar forças para um governo com opção e força de corte revolucionário. Ou entender que é possível trabalhar dentro das contradições do Governo que possam impulsionar um avanço no sentido de mudanças estruturais que apontem, no mínimo, realisticamente, o efetivo compromisso com um projeto nacional popular de massa. Foi dentro da segunda postura, sem negar nossas posições teóricas e compreendendo que estávamos num governo que se move no âmbito de uma democracia restrita, que as sucessivas versões da minuta de decreto que recebeu o nº 5.154/04 foram geradas, com uma complexa acumulação de forças, com a participação de entidades da sociedade civil e de intelectuais. (FRIGOTTO, 2005, p. 4)

Nesse contexto, destaca-se que a maior contribuição que o Decreto nº 5.154/04 trouxe para a educação profissional foi a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica, de maneira a propiciar aos jovens, segundo o MEC (2007):

Uma formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos. (Documento Base, MEC, 2007, p. 24-25)

Sendo assim, destacamos que o Decreto nº 2.208/97 trazia uma abordagem que visava dissociar a formação intelectual da formação para o trabalho, o que caracterizava o sistema dual. Já o Decreto nº 5.154/04 visa explicitamente a formação para o trabalho e a formação intelectual, conjugando conhecimento e prática. O primeiro se pauta na lógica da produção, e o segundo na lógica da educação.

Ainda sobre esse assunto, Ramos (2010) coloca:

O papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isso significa explicar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos. (RAMOS, 2010, p. 44)

Nesse contexto, a autora resgata o papel da educação, a possibilidade de desenvolver nos indivíduos a diversidade de habilidades para melhor interagir com o desenvolvimento do trabalho, e não mais o fazer por fazer, sem promover mudanças individuais, mas principalmente coletivas.

Ao regulamentar a oferta da educação profissional no país, o Governo Federal cria a política de financiamento, com o intuito de incentivar os estados a

investirem nessa modalidade de ensino, e ainda promove a ampliação e a interiorização da Rede Federal de ensino técnico e tecnológico, criando vários Institutos Federais espalhados por todo o país.

2.2 O BRASIL E A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: UM PASSO LARGO

Para exemplificar a expansão da Rede Federal de educação profissional, seguem alguns dados comparativos: Entre 1909 e 2002, foram construídas 140 unidades, melhor configurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, compreendidos aí 93 anos, quase um século.

Em 2005, com a publicação da Lei nº 11.195/05, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Também nesse ano acontece a transformação do CEFET no estado do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, primeira Universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

Em 2006, é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino públicas e privadas. No mesmo ano, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional, realizou conferências em 26 estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08/11/06, na 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes. Foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história.

Em 2007, há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final do ano de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional. Em síntese: o cenário até 2002 da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi de 140 instituições;

com o plano de expansão compreendido entre 2005 e 2010, são mais 214 novas unidades; isso mostra um crescimento de 152% da Rede Federal em apenas 07 anos. (SEDUC, 2008, p. 9)¹⁰

Percebe-se que, na agenda do Governo Federal, a expansão da rede federal de educação profissional a partir de 2003 esteve sempre em pauta, visto a quantidade de prédios entregues às mais diversas regiões do país, oferecendo à população brasileira condições de acesso à educação profissional em locais nunca antes imaginados. Muito embora o prédio físico chegasse ao alcance da população brasileira, os equipamentos nele instalados não eram suficientes para dar o suporte necessário aos cursos, como, por exemplo, laboratório para o desenvolvimento de determinados cursos.

2.3 POLÍTICA DE FINANCIAMENTO: PACTUAÇÃO QUE AGREGA VALOR SOCIAL

A política de financiamento articulada com a regulamentação da educação profissional possibilitou que estados e municípios, ao fazerem a adesão, possam capitanear recursos para desenvolver políticas públicas, desde que estejam alinhadas ao projeto nacional. Dentre os vários programas, trazemos para essa reflexão o Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado¹¹, um programa de assistência técnica e financeira que incentiva a ampliação da oferta do ensino médio integrado à educação profissional, conforme o artigo 2º¹² do mesmo Decreto.

A partir de 2003, começaram a repercutir no país as mudanças relacionadas aos rumos que estava tomando a educação profissional. Sobre isso, Ramos (2010) analisa:

A nova maneira de compreender a educação profissional, qual seja, não como um sistema paralelo, mas organicamente relacionada com a

¹⁰ Informações obtidas no Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará. (SEDUC, 2008, p. 9)

¹¹ Artigo 1º. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil profissionalizado, com vistas a estimular o Ensino Médio integrado à Educação Profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. (Decreto nº 6.302/07, p. 1)

¹² Artigo 2º. O Programa Brasil Profissionalizado prestará assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional mediante seleção e aprovação de propostas, formalizada pela celebração de convênio ou execução direta, na forma da legislação aplicável. (Decreto nº 6.302/07, p. 1)

educação básica, traz implicações importantes quanto à responsabilização dos sistemas de ensino na sua oferta, em razão tanto da articulação da formação inicial e continuada com a EJA, quanto da integração da formação técnica com o ensino médio na modalidade EJA, podem ou mesmo devem articulá-los com a educação profissional, precisando dispor, então, de estrutura física e de recursos financeiros para esse fim. Igualmente podendo oferecer o ensino médio técnico, não faz sentido que se financie somente a formação geral, mas também a formação específica que assegura a educação profissional técnica de nível médio. (RAMOS, 2010, p. 51)

Já sinalizam, nesse momento, a importância dessa política pública que deixa de ser um atendimento paralelo como já aconteceu anteriormente para ser totalmente integrada articulando-se com a educação básica inclusive na política de financiamento garantindo dessa forma uma ação conjunta alinhada ao projeto nacional.

O Programa Brasil Profissionalizado foi concebido para reestruturar as redes públicas estaduais de educação profissional integrada ao ensino médio, porém o que predomina nessa relação é o termo articulação, como podemos ver nos incisos III, V, VII, que versam sobre os objetivos do programa, expressando a defesa de que a formação profissional seja, principalmente, “articulada” à educação básica. O termo “integração”, que deveria ser fortemente empregado, aparece apenas no inciso IV, desvinculando-se do seu objetivo primordial, que é integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

O Decreto ainda aponta a necessidade de:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II – desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de jovens e adultos;
- VIII – fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio. (BRASIL, 2007)

Em 2011, o Programa Brasil Profissionalizado foi direcionado para compor a estrutura de um novo programa: O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que visa articular financiamento e concepção de formação, envolvendo todos os programas e todas as ações do MEC voltados para a educação profissional. Entretanto, esse novo Programa indica

elementos de financiamento para os Institutos Federais e a iniciativa privada, priorizando a oferta de cursos subsequentes e de formação inicial básica, o que sinaliza elementos de mudança do Programa Brasil Profissionalizado inserido dentro do PRONATEC. Isso não inviabiliza sua ação dentro do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de nível médio.

O PRONATEC tem por objetivos:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011)

Dentre os defensores do Brasil Profissionalizado, Colombo (2009) afirma:

Que este programa traz consigo novas concepções de educação profissional, além da integração de ensino, já contempladas na LDB e no Decreto 5.154/04, pois, o Programa apresenta uma perspectiva democrática quando sugere que esta formação seja destinada a todos os cidadãos como forma de preparação para o mundo do trabalho. Coloca a permanente elevação da escolaridade como central na oferta da modalidade e propõe a criação de itinerários formativos para incentivar o retorno dos jovens e adultos à escola. (Colombo 2009)

Dessa forma, o autor traz uma reflexão relativa à contribuição que esse programa agrega na preparação dos jovens para o moderno mundo do trabalho, considerando a continuidade dos estudos, bem como oportunizando que outros jovens voltem a sonhar com a possibilidade de voltar a aprender não só um ofício, mas se envolver com as diferentes formas de cultura.

Portanto, os programas de financiamento do Governo Federal citados aqui, como Programa Brasil Profissionalizado e PRONATEC, visam firmar convênios com os estados, garantem verbas para a construção de escolas profissionais de nível médio, as chamadas Escolas Padrão/MEC, e a construção de laboratórios

técnicos para garantir o bom funcionamento dos cursos em escolas adaptadas, ou seja, aquelas escolas que receberam a proposta inicialmente, antes da construção das Escolas Padrão/MEC.

A partir do Decreto nº 5.154/04, a modalidade de educação profissional vem ganhando espaço, no sentido de aprimorar cada vez mais essa oferta, utilizando-se de estratégias integradoras, buscando atingir os objetivos propostos.

2.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS ORIENTAÇÕES NA FORMAÇÃO DO SER: UMA PERSPECTIVA INTEGRAL E INTEGRADA

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 8.035/10, Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020), em relação ao ensino médio, determina a universalização do atendimento e a elevação da taxa de escolarização líquida dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, de acordo com a Meta nº 3:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento nesta faixa etária. (BRASIL, 2010)

Conhecendo que cada uma das metas vem acompanhada das respectivas estratégias que buscam atingir os objetivos propostos, das 12 estratégias elencadas para o atingimento da Meta 3 (três), citamos, aqui, a estratégia de número 6 (seis), que, se bem trabalhada contempla a que se propõe a educação profissional.

Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho. (BRASIL, 2010)

O “Documento Base” lançado pelo Ministério da Educação detalha como se deu a revogação do Decreto nº 2.208/97 pelo já citado Decreto nº 5.154/04, em meio à “grande efervescência nos debates relativos à relação entre o Ensino Médio e a Educação profissional”. Sobre esse documento, Frigotto (2005) tece algumas considerações:

O documento é fruto de um conjunto de disputas e, por isso mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos

setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas. Sabemos que a lei não é a realidade, mas a expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade. Ou interpretamos o Decreto como um ganho político e, também, como sinalização de mudanças pelos que não querem se identificar com o *status quo*, ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado. O avanço na educação mais completa, na formação humana que defendemos para jovens e adultos trabalhadores não se dará apenas pela contestação aos seus elementos de acomodação aos diferentes interesses que se enfrentaram durante sua elaboração e que continuam ativos na sua possível implementação. Há que se dá historicidade ao debate e à ação. A história nos coloca num terreno contraditório da dialética de velho e do novo de lutarmos contra a ideologia e democracia burguesa, no espaço restrito desta democracia burguesa em que vivemos. (FRIGOTTO, 2005, p. 4)

Esse é um documento que indica o surgimento de um instrumento legal, fruto de ideias progressistas e conservadoras, que marcam a história da educação profissional no país, movida por forças contraditórias, trazendo de volta a possibilidade de contribuir com uma educação emancipatória.

Para Santos (2007),

As reformas educacionais ocorridas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva pautaram a reformulação de políticas para o Ensino Médio entre a formação geral e a formação tecnológica. Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o ensino médio centrou-se num ensino propedêutico, de formação geral, discursado como “ensino médio para a vida”, separando a educação profissional do ensino regular. Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, retomou-se a idéia de formação integral, tecnológica, buscando integrar a educação profissional com o ensino médio. (SANTOS, 2007)

Percebe-se que esses dois momentos marcaram significativamente a política de educação no país, principalmente a educação profissional, cada governo com seus ideais, o primeiro seguindo a lógica da produção, e o segundo, a lógica da educação.

O Parecer do CNE/CEB nº 39/04 deixa claro que tanto a Lei nº 9.394/96 – LDB, quanto o Decreto nº 5.154/04, regulamentador da Educação Profissional, não admitem mais essa dicotomia maniqueísta que separa a teoria da prática. Ele deixa claro que, na adoção da forma integrada, o estabelecimento de ensino não estará ofertando dois cursos à sua clientela. Trata-se de um único curso, com projeto pedagógico único, com proposta curricular única e com matrícula única, orientado para o cumprimento simultâneo das finalidades estabelecidas, tanto para a Educação Profissional Técnica de nível médio quanto para o Ensino Médio, como etapa de conclusão da Educação Básica.

Assim, Ramos (2005, p. 122) afirma que “A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”.

Desse modo, a interpretação é dada como consequência dessa simultaneidade prevista pelo Decreto nº 5.154/04, não se pode, portanto, organizar esse curso integrado com duas partes distintas, a primeira concentrando a formação do Ensino Médio e a segunda, de um ano ou mais, como formação de técnico. Um curso assim seria, na realidade, a forma concomitante ou subsequente travestida de integrada. Esse procedimento, além de contrariar o Decreto nº 5.154/04, representaria um retrocesso pedagógico, reforçando a indesejada dicotomia entre conhecimentos e sua aplicação, ou seja, “teoria e prática”.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005):

A modalidade de ensino “Educação Profissional Técnica de nível médio” é vista como uma solução transitória e viável: transitória porque é fundamental que se avance numa direção em que deixe de ser um luxo o fato dos jovens das classes populares poderem optar por uma profissão após os 18 anos de idade; e viável porque “o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para uma nova realidade”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 43)

Nesse sentido, a Resolução nº 6/12, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no seu artigo 5º, apresenta sua finalidade também relacionada à formação humana, quando afirma que:

Os cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais. (Resolução nº 6/12, p. 2)

Nesse contexto, ProEMI, Documento Orientador (2014):

Orientam que as ações propostas para o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional Técnica de nível médio deverão considerar o trabalho, a Ciência, a Cultura e a Tecnologia como dimensões indissociáveis da formação humana e eixo articulador conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. (ProEMI, Documento Orientador, 2014, p.8)

Assim, todas as orientações que envolvem essa modalidade de ensino têm uma direção na formação do ser integral e integrado. Integral porque, como já

dizia Aristóteles, “Educar a mente sem educar o coração não é educação”, e integrada quando proporciona ao indivíduo compreender e relacionar tudo o que está à sua volta.

Todas as abordagens apresentadas neste capítulo têm a intenção de buscar uma reflexão acerca de como se deu o processo histórico do fortalecimento e também do retrocesso dessa modalidade de ensino, amparada na legislação brasileira, que, por forças de correntes de pensadores e estudiosos em educação, lançou um olhar para essa parcela da população, contribuindo no sentido de que se pensasse o ensino médio integrado não mais como adestramento, mas compreendendo, sobretudo, que a ciência e a técnica estão presentes em todas as profissões, devolvendo a esperança a todos aqueles que há décadas vêm lutando por uma educação profissional pública, gratuita, de qualidade, voltada ao aprendizado significativo e à emancipação dos sujeitos envolvidos nos processos educativos.

Muito se tem ainda que pesquisar, aprofundar as discussões em relação a essa modalidade de ensino, “educação profissional”, principalmente a articulação na forma integrada.

Diante da apresentação desse recorte histórico da educação profissional no contexto nacional, seguiremos fazendo uma análise da política de educação profissional no estado do Ceará, observando se a política pública no contexto estadual assume características daquilo que foi delineado pelo Ensino Profissional Nacional.

3 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: A DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA – DE 2008 A 2014.

No presente capítulo, abordamos como se deu a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional, uma política pública que visa ampliar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará.

Descrevemos a experiência do Ceará a partir das primeiras escolas criadas, em agosto de 2008, até as implantadas em 2014, com algumas particularidades que serão abordadas no detalhamento dos ajustes realizados ano a ano.

Apontamos qual o diferencial da política de educação profissional técnica integrada ao ensino médio implantada no Estado do Ceará, seus avanços e desafios.

Desse modo, contextualizamos a instituição SEDUC, que tem como tarefa principal desenvolver um projeto educacional que atenda às necessidades do mundo do trabalho, sem perder de vista a centralidade no indivíduo, a partir de uma proposta de formação integral (SEDUC, 2013, p. 7) cujo empenho é dar resposta ao que está explicitado em sua missão – “garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno”.

A SEDUC foi criada pelo Decreto-Lei nº 1.440, de 12 de dezembro de 1945, constituindo-se como um órgão da Administração Direta Estadual. Seu desenho organizacional apresenta-se de forma descentralizada, por meio das chamadas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE), num total de 20, além da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR). Tal desenho regionalizado viabiliza, de forma sistêmica, a descentralização da política estadual de educação.

Segundo o Decreto nº 30.282¹³, de 04 de agosto de 2010, a SEDUC dispõe de um organograma que contempla quatro níveis de órgãos:

- Direção Superior
- Gerência Superior
- Órgãos de Assessoramento vinculados à Direção e Gerência Superiores;

¹³ O Decreto nº 30.282/10 aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria da Sducação (SEDUC), e dá outras providências. (CEARÁ, 2010)

- Órgãos de Execução Programática; Órgãos de Execução Instrumental; Órgãos de Execução Local e Regional.

Constituindo os Órgãos de Execução Programática, tem-se a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), instituída em 2010, que tem como uma de suas responsabilidades orientar as escolas na implementação da proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Compete à Coordenadoria de Educação Profissional, segundo o artigo 21 do Decreto nº 30.282/10:

I - definir o modelo de gestão e pedagógico das Escolas de Educação Profissional e implementá-los em articulação com a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e Instituições colaboradoras;

II - coordenar as diversas áreas, garantindo a integração dos resultados pactuados e a sustentação e continuidade da rede de Escolas de Educação Profissional;

III - definir objetivos, metas e o padrão de funcionamento da rede de escolas em tempo integral com oferta de educação profissional e garantir, em articulação com a CREDE e SEFOR, a infraestrutura física, recursos materiais, e insumos que permitam as Escolas Estaduais de Educação Profissional, o desenvolvimento satisfatório de suas atividades;

IV - fomentar o desenvolvimento de perfil protagonista e empreendedor dos alunos do ensino médio das Escolas Estaduais de Educação Profissional;

V - contribuir com a formação de jovens, no âmbito das Escolas de Educação Profissional, imbuídos de uma visão ético-política, capazes de serem líderes em processos de mudanças, participando criativa e solidariamente no encaminhamento e resolução de questões que dizem respeito ao bem comum. (CEARA, 2010)

Ainda contextualizando a estrutura organizacional da SEDUC, a COEDP, responsável pela orientação da implantação da proposta nas escolas, está constituída por três Células: Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico – CEDET; Célula de Estágios – CEEST; e Célula de Gestão de Materiais – CEGEM (CEARÁ, 2010).

O ensino médio, por ser a etapa final da educação básica, adquire relevância, pois é o momento em que o educando tem a oportunidade de aprofundar conhecimentos e habilidades que contribuirão para o seu progresso no trabalho e para a continuidade do seu aprendizado formal.

Nesse sentido, constitui-se, no âmbito da educação pública, um arcabouço jurídico institucional que favorece o desenvolvimento de uma política educacional articulada ao mundo do trabalho. O Decreto nº 5.154/2004, ao revogar o de nº 2.208/97, mantém a oferta dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, reapresentando a possibilidade de integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, já mencionado no capítulo 1 desta dissertação.

Para contextualizar a oferta no Estado do Ceará, destacamos que o Decreto nº 5.154/2004, atualmente em vigor, estabelece, assim, as seguintes modalidades de cursos técnicos:

- Integrada, ofertada para os que já tenham concluído o ensino fundamental, em que o curso proporciona a habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, com matrícula única para cada aluno;
- Concomitante, ofertada para os que já tenham concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, existindo uma relação de complementariedade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, com matrículas distintas para cada curso;
- Subsequente, ofertada para aqueles que tenham concluído o ensino médio.

A alteração de alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996) pela Lei nº 11.741/2008 fortalece a institucionalização da integração da educação profissional técnica de nível médio com a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica. O Estado do Ceará, na rede de escolas profissionais, optou pela forma articulada integrada, conforme o Decreto nº 5.154/04.

No Ceará, em 2005, Nibon (2014), em estudo denominado “O processo de implantação e expansão da rede de Escola Estadual de Educação Profissional no Estado do Ceará (2008-2014): um olhar investigativo”, relata que a oferta de cursos técnicos era realizada pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC

(qualificado como Organização Social), pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) e pelo Sistema S¹⁴.

Juntas, essas organizações eram:

[...] responsáveis por aproximadamente quarenta e cinco por cento do atendimento. O restante era ofertado na rede privada. Além dessa estrutura, o Estado conta com a Escola de Saúde e Ambiente Pública que oferece cursos técnicos para formação em serviço para os profissionais que já trabalham na rede de assistência básica de Saúde e Ambiente do Estado, conseqüentemente, não atende à demanda dos alunos matriculados no ensino médio. (NIBON, 2014, p. 19)

Continuando, a referida autora aponta que, segundo dados da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Ceará - SECITECE, em 2005,

[...] havia uma oferta de cento e quinze cursos técnicos, nos quais estavam matriculados 14.606 jovens e adultos, representando apenas três e meio por cento dos alunos matriculados no ensino médio, portanto, uma oferta insignificante, considerando-se o percentual de atendimento da rede de educação no ensino médio. (NIBON, 2014, p. 19)

Tinha-se, assim, um cenário estadual que evidenciava a necessidade de desenvolvimento de uma política de educação profissional que potencializasse a articulação entre o ensino e o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, ampliasse as possibilidades de qualificação do processo de aprendizagem.

Diante dessa necessidade e tomando como referência a perspectiva inovadora da formação profissional técnica integrada ao ensino médio, a SEDUC, em 2007, aderiu ao Programa Brasil Profissionalizado¹⁵, instituído por meio do Decreto Presidencial nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.

Durante o primeiro semestre do ano de 2008, a SEDUC encaminhou várias ações no sentido de efetivar sua inserção do Programa Brasil

¹⁴ Sistema S: Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). As instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo. Extraído em: www.luis.blog.br/o-que-e-o-sistema-s-formado-pelo-senaisenac-sesi-entre-outros.aspx Acesso em 28 de junho de 2016.

¹⁵ O Programa Brasil Profissionalizado tem como objetivo fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica (EPT). Por meio desse Programa, o Governo Federal repassa recursos para que os estados invistam em suas escolas técnicas. O Programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Profissionalizado, uma delas foi a assinatura do Compromisso Todos pela Educação, em conformidade com o Decreto nº 6.094/97, e a Celebração de convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Assim, no segundo semestre de 2008, foram instituídos os Centros Educacionais para a Juventude – CEJOVEM, posteriormente denominados de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), quando da criação da Lei Estadual nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de dezembro de 2008.

A Lei de criação das EEEP passa a estabelecer:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho. (CEARÁ, 2008).

As EEEP foram implantadas em consonância com o Programa Aprender pra Valer, instituído pela Lei nº 14. 190¹⁶, de 30 de julho de 2008, que articula e integra o ensino médio à educação profissional como uma de suas formas de efetivação.

A criação das EEEP se consolida a partir de alguns consensos provocados pela revisão dos currículos para o ensino médio, que apontam a necessidade de a escola possibilitar aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho. São, portanto, alguns desses consensos: “[...] A importância da preparação dos jovens para a entrada no Mundo do Trabalho; a construção de Projetos de Vida”.

A nova organização curricular deveria ter, em resumo, por finalidade: dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender.

Seguindo a orientação constante nas novas Diretrizes Curriculares, o currículo das EEEP está estruturado como:

¹⁶ Cria o Programa Aprender pra Valer, que desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica. [...] Art.2º O Programa Aprender Pra Valer tem por finalidade a elevação do desempenho acadêmico dos alunos do ensino médio, com vistas à aquisição dos níveis de proficiência adequados a cada série/ano, bem com a articulação deste nível de ensino com a educação profissional e tecnológica.

[...] experiências escolares, que se desdobram em torno do conhecimento, sendo apresentado como uma seleção de conhecimentos historicamente acumulados, considerados relevantes e pertinentes e que se expressam por meio de uma proposta pela qual se explicitam as intenções da formação; se concretizando por meio das práticas escolares realizadas, com vistas a dar materialidade a essa proposta, nas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. (BRASIL, 2012).

Daí perceber que o processo de consolidação das EEEP se baseia na revisão curricular para o ensino médio na forma articulada com o ensino técnico através de um diálogo propositivo que valorize a contextualização, a interdisciplinaridade e incentive a capacidade de aprender do jovem.

As EEEP do Ceará foram estruturadas segundo esse desenho curricular, no entanto, com algumas particularidades, que serão abordadas no detalhamento dos ajustes realizados ano a ano – de 2008 a 2014.

Entre as particularidades que influenciaram o movimento da educação profissional no Ceará, destaca-se a inspiração no Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO, implementado no Estado de Pernambuco. Os Centros de Ensino Experimental (CEE), também conhecidos como Ginásios Experimentais, eram escolas-modelo que tinham como ideia forçar o ensino em modalidade integral para alunos de ensino médio desde o ano de 2003 naquele Estado, em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE.

Com base nessa experiência e orientando-se pelas necessidades locais e pelos propósitos estabelecidos pela SEDUC quanto à política de educação articulada ao mundo do trabalho e à demanda pela ampliação da oferta de escolarização aos estudantes cearenses, na tentativa de proporcionar-lhes uma formação qualificada, as EEEP foram implantadas com funcionamento em tempo integral.

Segundo a Lei Estadual nº. 14.273, de 19 de dezembro de 2008,

Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP terá jornada de tempo integral. (CEARÁ, 2008)

O currículo, portanto, pressupõe na base comum um total de 2.620h, complementadas pelo ensino técnico e pela parte diversificada, totalizando 5.400h de carga horária ao final dos três anos.

Ressalta-se que, no 2º semestre do 3º ano, todos os estudantes cumprem estágio curricular, sendo a inserção desses em empresas e/ou instituições concedentes de estágio responsabilidade de cada unidade escolar.

A parte diversificada teve como referência o currículo do PROCENTRO/ICE, dessa forma, as EEEP inicialmente ofertavam, como atividades complementares, a unidade curricular TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional), focada na elaboração do Projeto de Vida dos alunos, e outra unidade denominada Temáticas Práticas e Vivências, voltada para ações empreendedoras dos jovens.

A partir de 2013, no entanto, uma nova orientação e metodologia foram adotadas, redimensionando essas unidades curriculares, que passaram a ser denominadas: Projeto de Vida e Empreendedorismo. Nessa nova perspectiva, o Projeto de Vida foca no “sujeito estudante”, na sua qualidade de vida e na construção estruturada e paulatina de seu projeto de vida. Essa unidade curricular converge e fortalece as ações desenvolvidas pelo Projeto Professor Diretor de Turma, implementado desde 2008. Esse currículo complementar é compreendido como *essencial* para a integração dos conteúdos em um todo significativo, e para um olhar singular sobre cada estudante: sua experiência de vida; seu contexto familiar, social, escolar; seus sonhos, desejos, motivações.

A unidade curricular denominada Empreendedorismo teve sua alteração no ano de 2012, com a inclusão dos módulos: Crescendo e Empreendendo, Iniciando um Pequeno Grande Negócio, e Como Elaborar um Plano de Negócio, a partir da parceria firmada com o SEBRAE. Para orientá-los quanto ao estágio, eram ofertadas 100h da unidade curricular PPE – Preparação para o Estágio, na parte diversificada.

A partir de 2013, no entanto, em complementaridade com a unidade curricular Projeto de Vida, essa área foi reestruturada e passa a denominar-se “Mundo do Trabalho” – fornecendo aos estudantes informações e orientações acerca da entrada no mundo do trabalho contemporâneo, com vivências e simulações de situações que serão enfrentadas por eles.

Assim, o processo de instituição da educação profissional no Ceará aponta para a construção de uma proposta de Escola Pública em tempo integral que buscou ressignificar, substancialmente, o conceito de “escola”.

A essencialidade do projeto de Escola Pública Integral centrou-se na garantia de um novo conceito e de uma nova proposta curricular para a Escola Pública do Ceará. Um conceito que agregou de modo articulado as categorias de “Escola” como espaço social de aprendizagem; de “Pública” como direito inalienável e intransferível de todos e de “Currículo Integrado” como prática articuladora de múltiplas dimensões da formação humana.

Nesse sentido, o projeto educacional das EEEP em currículo integrado – Educação Profissional e Ensino Médio – representou a materialidade do compromisso assumido pela SEDUC com o desenvolvimento educacional e cidadão dos jovens cearenses, aliando à sua formação a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Como diretriz da política estadual de educação profissional, destaca-se a equidade como forma de fortalecer os processos de ampliação dos contextos de justiça e inclusão social, dando prioridade ao ingresso de alunos provenientes de escolas públicas regulares. Por meio da Portaria nº 105/2009 da SEDUC, assegurou-se legalmente que 80% das matrículas nos cursos técnicos fossem, a partir de 2010, destinadas aos estudantes de escolas públicas, ficando os outros 20% à disposição de alunos da rede privada, atendendo a uma recomendação do Ministério Público.

Assim, a Portaria de Matrícula, publicada pela SEDUC, apresenta os critérios para o acesso de alunos às EEEP, destacando a avaliação do histórico escolar do pretendente. Para classificar aqueles que farão jus à vaga na EEEP, será considerada a maior média aritmética das notas relativas às disciplinas cursadas nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano ou EJA). Caso algum pretendente não alcance o perfil do curso desejado e haja oferta disponível em outro, é ofertada a ele essa possibilidade de ingresso.

Um aspecto que chama a atenção no ingresso do aluno na EEEP é o fato da seletividade. Apesar de ser um percentual bem maior em relação à escola privada, há que se questionar o próprio currículo, que é decisivo nessa seleção. Daí esse aumento do ingresso na universidade, que é positivo em relação à escola regular; será um fator contribuinte para sair na frente com esse resultado? Já que esse aluno ingressa com um pouco mais de competências e habilidades em relação aos demais? É sugestão de tema para outra pesquisa.

3.1 A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: O COMPROMISSO

As Escolas Estaduais de Educação Profissional, desde 2008, funcionam em tempo integral, das 7:00 às 17:00 horas, oferecendo três refeições aos estudantes (dois lanches e um almoço), fardamento, material didático, espaços pedagógicos que contribuem para o melhor aprendizado destes e um currículo que contempla a formação geral e profissional, além de outros componentes curriculares potencializadores da formação integral, humana e ética dos educandos.

O estágio curricular é obrigatório durante o terceiro ano do curso, sendo compreendido como uma atividade educacional na qual o aluno aprimora suas habilidades, atitudes e competências individuais sob a orientação de um profissional responsável por seu acompanhamento e por sua avaliação. Como atividade remunerada pelo Governo do Estado, o cumprimento do estágio curricular requer deste um aporte financeiro significativo, além da efetivação de parcerias com empresas e instituições públicas diversas conveniadas com a SEDUC.

Percebe-se, através do quadro abaixo, a evolução da política implantada no estado do Ceará a partir do ano de 2008, desde o número de escolas funcionando até uma expressiva matrícula nas três séries até o ano de 2014, como se demonstra.

Quadro 1. O desenvolvimento da educação profissional no Ceará, no decorrer dos anos de 2008 a 2014.

Lei nº 14.273, de 19/12/2008, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 23/12/2008							
ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº DE ESCOLAS FUNCIONANDO	25	51	59	77	92	97	106
Nº DE MUNICÍPIOS	20	39	42	57	71	74	112*
Nº DE CURSOS	04	13	18	43	51	51	53
MATRÍCULA INICIAL (1ª, 2ª E 3ª) SÉRIE	4.181	11.279	17.342	23.753	29.958	35.522	40.979**

*112 municípios, sendo 8 por meio de consórcio.

**Duas escolas regulares do ano de 2014 foram efetivadas como Escolas Profissionais após a Data-base do Censo Escolar. As informações sobre alunos matriculados foram capturadas no SIGE em novembro de 2014.

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional/Sistema de Gestão Escolar – Data-base Censo Escolar¹⁷

Segundo dados apresentados, constata-se um incremento no que se relaciona ao desenvolvimento da educação profissional pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da SEDUC. Verifica-se que apenas os números de cursos nos anos de 2012 e 2013 permaneceram sem nenhuma alteração.

3.1.1 Os números do Ceará na educação profissional: a garantia de 135 EEEP de 2008 a 2014

Estão em funcionamento 106 (cento e seis) escolas; destas, 52 (cinquenta e duas) funcionam em escolas adaptadas e 54 (cinquenta e quatro) funcionam em escolas padrão MEC já inauguradas, sendo 4 (quatro) escolas já concluídas e em funcionamento em 2015. Em construção/licitação, são 38 (trinta e oito); destas, 13 (treze) serão substituição de prédios/escolas já em funcionamento. Portanto, são 14 (quatorze) em construção e 24 (vinte e quatro) em licitação, totalizando a rede de EEEP conforme planejado, 135 (cento e trinta e cinco) escolas profissionais.

Percebe-se, então, o cumprimento da meta estabelecida entre 2008 e 2014.

3.1.2 A educação profissional: outras conquistas asseguradas

No estado do Ceará, 112 (cento e doze) municípios são beneficiados; destes, um total de oito municípios são atendidos por meio de consórcio. Iniciou, em 2008, ofertando apenas quatro cursos, em 2014 já somam cinquenta e três,

¹⁷ “O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar”. De acordo com a Portaria nº 264, de 26 de março de 2007, a data de referência do Censo Escolar é a última quarta-feira do mês de maio, nomeada como o Dia Nacional do Censo Escolar. Essa data de referência foi escolhida para se adequar ao calendário escolar de um país com a grandeza e a diversidade do Brasil. O preenchimento dos dados é feito diretamente na Internet, por meio do sistema Educacenso, no endereço eletrônico www.educacenso.inep.gov.br. Assim, os dados informados ao sistema Educacenso refletem a realidade da escola nessa data. Extraído de: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

ampliando o leque de possibilidades de preparação dos jovens tanto para entrar no mundo do trabalho como para prosseguimento de estudos.

Em 2008, iniciou com uma matrícula de 4.181 alunos na rede de escolas profissionais e, em 2014, fechou-se o ano com 40.979 alunos matriculados. As parcerias também estão atendendo através das empresas concedentes de estágio curricular, 4.370 empresas. Com essas conquistas já asseguradas, em 2014, já são 12.195 alunos em estágio.

3.2 INVESTIMENTOS REALIZADOS DE 2008 A 2014: POSSIBILIDADE NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO DE JOVENS AO ENSINO PROFISSIONAL INTEGRADO NO CEARÁ

A implantação da Educação Profissional no Ceará, no ano de 2008, contou somente com recursos do Tesouro Estadual, considerando que os convênios nº 750006/2008 e 750016/2008, nos valores de R\$8.519.643,17 (Oito milhões, quinhentos e dezenove mil, seiscentos e quarenta e três reais e dezessete centavos) e R\$115.721.923,75 (Cento e quinze milhões, setecentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e três reais e setenta e cinco reais), respectivamente, firmados com o MEC, iniciaram sua execução em 2009.

Os investimentos aplicados em obras e instalações foram na ordem de R\$554.294.406,14 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e seis reais e quatorze centavos). Em equipamento e material permanente, foram gastos R\$111.403.031,84 (cento e onze milhões, quatrocentos e três mil, trinta e um reais e oitenta e quatro centavos). Para contratação de professores da área técnica, o montante foi de R\$234.876.332,87 (duzentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos). Com o Bolsa Estágio, que é a junção do Projeto e-Jovem mais a EEEP (e-Jovem + EEEP), foram investidos R\$ 68.143.380,40 (sessenta e oito milhões, cento e quarenta e três mil, trezentos e oitenta reais e quarenta centavos).

Os investimentos aplicados em material de consumo e despesas fixas somaram R\$221.228.570,10 (duzentos e vinte e um milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta reais e dez centavos). Com a alimentação, garantindo três refeições, foram R\$206.704.783,56 (duzentos e seis milhões, setecentos e quatro

mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos) e, finalmente, com fardamento escolar, o montante foi de R\$7.971.312.45 (sete milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e doze reais e quarenta e cinco centavos).

Nessa perspectiva, visto o investimento e o custeio realizados, no período de 2008 a 2014, apresentados a cada curso em sua especificidade e ano cursado, é fundamental um olhar investigador para compreender a importância dada a essa política no Estado do Ceará.

Nesse contexto, percebe-se que tanto o planejamento como os investimentos aplicados nesse período possibilitaram alcançar esse patamar de conquistas já asseguradas e a concretização da política implantada.

3.3 A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ E AS PARTICULARIDADES DETALHADAS DE 2008 A 2014

A partir de sua implantação, em 2008, as EEEPs no Ceará foram incorporando a cada ano avanços e desafios que possibilitaram a concretização dessa política, criando uma rede de escolas e dando aos jovens cearenses mais oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como seu ingresso nas universidades.

O que fica evidenciado nesse item são as particularidades da caminhada de 2008 a 2014, vivenciadas, registradas e validadas, fortalecendo a implantação e dando corpo à política de integração do ensino médio ao técnico.

3.3.1 Em 2008: o propósito do Governo do Estado com o desenvolvimento integrado do ensino médio com o ensino técnico

O ano de 2008 representou os passos iniciais para a materialização do ideal de “[...] articulação do ensino médio à educação profissional e ao mundo do trabalho”, expresso na “visão de futuro” da SEDUC. Além disso, significou a concretude de um dos objetivos da SEDUC, que é o de “[...] diversificar a oferta do Ensino Médio, articulando-o com a educação profissional, com o mundo do trabalho e com o ensino superior”. (SEDUC, 2013, p. 7)

O processo de construção do modelo de escola de ensino profissional, no início de 2008, quando dos encaminhamentos para adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, além de incorporar outros setores do governo estadual, conferindo

à experiência uma dimensão intersetorial, envolveu também a participação de áreas-chaves da SEDUC, como as CREDE e a SEFOR, além de profissionais e gerentes do âmbito central.

Esse momento de discussão potencializou o processo de elaboração do Plano Estadual de Educação Profissional – um dos documentos técnicos requeridos para a celebração do Programa Brasil Profissionalizado. Nesse processo, foram discutidos com os setores e as secretarias estaduais envolvidas a competência, o modelo e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do projeto educacional profissional no ensino médio. O grupo de discussão contava com membros de todas as coordenadorias regionais a fim de identificar as especificidades que uma escola com esta característica possui.

Segundo Nibon:

O modelo desenhado foi inicialmente denominado de Centros Educacionais para a Juventude – CEJOVEM. A ideia era implantar uma escola que funcionasse em tempo integral, com currículo articulado ao ensino profissional, desenvolvido em três anos como forma de garantir o currículo articulado sem que o aluno permanecesse mais um ano no ensino médio, oportunizando assim, a entrada desse jovem mais cedo no mundo do trabalho. (NIBON, 2014, p. 20)

As primeiras Escolas de Educação Profissional foram, inicialmente, implantadas em 20 municípios: a maioria por sediar uma Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), conseqüentemente os maiores municípios cearenses, inclusive em termos de matrícula de jovens. Das 20 CREDE existentes, apenas a de Camocim não foi contemplada nesse momento, por não apresentar condições estruturais.

Nesses municípios, a escolha das escolas estaduais para serem EEEP foi realizada tendo como parâmetro os critérios a seguir relacionados: escolas situadas em áreas de vulnerabilidade social; escolas que apresentavam indicadores educacionais abaixo do esperado, compreendendo que sua incorporação como EEEP seria uma forma para revitalizá-las; escolas com baixa matrícula.

Assim, 25 escolas estaduais foram selecionadas para serem EEEP, distribuídas entre os 20 municípios: uma em cada município sede de CREDE (exceto Camocim) e seis em Fortaleza, sendo uma em cada Regional

Administrativa¹⁸, com oferta inicial de quatro cursos técnicos de nível médio: Informática, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Enfermagem.

A decisão pela oferta dos cursos supracitados orientou-se pelos seguintes critérios: o contexto econômico de crescimento do turismo e da construção civil, a análise da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) quanto à necessidade de formação técnica em informática para atuação profissional qualificada em quaisquer áreas de profissionalização, além da relação institucional com a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/Ce), que desenvolvia um programa de formação técnica em Enfermagem. Dado a complexidade do curso de Técnico em Enfermagem, registra-se que a parceria com a ESP/Ce foi fundamental no sentido de viabilizar tal formação juntamente com a SEDUC.

Considerando tratar-se das primeiras escolas profissionais, teve-se, ainda, a preocupação em selecionar cursos que não requeriam tecnicamente a implantação de laboratórios em complexidade com equipamentos e materiais de consumo diversificados.

No ano de 2008, a SEDUC desenvolveu esforços para o aprofundamento do debate pedagógico com os interlocutores dos quatro cursos implantados, além de implementar seu conhecimento sobre a estrutura sócio-ocupacional do Estado, sobretudo com base nos estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará- IPECE.

Assim, a escolha dos cursos, para os anos posteriores, se deu em função das características socioeconômicas dos municípios inicialmente contemplados em diálogo com os projetos estratégicos do Governo Estadual no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará.

Considerando as vinte e cinco primeiras escolas que atuavam com o ensino regular, adaptações relacionadas ao espaço físico, ao programa curricular, ao gerenciamento, à ampliação da força de trabalho, entre outras, tiveram que ser encaminhadas para adequação às necessidades requeridas pela educação profissional em tempo integral.

¹⁸ O município de Fortaleza está dividido em seis Secretarias Executivas Regionais (SER), que funcionam como instâncias executoras das políticas públicas municipais. À Secretaria Executiva Regional cabe: “[...] o papel executivo das políticas setoriais, que de forma articulada definiriam suas prioridades, estabelecendo metas específicas para cada grupo populacional e prestando os serviços articulados em uma rede de proteção social” (ANDRADE, 2006, p. 111). Cada SER dispõe de um Distrito de Saúde e Ambiente, de Educação, de Meio Ambiente, de Finanças, de Assistência Social e de Infraestrutura.

As adaptações variaram segundo as condições encontradas em cada escola e em conformidade com os cursos implantados. Escolas mais antigas requereram um maior investimento na reforma das instalações físicas, elétricas e hidráulicas, além da implantação de laboratórios de informática. Já nos Liceus Estaduais, por terem uma infraestrutura mais compatível com a perspectiva da escola profissional, as obras de recuperação puderam ser menos abrangentes.

Nas escolas profissionais, a rotina do aluno passou a ser diferenciada, na medida em que permanecia em tempo integral no ambiente escolar.

A matriz curricular adotada, desde 2008, contemplava três áreas de aprendizagem: formação geral, com disciplinas da base nacional comum requeridas pelo ensino médio; formação profissional, com disciplinas relacionadas a cada um dos cursos técnicos desenvolvidos; e atividades complementares, com conteúdos diversificados voltados para a formação cidadã dos alunos tanto no campo pessoal como profissional.

Entre os conteúdos diversificados, no eixo Formação para a Cidadania, destaca-se a implantação, desde 2008, com continuidade nos anos seguintes, do Projeto Professor Diretor de Turma¹⁹. Trata-se de um projeto que visa à construção de uma escola que eduque a razão e a emoção. Uma escola que tem como premissa a desmassificação do ensino, com objetivos de acesso, permanência, sucesso e formação do cidadão, tendo por princípios básicos os quatro pilares da educação de Jacques Delors²⁰: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. No decorrer dos anos e do desenvolvimento da educação profissional integrada ao ensino médio, o modelo de EEEP e seu desenho curricular

¹⁹ “O Projeto Professor Diretor de Turma teve sua origem, no Brasil, por ocasião do XVIII Encontro da ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação) – Seção do Ceará, no ano de 2007, quando foi apresentada a experiência das escolas públicas portuguesas. Baseados nessa apresentação, gestores educacionais dos municípios de Eusébio, Madalena e Canindé iniciaram um projeto piloto em três escolas. No início de 2008, através da ANPAE – Seção Ceará, o projeto foi apresentado à Secretaria da Educação do Estado. Convencida da importância deste, a SEDUC iniciou sua implantação no 2º semestre de 2008, através de uma experiência piloto, nas 25 escolas estaduais de educação profissional que possuem uma jornada escolar de tempo integral”. Texto disponível em: http://portal.seduc.ce.gov.br/images/professor_diretor_turma/projeto_professor_diretor_de_turma.pdf. A implantação e o monitoramento desta iniciativa são de responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem/Gestão Escolar da Secretaria da Educação do Ceará.

²⁰ Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. Texto disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Quatro_Pilares_da_Educa%C3%A7%C3%A3o.

foi sendo revisto e aperfeiçoado de acordo com as experiências construídas e as necessidades de formação identificadas.

Segundo Nibon:

[...] a definição exata pelo modelo de implantação da rede de EEEP passou por diversas discussões ao longo dos três primeiros anos de implementação, a fim de definir o formato e tamanho da expansão, testando diferentes tecnologias educacionais e formas de organização curricular, ao longo desse período. (NIBON, 2014, p. 20)

Assim, o ano de 2008 foi de intensa articulação de diferentes atores, em que a comunidade escolar e técnica da SEDUC, em diálogo com outras áreas do governo, mobilizou-se para elaborar o projeto pedagógico além do modelo de gestão que as escolas profissionais iriam adotar.

Em relação à gestão, as EEEP adotaram o modelo denominado de Tecnologia Empresarial Socioeducacional – TESE²¹. Esse modelo foi aplicado desde o início com adaptações necessárias considerando a realidade e o contexto local.

A TESE é uma proposta de gestão escolar fundamentada no modelo gerencial empresarial, especificamente baseada na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). Trata-se de um instrumento para o planejamento, o gerenciamento e a avaliação das atividades dos diversos integrantes da comunidade, ou seja, a síntese de um planejamento estratégico para uma gestão por resultados.

A TESE traz para a escola profissional uma filosofia de gestão estratégica, entretanto sem perder de vista a função e os objetivos de uma escola pública de qualidade.

Nessa filosofia de gestão, cabe ao gestor a grande responsabilidade de garantir a eficiência, a eficácia e a efetividade dos processos dentro da escola, sendo seus instrumentos de maior relevância: a pedagogia da presença; a educação pelo trabalho; a delegação planejada; a descentralização; a tarefa empresarial; e a responsabilidade social.

Nesse sentido, os esforços da SEDUC, no ano de 2008, foram de viabilizar as parcerias, as ações e os debates pedagógicos e de gestão da educação profissional, além dos investimentos financeiros necessários à implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará.

²¹ A Tecnologia Empresarial Socioeducacional – TESE foi modelada de acordo com a Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO. (MACHADO, Manual Operacional, 2007, p. 8).

O ano de 2008 foi finalizado com a publicação da Lei Estadual nº 14.273, que cria as Escolas Estaduais de Educação Profissional. A publicação dessa Lei reitera o propósito do Governo Estadual do Ceará em relação ao projeto político educacional voltado para o desenvolvimento integrado do ensino médio ao ensino técnico. As ações desenvolvidas nos anos subsequentes tendem a materializar o compromisso assumido pelo Governo do Estado com a população cearense, em especial sua juventude.

3.3.2 Em 2009: a estruturação organizacional

Em 2009, já com a denominação legal de EEEP, por meio da Lei Estadual nº 14.273, mais 26 escolas foram adaptadas e incorporadas à educação profissional distribuídas em 19 municípios.

A oferta de cursos técnicos de nível médio também foi ampliada, tendo sido inseridos mais nove: Agroindústria, Aquicultura, Comércio, Edificações, Estética, Finanças, Massoterapia, Meio Ambiente e Produção de Moda.

A oferta dos cursos técnicos, desde 2008, foi feita segundo a demanda e a necessidade dos setores produtivos de cada região onde estava sendo implantada a escola profissional, além da identificação de quais eram os projetos de desenvolvimento do governo previstos para estes locais. Outro fator importante considerado, quando da implantação de um curso técnico, é a presença de professores e de locais apropriados para a realização do estágio curricular.

Assim, a inserção de cursos relacionados à agricultura, em 2009, representou o diálogo entre a necessidade de incremento tecnológico desse setor e a formação de profissionais técnicos habilitados para tal implementação. Fortalecia-se, dessa forma, a perspectiva da educação profissional, que é a de formar trabalhadores habilitados para atuar não só no mundo do trabalho, mas também para contribuir com o desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará.

Assim, em relação ao ano de 2008, registrou-se um aumento significativo na oferta da educação profissional no Ceará, seja no tocante ao número de escolas, de cursos ou municípios ofertantes, materializando os propósitos do Governo Estadual.

Além do crescimento da rede física, 2009 foi marcado como o ano de aprofundamento dos processos de discussão do projeto pedagógico, modelo de

gestão das escolas, articulação e efetivação de parcerias com empresas e órgãos públicos para o desenvolvimento do estágio curricular em 2010, pelas turmas iniciadas em 2008, capacitação da comunidade docente, constituição do quadro de professores técnicos, para estruturação da educação profissional no Ceará.

No tocante ao aspecto organizacional, destaca-se, por meio do Decreto nº 29.705, de 08/04/2009, a estruturação das três Células que atualmente constituem a COEDP. Essas Células encaminharam as ações relacionadas ao desenvolvimento da educação profissional no Ceará sob a coordenação geral do gabinete da SEDUC.

O ano de 2009 foi também marcado pela introdução do Projeto Com.Domínio Digital nas instalações de 15 EEEP definidas conjuntamente pelas equipes da SEDUC e do Instituto Aliança²², responsável pelo desenvolvimento e pela implementação do Projeto.

Os conteúdos do Projeto Com.Domínio Digital foram favoravelmente aceitos pelas escolas onde estava sendo desenvolvido, provocando um movimento espontâneo de sua apropriação nas então disciplinas do currículo diversificado das EEEP, a saber, TESE e nas atividades complementares de preparação para o estágio. Vale destacar que os princípios norteadores da Formação para a Cidadania, embora não inserida no Projeto Com.Domínio Digital, dialogam com os da TESE, garantindo a integração necessária ao ideário político pedagógico da política de educação profissional em construção.

3.3.3 Em 2010: a produção da primeira versão dos “referenciais para as escolas de educação profissional”

Em 2010, foram implantadas mais oito escolas e ofertados mais cinco cursos técnicos: Administração, Contabilidade, Hospedagem²³, Modelagem do Vestuário²⁴ e Secretariado.

²² O Instituto Aliança é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) reconhecida nacionalmente por suas tecnologias educacionais nas áreas de Formação Profissional de Jovens e Elaboração de Projeto de Vida. É parceira da SEDUC desde 2008 e teve como primeira experiência, no modelo da EEEP, a oferta do *Programa Com.Domínio Digital* para os estudantes da educação profissional. O Com.Domínio Digital realiza formação integral e integrada de jovens, aliada ao processo de inserção no mundo do trabalho.

²³ O curso de hospedagem não foi implantado nas novas escolas, tendo sido ofertado, em 2010, nas EEEP: Marly Ferreira Martins (Caucaia) com 44 matrículas iniciais; Monsenhor Expedito da Silveira e Sousa (Camocim), com 40 matrículas iniciais; Capelão Frei Orlando (Canindé), com 38 matrículas iniciais; Professor Moreira de Sousa (Juazeiro do Norte), com 38 matrículas iniciais; Marvin (Fortaleza, Regional 1), com 40 matrículas iniciais; e Paulo VI (Fortaleza, Regional 4), com 41 matrículas iniciais.

A escolha da localização das novas EEEP baseou-se nos critérios que vinham sendo aplicados. Além desses, considerou-se o reordenamento da rede física existente. Neste ano, oito escolas foram selecionadas para serem adaptadas para a oferta de educação profissional integrada ao ensino médio, conforme o Decreto nº 29.705, de 08/04/2009. Essa decisão levou em consideração o fato de o convênio nº 750016/2008, firmado com o MEC/FNDE, em andamento, viabilizar a construção das 20 primeiras escolas estaduais de educação profissional no padrão de plantas estabelecidas por esse Ministério.

Além do crescimento da rede física e matrículas para a educação profissional, destacam-se, em 2010, as discussões em torno do seu projeto pedagógico. Como fruto dessas discussões, houve a produção da primeira versão dos “Referenciais para as Escolas de Educação Profissional”. O documento norteou a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP)²⁵ e do Regimento das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará.

O PPP configura-se como um dispositivo teórico e técnico que orienta a intervenção na comunidade escolar e no processo de ensino e aprendizagem.

Apresenta-se, assim, intimamente relacionado às diretrizes nacionais, normas, regulamentações e orientações curriculares e metodológicas originadas nos diversos níveis do sistema educacional, como também às práticas e às necessidades dos vários sujeitos da comunidade escolar, que criam novas dinâmicas de trabalho e interferem nos rumos da escola e dos projetos educacionais em curso.

Na atual Lei de Diretrizes Básicas da Educação, o PPP está assegurado no título IV, nos seguintes artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de: I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...] VII. Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre as execuções de sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I. Participar da Elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II. Elaborar e cumprir o Plano de Trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

²⁴ O curso de modelagem do vestuário não foi implantado nas novas escolas, tendo sido ofertado, em 2010, na EEEP Marvin (Fortaleza, Regional 1), com 40 matrículas iniciais.

²⁵ Para informações mais detalhadas sobre a concepção do Projeto Pedagógico da Educação Profissional, ver o documento “Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional” (2014) e Projeto Político Pedagógico (2010).

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas e a gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola. (BRASIL, 1996)

Tratando-se de um plano global da instituição, o Projeto Político Pedagógico é desenvolvido de forma contextualizada, podendo ser entendido como a sistematização de um processo de planejamento que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada educacional, definindo a ação que se quer realizar de forma participativa e democrática.

Em 2010, teve-se o primeiro Credenciamento das EEEP, assim como o Reconhecimento dos primeiros cursos em funcionamento. Como parte da documentação exigida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) para tais procedimentos, estavam os Planos de Curso e o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Neste ano, o PPP entregue ao Conselho Estadual de Educação foi representativo para todas as EEEP até então implantadas. Após esse trâmite, a SEDUC encaminhou os “Referenciais para as Escolas de Educação Profissional” para todas as EEEP, possibilitando às suas comunidades escolares adaptar o PPP, que havia sido enviado ao Conselho Estadual de Educação, à realidade local. O mesmo procedimento foi realizado com o Regimento Escolar. Destaca-se, assim, a compreensão de que a construção pedagógica, orientando-se por princípios estratégicos comuns, necessariamente, deve ser contextualizada, significativa e participativa, proporcionando o efetivo engajamento da comunidade escolar no desenho de seu projeto.

Outra medida fundamental para a institucionalização da educação profissional no Ceará foi a reforma administrativa da SEDUC, destacando a mudança da sua estrutura organizacional com a incorporação da Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), por meio do Decreto nº 30.282, de 04 de agosto de 2010.

O referido Decreto atribui à SEDUC, por meio da COEDP, a responsabilidade de definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas à educação técnica profissional, comprometidas com o desenvolvimento social inclusivo e a formação cidadã, estimulando parcerias institucionais para a formulação e implementação de programas nessa área destinados aos jovens cearenses. Anterior à estruturação da COEDP, essa missão vinha sendo desempenhada pela Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola.

A criação da COEDP, além de fortalecer a institucionalidade da política de educação profissional, no âmbito do Estado, possibilitou, no decorrer do processo, o seu devido acompanhamento, a avaliação e implementação das ações de ampliação, por uma equipe com funções e responsabilidades específicas, potencializando seu incremento com a qualidade e atenção necessárias.

As atividades de planejamento das ações de educação profissional desenvolvidas pela COEDP se estruturam em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 30.282 e se articulam com a contribuição das diferentes áreas técnicas do setor produtivo, privado ou público, tanto no planejamento da oferta de formação técnica, sugerindo a abertura de cursos profissionais, quanto na colaboração com o desenho da matriz curricular, seja na fase embrionária de formatação do curso, seja na validação da matriz curricular, ou ainda na execução do estágio obrigatório pelos alunos da EEEP.

Vale ressaltar, em 2010, a ampliação do número de escolas engajadas no Programa Com.Domínio Digital, que passou a atender estudantes de 25 EEEP, que cumpriram um “3º tempo” com essa formação complementar para a entrada no mundo do trabalho do século XXI.

Ainda em 2010, teve-se a implantação da atividade do estágio curricular obrigatório realizado pelos alunos das turmas iniciadas em 2008. Excetuando os cursos inseridos no Eixo Tecnológico²⁶ de Saúde e Ambiente, com estágio de 600 horas, todos os demais eixos apresentam cursos com estágio de 400 horas.

De acordo com o Decreto Estadual nº 30.933/2012, artigo 5º, o estudante recebe uma bolsa referente ao valor de ½ salário mínimo a cada 100 horas de estágio cumpridas, sendo concedido, no mês subsequente, o valor proporcional à carga horária cumprida no mês anterior.

Assim, sob a coordenação geral da COEDP, por meio da Célula de Estágio, e a realização das EEEP com o acompanhamento das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação, foram efetivadas cooperações técnicas entre o Governo do Estado e entidades do setor produtivo e órgãos públicos para o cumprimento do estágio curricular por 100% dos alunos que estavam cursando a 3ª série.

²⁶ Em 2014, os cursos técnicos encontram-se organizados por Eixos Tecnológicos, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2012), perfazendo no Estado um total de 12 Eixos.

Nesse sentido, o ano de 2010 foi considerado um marco na relação construída com os setores produtivos, considerando os movimentos promovidos pela COEDP para discussão e sensibilização dos representantes do mercado de trabalho acerca da política de educação profissional em curso, que viabilizava o financiamento do estágio pelo Governo do Estado, a oferta de estagiários em larga escala e a universalização da garantia de estágio obrigatório. Destaca-se a participação direta do Governador do Estado em várias dessas reuniões.

Registra-se, ainda, que, para além da captação das vagas de estágio, o ano de 2010 se diferenciou pela necessidade recorrente de alinhamento dos objetivos educacionais da formação técnica junto aos mercados de trabalho, no sentido de garantir a experiência prática de estágio e as atividades da formação técnica.

Outro aspecto decisivo para a abertura e ampliação dos campos de estágio nos anos seguintes foi a avaliação extremamente positiva do perfil técnico e atitudinal dos estagiários das escolas profissionais, manifestada em todas as reuniões de interlocução com os mercados.

Como produto dessas interlocuções com os setores produtivos, além da captação de vagas de estágio, apreenderam-se elementos e informações de tendências de mercado e de atração de investimentos tanto em nível estadual quanto regional e local. Essas informações eram levadas à pauta da SEDUC para a definição de novos cursos, considerando variáveis de viabilidade da oferta e os estudos de mercados setoriais.

No campo da institucionalização do estágio curricular, destaca-se a implantação do Sistema Informatizado de Captação de Estágios (SICE)²⁷, o qual possibilitou o devido acompanhamento da atividade de estágio curricular tanto no tocante às questões administrativas como também pedagógicas.

Ao estagiário é garantido pelo Governo do Estado, por meio da SEDUC/COEDP, o apoio financeiro através da Bolsa Estágio, seguro contra acidentes pessoais, auxílio transporte, equipamento de proteção individual e orientação pedagógica.

²⁷ O SICE pode ser acessado através do seguinte endereço: <http://sice.seduc.ce.gov.br>.

O que parece ser um desafio, na questão do estágio, notadamente no interior do estado, é a distância entre a EEEP e o concedente, tornando muitas vezes dificultosa a ida desse estagiário até o campo do estágio.

3.3.4 Em 2011: EEEP padrão MEC²⁸, potencializando a qualidade da formação profissional

No ano de 2011, foram colocadas em funcionamento 18 novas escolas, todas no padrão MEC.

O modelo de escola padrão MEC oferece infraestrutura adequada para o processo de ensino-aprendizagem integrado, do ensino médio ao técnico, e em tempo integral, potencializando a qualidade da formação profissional e cidadã dos jovens cearenses.

A implantação das EEEP padrão MEC fortalece, nesse sentido, a política de educação profissional no Ceará, promovendo a inclusão e a justiça social de forma equânime. Amplia o acesso à educação pública e de qualidade junto aos jovens que vivem em contextos de iniquidades sociais.

A primeira escola profissional padrão MEC implantada no Brasil foi a Escola Estadual de Educação Profissional Antônio Mota Filho, no município de Tamboril, localizado na 13ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE). Além da municipalidade de Tamboril, a referida escola beneficiou, naquela ocasião, os jovens residentes em Catunda, Monsenhor Tabosa, Ararendá, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Nova Russas, Novo Oriente e Poranga.

Em 2011, ampliou-se também a oferta, com mais 25 cursos: Agrimensura, Agricultura (Floricultura), Agronegócio, Agropecuária, Carpintaria, Cerâmica, Desenho da Construção Civil, Design de Interiores, Eletrotécnica, Eventos, Fruticultura, Logística, Manutenção Automotiva, Mecânica, Mineração, Nutrição e

²⁸ O padrão MEC refere-se a um modelo de escola inserida em um espaço com uma estrutura composta por: 12 salas de aula; auditório para 200 lugares; biblioteca; bloco pedagógico administrativo (secretaria, diretoria, seis laboratórios básicos (Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática) e laboratórios tecnológicos, de acordo com cada curso técnico; bloco administrativo de vivência (cozinha, vestiários de funcionários, grêmio, refeitório, vivência, oficina de manutenção); ginásio poliesportivo; depósito de material esportivo; coordenação de educação física; vestiários para alunos; sala multiuso; teatro de arena e estacionamento (40 vagas). A capacidade de atendimento é de 540 alunos, sendo 45 por sala de aula.

Dietética, Paisagismo, Petróleo e Gás, Química, Redes de Computadores, Regência, Secretaria Escolar, Tecelagem, Transações Imobiliárias, Vestuário.

Outro destaque do ano de 2011 foi a instituição da função de Coordenador de Curso em cada EEEP, responsável por todo o processo de desenvolvimento do curso na escola.

A função de coordenador de curso refere-se a um dos critérios exigidos para o credenciamento da instituição de ensino e o reconhecimento de seus cursos técnicos, conforme estabelecido na Resolução nº 413/2006, do Conselho Estadual de Educação, art. 5º, alínea VIII, a seguir:

Comprovante da graduação do coordenador, na área específica ou afim do curso, de preferência com habilitação obtida em curso de licenciatura ou em programa de formação pedagógica ou, excepcionalmente, com docência autorizada pelo respectivo CREDE. (Resolução nº 413/2006, do CEE, art. 5º, alínea VIII)

Outro marco significativo para a educação profissional no Brasil e, conseqüentemente, no Ceará, no ano de 2011, foi a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Neste ano, antes de executar oficialmente o programa, já que a Lei nº 12.513²⁹ foi publicada somente em 26 de outubro de 2011, portanto no final do ano, o MEC propôs a três estados, dentre eles o Ceará, pilotar uma turma de curso técnico, como demandante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tendo como interveniente do processo de formação pedagógica o Serviço Social da Indústria (SESI), com o objetivo de testar o fluxo do programa.

A SEDUC aceitou o desafio e iniciou a primeira turma do Curso Técnico em Produção Industrial para 35 alunos da 2ª série do ensino médio, matriculados na Escola Estadual de Ensino Médio Moema Távora, no Bairro do Pirambu, em Fortaleza.

O fluxo programático consistiu em nivelamento de competências leitora e matemática dos alunos, tendo o SESI instituição formadora concomitantemente à educação técnica em Produção Industrial. O nivelamento acontecia na Escola Estadual de Ensino Médio Moema Távora, em contra turno, duas vezes por semana,

²⁹ Disponível em: <http://PRONATEC.mec.gov.br/institucional-90037/base-legal>

com quatro horas de aulas semanais. Como efetividade da experiência-piloto desenvolvida, foram formados 27 técnicos.

Outro fato relevante ocorrido em 2011 refere-se ao Programa Com.Domínio Digital, que deixou de ser executado nas EEEP, considerando a carga horária dos alunos em tempo integral, o que acabou por dificultar o cumprimento do “3º tempo” por eles. Entretanto, destaca-se que o conteúdo das unidades curriculares propostas pelo Programa Com.Domínio Digital foram efetivados na matriz curricular da educação profissional.

Destaca-se, mais uma vez, a validação de conteúdos que irão compor o currículo das EEEPs como documento norteador.

3.3.5 Em 2012: revisando e reformulando o currículo dos cursos implantados

Em 2012, o desenvolvimento da educação profissional no Ceará apresentava um total de 13.766 alunos matriculados na 1ª série, até a Data-base do Censo Escolar, apontando um incremento de 229% em relação ao número de estudantes matriculados na 1ª série em 2008.

A rede física do ensino profissional também foi ampliada, com o funcionamento de mais 15 novas escolas, além da oferta de mais oito cursos: Áudio e Vídeo, Automação Industrial, Eletromecânica, Fabricação Mecânica, Instrução de Libras, Portos, Saúde e Ambiente Bucal, Tradução e Interpretação de Libras.

Além da ampliação da rede de escolas e oferta de cursos, a educação profissional, em 2012, apresentou como um de seus marcos a revisão dos currículos dos cursos técnicos implantados.

A revisão dos currículos deu-se em função de duas necessidades identificadas a partir da realidade vivenciada nas escolas. A primeira referia-se à garantia de um perfil profissional do aluno egresso com a mesma qualidade em todo o estado. A segunda relacionava-se à integração efetiva entre as disciplinas da base nacional comum e da base técnica em termos de pré-requisitos de conteúdo.

Conforme o documento “Caminhos para a integração curricular dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio”, elaborado por uma equipe de consultores e técnicos da COEDP que vem assessorando o redesenho curricular dos Cursos Técnicos implantados junto às EEEP, tem-se que:

Os desafios na formulação de uma matriz curricular integrada são muitos, contudo deve-se levar em consideração que a finalidade desse trabalho não é só (re)estruturar a proposta curricular, mas fortalecer a prática do professor, criar possibilidades de mudança em sua prática pedagógica e contribuir para que o aluno possa realizar (ou efetivar) a integração curricular de forma contextualizada e interdisciplinar. (ARRUDA; BARBOSA; MOTA, 2014, p. 2)

Nessa perspectiva, o processo de construção da matriz curricular integrada valorizou a dimensão da prática, da experiência e da relação educador e educando, tanto em sala de aula como no exercício do estágio curricular, apontando que tal dimensão é fundamental para garantir a materialidade de um desenho curricular integrado.

Além disso, foram reiterados alguns eixos centrais norteadores, como: o perfil do profissional técnico necessário ao desenvolvimento do Ceará; o desenvolvimento humano, profissional e cidadão dos alunos; o fortalecimento da institucionalização do ensino profissional na SEDUC.

O curso de Enfermagem foi adotado, em 2012, como experiência piloto de redesenho curricular dos Cursos Técnicos. Para tanto, foi constituído um trabalho interdisciplinar que viabilizou a revisão do seu Plano de Curso com a redefinição de objetivo, perfil e matriz curricular de acordo com o objetivo e o perfil traçados. Foram elaborados, ainda, objetivos de aprendizagem para todas as disciplinas que constituem o currículo do Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio, além do redesenho do estágio curricular.

Com o redesenho do Curso de Enfermagem, a SEDUC³⁰ passou a desenvolvê-lo diretamente, fortalecendo, assim, sua institucionalização no âmbito dessa instituição.

Com essa experiência de revisão do desenho pedagógico e curricular do Curso de Enfermagem, foi possível a elaboração de uma metodologia para a revisão dos currículos nas Escolas³¹ aplicada, em seguida, aos demais cursos.

Dessa forma, a revisão curricular, iniciada em 2012 e concluída em 2014, tem se dado através dessa proposta metodológica para a revisão dos currículos.

A metodologia em desenvolvimento adota o trabalho como princípio educativo³².

³⁰ Antes o curso era realizado pela Escola de Saúde Pública do Ceará.

³¹ Para mais informações sobre a metodologia de trabalho utilizada, consultar o documento "Caminhos para integração curricular dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio" (ARRUDA; BARBOSA; MOTA, 2014).

A proposta está sendo realizada mediante a apropriação, pelas EEEP, da matriz curricular integrada. Esse processo se dá por meio de oficinas de trabalho que contemplam o desenvolvimento de três dispositivos de integração.

O primeiro dispositivo consiste em integrar o curso às reais necessidades do contexto social, econômico, ambiental e cultural do Ceará. Para isso, revisitou-se a justificativa e definiu-se o objetivo do curso e o perfil do profissional no intuito de indicar o profissional que a escola estaria formando, buscando, assim, garantir a mesma qualidade para todas as escolas que ofertam o curso.

Destaca-se que isso foi importante por fortalecer a colaboração entre os professores da base comum e da base técnica, no sentido de qualificar a formação na mesma direção pedagógica.

Considerando o objetivo e o perfil revisados, redesenhou-se, também, a matriz do curso no sentido de harmonizar a oferta de disciplinas com o perfil profissional, bem como remodelar os pré-requisitos de conteúdos entre as disciplinas da base comum e técnica.

As disciplinas da base comum têm seus objetivos pedagógicos bem delineados pelos parâmetros nacionais curriculares. Por outro lado, para as disciplinas que compõem a base técnica, houve a necessidade de propor objetivos de aprendizagem no intuito de estabelecer parâmetros que direcionassem a formação do aluno para a aprendizagem integral em consonância com o objetivo e o perfil do egresso delineado.

Em termos da operacionalização desses três dispositivos, a SEDUC, para o primeiro dispositivo de integração de revisão curricular, convida professores técnicos do curso que, em parceria com a equipe da Secretaria, faz uma proposta de objetivo, perfil e matriz do curso a partir da sua justificativa. Essa proposta é validada em reunião com os demais profissionais técnicos de outras escolas que ofertam o curso. O segundo dispositivo de integração é feito na própria escola, com a

³² SAVIANI (1989), o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si. Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. E um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Finalmente, o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (SAVIANI, 1989, p. 1-2).

identificação das disciplinas contributivas e revisão delas, quando há necessidade. E, por fim, segue o trabalho interdisciplinar para desenho dos objetivos de aprendizagem das disciplinas técnicas.

Assim, com uma experiência acumulada desde 2008, a comunidade escolar, gestores e profissionais da COEDP puderam refletir sobre o desenho de cada curso a partir de sua própria prática e vivência, acrescentando novos olhares às significativas contribuições já ofertadas pelos setores produtivos e pelas instituições de ensino quando da elaboração anterior dos conteúdos curriculares.

A COEDP elaborou, dessa forma, um Guia Pedagógico para cada curso técnico integrado ao ensino médio. Os Guias apresentam uma fundamentação pedagógica coerente com as diretrizes do Ensino Técnico Profissional Integrado ao Ensino Médio pertinentes ao Programa Brasil Profissionalizado.

Segundo o documento “Caminhos para integração curricular dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio”, elabora-se um Guia Pedagógico porque:

Todos os Cursos devem ter um material útil para consulta de diretores e professores na condução do seu fazer pedagógico em sala de aula tornando um currículo vivo que sirva de base para formar profissionais competentes em todo Estado. Muito embora cada escola tenha suas peculiaridades é preciso que os cursos técnicos formem profissionais de norte a sul do Estado com capacidade de desempenhar com competência o seu fazer profissional. (ARRUDA; BARBOSA; MOTA, 2014, p. 4)

Ainda conforme o documento referido, o Guia Pedagógico pretende:

[...] superar a dualidade que cinde educação profissional e propedêutica; superar uma formação que prepara os sujeitos para um saber técnico que exige somente uma repetição acrítica de um fazer que destitui o trabalho de sua função ontológica de realização humana e emancipação social. (ARRUDA; BARBOSA; MOTA, 2014, p. 3-4)

Dessa forma, a revisão do desenho curricular de cada curso, com base na concepção pedagógica esboçada, contempla a proposição de novos conteúdos, e no componente do estágio curricular teve-se uma intensificação do processo de reflexão e análise dessa atividade, no sentido de aprimorar a orientação de todos os atores envolvidos para um melhor acompanhamento e avaliação do aluno estagiário.

A partir desse processo, foram elaborados os seguintes documentos:

- Guia Pedagógico do Curso de Enfermagem;

- Manual para cada disciplina do Curso de Enfermagem com base nos objetivos de aprendizagem;
- Procedimento Operacional Padrão (POP).

Outro fato importante a ser registrado refere-se à utilização dos conteúdos do Programa Com.Domínio Digital nas EEEP, nos horários destinados à unidade curricular TESE e PPE, sem a devida orientação do Instituto Aliança ou da COEDP, considerando que deixou de ser executado nas escolas profissionais em 2011. Diante desse fato, o Instituto Aliança propôs o repasse da metodologia para a SEDUC, dando início à reformulação de conteúdos para atender especificamente à educação profissional.

Um dos momentos que marcou esse processo de reformulação de conteúdos, junto à comunidade das EEEP, foi o I Simpósio do Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará. Nele, houve a apresentação das unidades curriculares Projeto de Vida e Mundo do Trabalho, as quais iriam substituir as unidades anteriormente denominadas TESE e PPE.

Assim, a partir do segundo semestre, foi realizado um conjunto de ações relacionadas a essas duas unidades curriculares, nos três anos do Ensino Médio Profissional, consolidando em 2013, oficialmente, a mudança da denominação das unidades Curriculares de TESE para Projeto de Vida e PPE para Mundo do Trabalho.

Outro marco significativo para a educação profissional do Ceará, no ano de 2012, foi o fortalecimento da iniciativa Bolsa Formação³³ do PRONATEC. Nesse primeiro momento, o estado do Ceará não aderiu ao programa como ofertante, porque sua rede de escolas profissionais ainda se encontrava em fase de implantação, não dispondo dos laboratórios e dos acervos técnicos necessários para a expansão da oferta.

Considerando que a oferta do PRONATEC era para expansão de cursos técnicos, na forma concomitante, a SEDUC priorizou a expansão da rede de escolas profissionais, com oferta de curso técnico integrado e em tempo integral. E um dos

³³ O PRONATEC envolve um conjunto de iniciativas, que abrange diversos sub-programas com aspectos específicos. Uma dessas iniciativas é a Bolsa-Formação, um financiamento por meio do qual são oferecidos diversos cursos nas escolas públicas federais e estaduais e nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT para diversos grupos sociais, entre eles, estudantes, trabalhadores, beneficiários.

critérios para a oferta da Bolsa Formação é já possuir toda a capacidade instalada, já que os recursos financeiros desse programa são exclusivos para despesas correntes, considerando que as despesas de capital são garantidas pelo Brasil Profissionalizado.

Dessa forma, para concretizar a oferta de cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), através do PRONATEC, a SEDUC se reuniu com representantes do IFCE, SENAC e SENAI para, juntos, planejarem a pactuação para o Ceará, definindo o número de vagas e os cursos técnicos a serem ofertados aos alunos matriculados nas 2ª e 3ª séries das escolas estaduais, bem como os municípios contemplados, considerando a capacidade instalada de cada ofertante.

No ano de 2012, os ofertantes SENAI/SENAC e IFCE disponibilizaram cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada (FIC) em 31 municípios, ofertando 9.084 vagas, para 121 cursos.

3.3.6 Em 2013: a consolidação dos cursos

Em 2013, foram implantadas mais cinco escolas segundo o padrão MEC. Neste ano, não houve a inserção de novos cursos, considerando a necessidade de consolidação dos que já se encontravam em desenvolvimento.

No que se relaciona ao acompanhamento da gestão escolar, a COEDP propôs que as EEEP tivessem um superintendente escolar³⁴ específico para acompanhar exclusivamente as escolas profissionais, considerando a necessidade de este profissional conhecer todas as especificidades que essas escolas apresentam.

Essa proposta foi pertinente, porque coincidiu com o período em que as CREDE/SEFOR estavam recebendo mais um profissional na sua estrutura

³⁴ A ideia da COEDP de instituir um superintendente escolar para acompanhamento específico das EEEP espelha-se na experiência em curso do serviço de Superintendência Escolar para acompanhamento das escolas regulares. Em 2008, foi criado, em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE e na Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza - SEFOR, o serviço de Superintendência Escolar. Com a missão de acompanhar e apoiar a gestão das unidades escolares, a Superintendência Escolar visa fomentar um movimento de reflexão e ação em torno de três eixos principais: indicadores, processos escolares e instrumentos de gestão. Esse acompanhamento de informações, metas e rotinas escolares faz da equipe da superintendência uma parceria que estimula a autonomia das escolas, ao mesmo tempo em que promove uma maior articulação entre a SEDUC e a escola, na perspectiva de melhor acompanhar o seu funcionamento e de apoiar na identificação de suas fragilidades e na busca de soluções para estes.

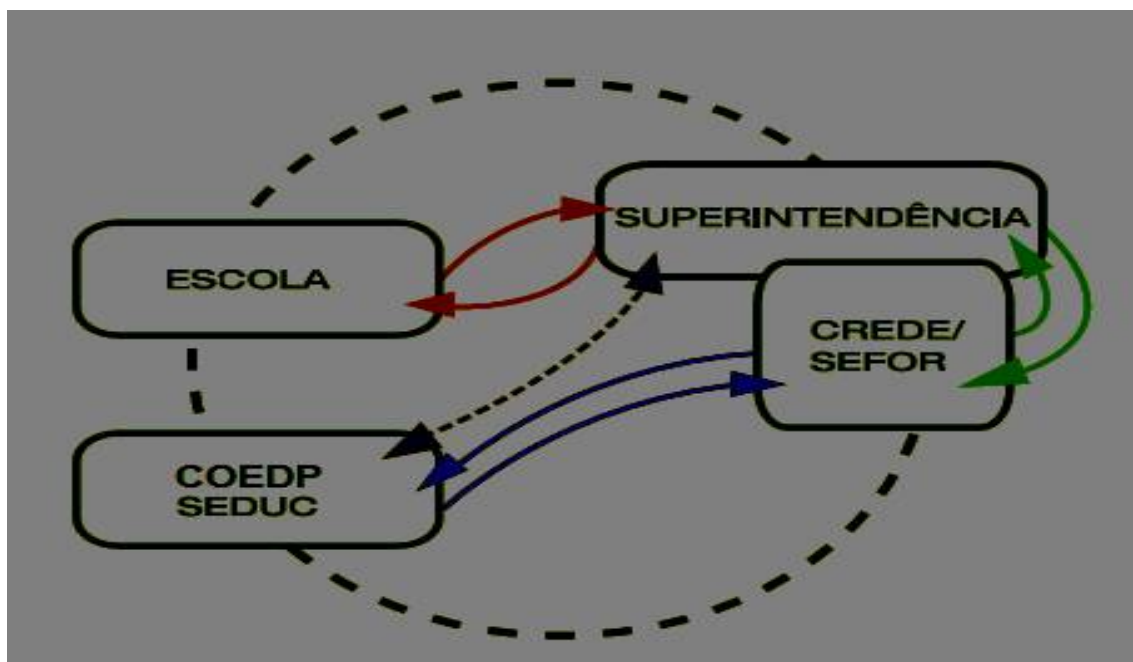
organizacional, o qual desempenharia as funções do superintendente escolar das EEEP.

Assim, a COEDP assumiria a formação desse profissional e redefiniria o fluxo dos processos, de forma que esses ficariam totalmente a cargo das regionais.

O foco da formação foi o de fortalecer o elo entre as escolas e as CREDES/SEFOR, instrumentalizando esses últimos com todas as informações necessárias, a fim de que aprimorassem o acompanhamento da educação profissional, corrigindo o fluxo dos processos segundo a figura proposta abaixo.

Fluxo de diálogo e encaminhamento dos processos institucionais da educação profissional.

Figura 1. Diálogo do (a) Superintendente: um elo de fortalecimento na gestão das EEEPs no Ceará.



Fonte: Coordenadoria de Educação Profissional.

Observa-se que a figura do Superintendente das EEEPs dialoga diretamente com toda a rede, fortalecendo e ampliando o entendimento dos processos e viabilizando a concretização da política no Estado.

Em 2013, os cursos de Vestuário e Manutenção Automotiva tiveram seu redesenho concluído, com seus respectivos Guias Pedagógico. Vale ressaltar que o período de 2012 a 2014 teve como marco o aprofundamento do processo de revisão

curricular e pedagógica, com vistas a efetivar a integração curricular do ensino médio com o profissional.

Analisando os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 no tocante à realização do estágio curricular, observa-se que o curso profissional com maior demanda e oferta de matrículas, no Eixo Saúde e Ambiente, permaneceu sendo o de Enfermagem. Nos demais eixos, tem-se Informática, seguido de Redes de Computadores, implantado em 2011.

Ainda em 2013, mais precisamente em dezembro, registra-se a realização do II Simpósio Estadual de Educação Profissional com o tema Áreas e Dimensões de Competências da Gestão Escolar. O evento marcou a implantação da centésima Escola Estadual de Educação Profissional, no município do Crato.

3.3.7 Em 2014: democratizando a informação, ferramenta de cidadania

Em 2014, foram colocadas em funcionamento mais nove escolas segundo o padrão MEC e mais três cursos técnicos: Biotecnologia, Gestão Cultural e Móveis. O curso de Móveis foi implantado em substituição à Carpintaria, utilizando a infraestrutura já existente. Tal fato ocorreu tendo em vista a melhor adequação do curso de Móveis ao mercado de trabalho.

Outra mudança ocorrida em 2014 refere-se à transferência do curso de Mineração das EEEP Francisca Neylita Carneiro Albuquerque, em Massapê, e Francisca Maura Martins, em Hidrolândia, para a EEEP Maria Ângela da Silveira Borges, em Fortaleza.

Registra-se, ainda, o fechamento do curso de Cerâmica, implantado em 2011, na EEEP Francisca Rocha Silva, em Jaguaruana. Esse curso funcionou, nessa escola, durante dois ciclos (2011 – 2013 e 2012 – 2014), com encerramento das atividades para o ano letivo de 2015. A dificuldade encontrada refere-se à lotação de professores técnicos, especialmente o graduado em Engenharia de Materiais.

As EEEP de Pacatuba e de Jucás iniciaram suas atividades no segundo semestre de 2014, portanto as matrículas aqui registradas não constam no Censo Escolar, que tem como data base o mês de maio. O mês de captura das matrículas dessas duas escolas foi novembro de 2014.

Dando continuidade ao processo de redesenho pedagógico dos cursos técnicos implantados, até 2014, foi finalizada a revisão curricular e pedagógica de um total de 23 cursos, com a devida elaboração de seus Guias, sendo em 2012 o de Enfermagem; em 2013 o de Vestuário e Manutenção Automotiva; e em 2014: Hospedagem, Guia de Turismo, Portos, Saúde Bucal, Áudio e Vídeo, Gestão da Produção Cultural, Administração, Segurança do Trabalho, Comércio, Edificações, Logística, Modelagem do Vestuário, Eventos, Massoterapia, Biotecnologia, Meio Ambiente, Estética, Fabricação Mecânica, Móveis e Finanças. Na fase dessa pesquisa, um total de 30 cursos encontrava-se em processo de revisão.

Entende-se que o trabalho de redesenho curricular direciona para a garantia da melhoria da qualidade da educação profissional e orienta adequadamente toda a sua comunidade escolar.

Na área de estágio curricular teve-se a publicação no *site* da SEDUC:

[...] o Sistema Informatizado de Captação e Estágios – SICE estrutura-se com o objetivo de gerir a sistemática de captação de estudantes da Educação Profissional e projeto e-Jovem por parte das concedentes de estágio. Através dele é possível emitir o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termo de Realização do Estágio (TRE) e fazer o acompanhamento jurídico, financeiro, pedagógico e avaliação dos processos de estágio da COEDP. (CEARÁ, 2014, p. 5)

Manual do Itinerário Formativo, Avaliação e Acompanhamento do Estágio, elaborado para cada curso:

[...] o itinerário formativo está estruturado de modo a preparar o estudante para a vida produtiva, através do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à formação integral do cidadão crítico-reflexivo, mediante um currículo integrador de conteúdos do mundo do trabalho e da prática social do estudante, levando em conta as múltiplas dimensões da formação humana e os saberes de diferentes áreas do conhecimento. (CEARÁ, 2014a)

Outra ação significativa, desenvolvida em 2014, refere-se ao investimento em ferramentas de comunicação, capazes de oferecer à sociedade e à comunidade escolar informações acerca da Política de Educação Profissional. Para tanto, a COEDP efetivou a contratação de profissionais para registrar a evolução do processo no Ceará, seja com informações estatísticas, elaboração de relatório de gestão, ou mediante a construção de um site para divulgar a concepção e construção das escolas e a sua estrutura de funcionamento atual.

O site das Escolas Estaduais de Educação Profissional oportuniza maior credibilidade ao trabalho desenvolvido pela SEDUC, por meio da COEDP, ao tornar públicas as informações referentes à Política de Educação Profissional. Além disso, o site representa o compromisso assumido pelo Governo do Estado de prestar contas à sociedade sobre as ações e os investimentos de caráter público. A COEDP compreende que a democratização da informação é uma ferramenta de cidadania.

A implantação da rede de educação profissional, de forma gradativa, tanto em termos de unidades escolares como nos processos pedagógicos, exige um olhar cuidadoso para compreender as especificidades das escolas profissionais, considerando cada uma das diversas etapas ao longo de um ciclo de formação em três anos.

Assim, é preciso reconhecer que cada escola é única, com seu conjunto de cursos técnico, e apresenta suas peculiaridades, considerando ainda o contexto local, entre outras tantas variáveis que fazem de cada uma das escolas da rede de EEEP do Ceará diferentes entre si.

Portanto, valorar ou quantificar os recursos dispendidos para a instituição e o funcionamento das EEEP no Ceará, conforme aqui realizado, está atravessado por esse olhar singular sobre cada curso, reconhecendo que o centro da política de educação profissional são as pessoas, no caso, os jovens cearenses, alunos das EEEPs.

Sendo assim, nota-se que cada ano teve sua marca positiva, e, embora os percalços possam atropelar mais a consolidação dos feitos até então, serviu para mostrar que a política está atendendo ao desenho que lhe foi atribuído com um destaque que merece aqui nossa observação, visto que, no período de seis anos, já é possível verificar se teve ou não impacto na categoria beneficiada, aqui, especificamente, a juventude. Destacamos nesse quesito a quantidade de jovens que ingressaram na universidade, sobrepondo-se aos que entraram no mercado de trabalho.

Para nosso entendimento, está sendo positivo, pelas oportunidades que lhes são oferecidas. Para tanto, deixamos aqui uma inquietação: não será preciso rever o propósito da EEEP? Vejamos o que encontramos quanto à integração entre a matriz curricular, conceitos e princípios norteadores dessa política no Estado do Ceará.

3.4 A PERSPECTIVA DE UM CURRÍCULO INTEGRADO NAS EEEPS DO CEARÁ: DIALOGANDO SABERES ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A perspectiva da integração do ensino médio à educação profissional, para a SEDUC, entende-se que se fundamenta no pressuposto de que o processo educacional, necessariamente, deve ter como referência uma concepção integral do ser humano, que agregue suas diferentes dimensões constituintes com vistas à formação omnilateral³⁵ dos sujeitos. O trabalho, a ciência e a cultura compõem as dimensões aqui referidas.

Entende-se que uma formação pautada nessas dimensões e associada à conscientização política permitirá ao homem compreender e transformar sua ação, superando sua condição de ser alienado. Daí, o cuidado e a clareza que se deve ter com o processo formativo numa perspectiva omnilateral, que possibilite proporcionar ao ser humano colocar-se no campo da produção, da transformação, assumindo uma posição de indivíduo reflexivo e criativo. De acordo com Rays

No modo de produção existente em nossa sociedade nem toda atividade do homem é uma atividade consciente. Em parte, essa situação pode ser atribuída ao processo educacional sempre que este não oferecer uma formação científica crítica, em que a união da teoria e da prática seja a marca predominante para a formação do homem omnilateral. Por isso é preciso que todo processo formativo sistematizado ofereça ao homem a oportunidade de alcançar a atividade consciente, para que possa transformar a realidade objetiva que o oprime. Daí a importância da união da teoria e da prática nos processos formativos escolares. (RAYS,1998, p. 33-34)

Compreendemos que o capitalismo rouba a liberdade e oprime o indivíduo, porém a formação omnilateral contribui para que o homem tenha a oportunidade de estar consciente dos desafios no seu tempo e espaço, sendo capaz de realizar ações, compreender o meio social, intervir e tomar decisões mediante um projeto de vida emancipatório. Para Frigotto,

formar hoje para uma perspectiva omnilateral, e dentro de uma concepção de que as pessoas vêm em primeiro lugar, pressupõe tornar-se senso comum de que as relações capitalistas são incapazes, por natureza intrínseca, de prover minimamente o conjunto de direitos fundamentais a todos os seres humanos, a começar pelo direito à vida digna, à saúde, à

³⁵ Omnilateral: Marx refere-se ao termo (Omnilateral) como uma formação humana oposta à formação unilateral, que, por sua vez, é provocada pelo trabalho alienado, pela divisão do trabalho, pelas relações burguesas. Diz-se de um pensamento marxista que defende que o homem deve se sentir completo a partir de sua convivência em sociedade e de seu trabalho. Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br/omnilateral/. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

educação, habitação, emprego ou salário desemprego, lazer, etc, sem o que o humano se atrofia”. (FRIGOTTO, 1996, p. 157)

Nessa perspectiva, deve-se proporcionar ao indivíduo uma formação que lhe permita enxergar a realidade e, a partir dela, intervir, dando sua contribuição e no processo romper com a visão capitalista fragmentada. Recuperar a omniteralidade do ser, finalidade do processo educativo e, antes de tudo, reconhecer a integralidade do indivíduo, deixando de lado a compreensão de homem alienado.

Na formação desse ser integral, é imprescindível a compreensão do real como totalidade, o que exige o conhecimento das partes e as relações entre elas. O movimento da parte para o todo e do todo para a parte possibilita transitar pelos conhecimentos científicos (conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos) e dados de realidade (a prática em si), buscando construir novos conhecimentos que deem conta da superação das dificuldades apresentadas na vida cotidiana e no exercício da profissão.

O diálogo entre os saberes que compõem o currículo, a vinculação destes com a prática e o respeito a todas as dimensões, que compreendem a vida humana, contribuem para a formação dos estudantes, de modo a prepará-los para a vida, para o exercício de sua atividade técnica e para a busca da continuidade de seus estudos rumo a uma formação em nível superior.

Outro fundamento importante, adotado pela Secretaria da Educação e sua Coordenadoria de Educação Profissional, refere-se à concepção do trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, toda a base curricular proposta, compreendendo seus objetivos, conteúdos e métodos, tem como pressuposto essa concepção.

Além desses fundamentos e princípios, vale destacar que o Projeto Político Pedagógico construído pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional adota as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, estabelecidas pela Resolução nº 6/12³⁶ do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. E é com essa perspectiva que o currículo integrado do Ensino Médio com o Profissional vem sendo desenvolvido no Ceará.

A matriz curricular é a materialização do currículo pensado para o ensino médio integrado à educação profissional. Como forma de dar conta dos desafios

³⁶ Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Resolução CNE/CEB 6/12. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p.22

colocados para a implementação da política estadual de educação profissional, a matriz curricular em desenvolvimento pela COEDP está composta de três áreas, perfazendo um total de 5.400 horas/aula, assim denominadas: Formação Geral (Base Nacional Comum) + Formação Profissional + Parte Diversificada.

As três áreas, cada uma com suas especificidades, devem dialogar entre si, estabelecendo as conexões necessárias, numa dinâmica de interdependência, de modo a formar um todo integrado. Outros projetos trabalhados nas EEEPs são iniciativas que fortalecem as dimensões do empreendedorismo e da formação cultural e cidadã dos alunos. A ideia parece fortalecer os conceitos estruturantes da educação profissional, oportunizando momentos e processos de aprendizagem e desenvolvimento de práticas que dialogam com os conteúdos trabalhados.

A participação dos alunos nesses projetos é opcional, não se constituindo, portanto, como conteúdo curricular obrigatório. Nesse sentido, os projetos são executados em algumas EEEP, segundo critérios estabelecidos pelas organizações parceiras.

O Projeto Círculo de Leitura é resultante de convênio firmado entre o Instituto Fernand Braudel de Economia e a Secretaria da Educação do Ceará. Estimula no aluno a formação de uma visão solidária, responsável e transformadora. Já o Projeto Júnior Achievement, também chamado de Projeto de Formação de Miniempresa, com foco no empreendedorismo, proporciona aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio a experiência prática em economia e negócios, na organização e na operação de uma empresa.

Outro Projeto, “Escolas: uma parceria para o futuro”, é desenvolvido com o apoio do Goethe-Institut, foi concebido pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e tem como objetivo criar uma rede mundial de pelo menos 1.000 escolas parceiras. Para viabilizar esse projeto, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha trabalha em conjunto com o Departamento Central para o Ensino de Alemão no Exterior, o Goethe-Institut³⁷, o Serviço Alemão de Intercâmbio Pedagógico e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico. Integrando, portanto, o

³⁷ O Goethe-Institut é uma organização cultural da República Federal da Alemanha. Suas atividades incluem a promoção do conhecimento da língua alemã no exterior, o fomento à colaboração cultural internacional e a transmissão de uma visão abrangente da Alemanha através de informações sobre a vida política, social e cultural alemã. A rede de Institutos e Centros Goethe, associações culturais, salas de leitura, assim como os centros de exames e de aprendizagem, atuam no âmbito da política cultural e educacional internacional, ao mesmo tempo estabelecendo cooperações com instituições culturais privadas e públicas, com municípios, com estados e com organismos econômicos.

projeto “Escolas: uma parceria para o futuro”, a Secretaria de Educação do Ceará, mais especificamente as Escolas de Educação Profissional Paulo VI e Juarez Távora, desde 2011, ofertam o ensino de alemão como língua estrangeira para os alunos interessados através do Goethe-Institut, que assegura assistência às EEEP acima mencionadas, por meio de subsídios financeiros e técnicos, visando à consolidação do ensino de alemão como língua estrangeira no currículo escolar, além dos vínculos estabelecidos entre a comunidade escolar e o governo alemão, objetivando a troca de experiências.

Desde sua implantação, em 2011, o projeto “Escolas: uma parceria para o futuro” já beneficiou um total de 341 alunos da EEEP Paulo VI e 231 da EEEP Juarez Távora. Menciona-se, ainda, o Programa “Trabalho, Justiça e Cidadania”, este que é uma iniciativa de construção de cidadania idealizada pela Associação Nacional de Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA) e executado em cada estado pela Associação dos Magistrados do Trabalho de cada região (AMATRA), sob a coordenação de um Juiz do Trabalho. No Estado do Ceará, é executado pela AMATRA 7. Nas escolas participantes, os temas sobre cidadania, ética, direitos humanos e trabalhistas são desenvolvidos pelos multiplicadores/professores nas salas de aulas, através de debates, seminários e outras ações pedagógicas.

Assim, percebe-se que, dentro da EEEP, são várias as formas de envolver o educando, numa linguagem apropriada para o seu desenvolvimento, proporcionando ao ser humano assumir uma posição de indivíduo reflexivo e criativo.

As EEEPs utilizam-se de uma metodologia problematizadora e reflexiva, com possibilidades de o estudante se preparar de forma mais consistente para os desafios constituintes da entrada no trabalho e para o exercício pleno da cidadania, exercitando a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

3.5 POLÍTICA DE FORMAÇÃO NAS EEEPS: UMA NOVA VISÃO DE GESTÃO ESCOLAR

Com a implantação da política de educação profissional no estado, em 2008, o Governo do Estado investiu na formação de gestores na tentativa de contribuir para sua qualificação no uso de ferramentas de gerenciais e de professores para atuarem em salas de aula da educação profissional. Esse

entendimento converge com o que foi estabelecido nacionalmente para o aprimoramento da política de educação profissional e tecnológica.

Foram várias as estratégias desenvolvidas pelo Governo do Estado, que vão desde uma formação específica para a utilização de uma metodologia de gestão até o mestrado, na tentativa de consolidar uma política contínua, valorizar o profissional, eliminar progressivamente a dicotomia entre o acadêmico e o profissional e articular a formação inicial e continuada, bem como contribuir com o ensino qualitativo nas escolas estaduais de ensino médio profissional do estado do Ceará.

3.5.1 Formando gestores: contribuindo e qualificando para o uso das ferramentas gerenciais

Em 2008, a Secretaria da Educação, em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade Educacional (ICE), ofertou a formação na Tecnologia Empresarial Sócio Educacional (TESE) para os 25 gestores das vinte e cinco EEEP iniciais. Essa formação continuou sendo ofertada nos anos de 2009 e 2010 para os novos gestores.

Em 2009, foi ofertado o curso de aperfeiçoamento “A Política da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio” para 80 gestores participantes do processo seletivo para a EEEP em 2008.

Nos anos de 2011 até 2013, essa formação ficou sob a responsabilidade da própria SEDUC, que, com o apoio dos gestores das EEEP, formou um banco de multiplicadores com a missão de preparar os novos gestores e as equipes escolares.

Em 2011, a SEDUC conviniu com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) a formação para os gestores das EEEP no curso de Especialização de Gestores da Rede Pública Estadual de Educação Profissional, em parceria com o Instituto Federal do Paraná - IFPR. Ainda em 2011, a formação no curso MBTI (Myers Briggs Test Identification, em parceria com a Consultoria TEIA Brasil.

Outra formação realizada, em 2011, e que permanece até hoje foi o Programa de Formação em Liderança – A Essência da Gestão, Novos Paradigmas para o Exercício do Poder e da Autoridade. Em parceria com a TEIA Brasil, vem

atendendo a todos os gestores das EEEP e três Orientadoras das Células da COEDP.

Em 2012, a SEDUC conviniu com a SETEC/MEC a formação para os gestores das EEEP no curso de Especialização de Gestores das Escolas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com o CAEd e o Centro Paula Sousa (CPS).

No ano de 2013, a SEDUC, em parceria com a SETEC/MEC, conviniu com a Universidade Federal da Bahia - Escola de Administração da UFBA – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, o curso de Mestrado Profissional em Administração (MPA).

São objetivos do Curso, segundo o sítio da UFBA³⁸

Formar gestores para uma atuação crítica, contextualizada e propositiva em empresas privadas e estatais, instituições públicas e organizações não governamentais, capacitando-os para: analisar contextos e ambientes nas suas diferentes configurações; analisar problemas complexos no âmbito das organizações; formular estratégias, políticas e planos de intervenção; monitorar e avaliar resultados; interagir com os diversos setores da sociedade; liderar equipes de trabalho; gerir os processos de mudança organizacionais.

Ainda em 2013, ocorreu a formação no Curso de Especialização em Gestão Escolar, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Instituto UFC Virtual, em parceria com a SEDUC, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o MEC.

Dessa forma, entende-se que a SEDUC empenhou-se na formação para o quadro de pessoal das EEEPs na tentativa de que a política da educação profissional pudesse ser fortalecida com as ações que tivessem resultados de impacto na rede de escolas profissionais.

3.5.2 Formando professores técnicos: capacitar docentes para promover visão abrangente

Em 2012, a SEDUC conviniu com a SETEC/MEC a formação na Especialização em Turismo e Hospitalidade, em parceria com o Instituto Federal do Ceará – (IFCE), de 52 Professores Técnicos graduados em curso de nível superior.

³⁸ Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/node/542/objetivos>. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.

No ano de 2013, a SEDUC conveniou com a SETEC/MEC a formação no Curso de Aperfeiçoamento em Docência em Educação Profissional nos Níveis Básico e Técnico em parceria com o Instituto Federal do Ceará – (IFCE).

Outra qualificação, trabalhada em 2013, foi o Curso de Formação em Complementação Pedagógica, que teve a finalidade voltada para o docente bacharel, atuante em escolas de Educação Profissional no Estado do Ceará.

Percebe-se que, diferentemente dos gestores que iniciaram sua formação em 2008, os professores técnicos o fizeram somente a partir de 2012, na perspectiva de formar docentes com visão abrangente para atuarem em sala de aula.

3.6 AS EEEPS NO CEARÁ: REGISTRANDO SEU DESENVOLVIMENTO E APONTANDO INDICATIVOS E TENDÊNCIAS EM CONSTRUÇÃO

Pensar a política de educação profissional e materializá-la por meio de uma rede física estadual de escolas, de cursos implantados, de educadores qualificados, do projeto político pedagógico desenhado, do investimento financeiro realizado, entre outros dispositivos e processos necessários, não é suficiente à sua efetiva implementação.

A implantação de uma política pública de educação, ou de qualquer outra área, requer que sua construção esteja sintonizada com as necessidades sociais de uma dada população em um dado território, considerando os contextos social, político, cultural, demográfico, econômico, ambiental, entre outras dimensões, em que é produzida. Sua existência justifica-se, assim, como uma produção social significativa de intervenção em determinada realidade, de modo a impactá-la no sentido de favorecer o exercício da cidadania e o desenvolvimento integrado da sociedade e das pessoas que a constituem.

Mas como identificar os impactos resultantes da implementação da política pública de educação profissional? Um dos caminhos, sem sombra de dúvidas, é o registro de todas as informações de educação produzidas, o que possibilita a construção de indicadores que devem ser periodicamente analisados, de modo a viabilizar informações que permitam a tomada de decisão por parte dos gestores públicos na condução da política. O monitoramento e a avaliação são momentos essenciais do planejamento e da execução das iniciativas de governo.

Nessa perspectiva, as experiências vivenciadas no exercício da política de educação profissional do Estado do Ceará são processadas em forma de indicadores, registrando seu desenvolvimento, no período de 2008 a 2014, e apontando indicativos e tendências em construção.

Os indicadores da Educação Profissional no Estado do Ceará, em seguida apresentados, contemplam, sempre que possível, a série histórica que compreende o período de 2008 a 2014, correspondente ao recorte temporal dessa pesquisa.

Optou-se por apresentar alguns indicadores, como a intenção de possibilitar ao leitor a compreensão e avaliação do desenvolvimento da educação profissional no Estado do Ceará, desde sua implantação até o ano de 2014.

3.6.1 A EEEP no Ceará e o SPAECE: avançando na proficiência em português e matemática

No período de 2008 a 2014, atesta-se uma evolução positiva da rede física de Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, assim como da oferta de cursos técnicos e da descentralização dessa política nos municípios do Estado. Os investimentos feitos, nesse sentido, possibilitaram, conseqüentemente, a ampliação do acesso de jovens ao ensino profissional integrado no Estado do Ceará.

Destaque importante nesse percurso da educação profissional refere-se aos resultados relacionados à proficiência em português e matemática dos alunos das EEEP, registrados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)³⁹.

A pontuação para a proficiência, tanto em português como em matemática, é estabelecida por meio da aplicação de testes de desempenho e questionários contextuais que possibilitam extrair dados, visando traçar um panorama da qualidade da educação dos alunos. Segundo informações contidas no

³⁹ O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) foi implementado em 1992 pela Secretaria da Educação (SEDUC), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A Avaliação realizada pelo SPAECE abrange as escolas públicas das redes estadual e municipais do estado, avaliando os alunos da Educação Básica, desde as etapas de Alfabetização até o Ensino Médio, incluindo, portanto, as escolas de educação profissional. O SPAECE fornece subsídios para a formulação, a reformulação e o monitoramento das políticas educacionais. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2015.

site do SPAECE, as informações construídas possibilitam aos gestores das Secretarias de Educação

[...] tecer reflexões, elaborar e monitorar suas políticas, programas e projetos educacionais. No âmbito das unidades escolares, os dados podem ser adotados, pelos diretores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e responsáveis, para a revisão ou consolidação das ações definidas no projeto político pedagógico da escola. Além disso, a organização desses dados constitui uma ferramenta importante para diagnosticar os resultados escolares e prestar contas à sociedade, em geral, de como se encontra a qualidade do ensino público cearense. (Disponível em <http://www.spaece.caeduff.net/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2015)

No quadro apresentado a seguir, identifica-se uma evolução favorável das EEEP tanto no que se refere à proficiência em português como em matemática, em todas as séries, no período de 2008 a 2014. Verifica-se, ainda, que as pontuações das EEEP superam as das Escolas Regulares do Ensino Médio, além de apresentarem também uma melhoria de qualidade mais expressiva.

Quadro 2. Evolução dos alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio das Escolas Regulares e das Escolas Estaduais de Educação Profissional em proficiência em português e matemática.

SPAECE			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
LÍNGUA PORTUGUESA	1ª Série EM	ESTADO	226,2	240,6	245,1	249,2	249,9	249,2	252,5
		EEEP	248,6	269,8	281,4	284,3	284,3	283,5	*
	2ª Série EM	ESTADO	229,0	248,5	252,5	257,0	258,3	254,1	254,7
		EEEP	-	270,0	284,2	293,9	296,1	290,1	*
	3ª Série EM	ESTADO	235,4	251,6	260,9	260,4	251,6	257,8	263,6
		EEEP	-	-	281,1	288,7	288,7	293,6	*
MÉDIA GERAL ESTADO			230,2	246,9	252,8	255,5	253,3	253,7	256,93
MÉDIA GERAL EEEP			248,6	269,9	282,2	289,0	289,7	289,0	*
MATEMÁTICA	1ª Série EM	ESTADO	234,9	239,8	244,5	249,7	251,4	249,9	253,1
		EEEP	257,2	273,6	286,4	292,5	295,7	294,0	*
	2ª Série EM	ESTADO	237,8	253,2	254,5	259,1	260,1	257,4	257,4
		EEEP	-	277,6	291,2	305,5	308,8	304,7	*
	3ª Série EM	ESTADO	247,9	260,4	260,0	264,6	260,7	268,0	266,3
		EEEP			280,2	298,4	303,4	314,5	*
MÉDIA GERAL ESTADO			240,2	251,1	253,0	257,8	257,4	258,4	258,93
MÉDIA GERAL EEEP			257,2	275,6	285,9	298,8	302,7	304,4	*

Fonte: SPAECE.

*Até a finalização deste trabalho, ainda não tinham sido feitos os cálculos dentre as EEEPs no Ceará.

Reconhecer o avanço qualitativo do ensino médio nas EEEP não significa afirmar que as Escolas Regulares não o têm, o que está em discussão nesse contexto é se as diretrizes adotadas na educação profissional estão apresentando resultados satisfatórios e alcançando o objetivo proposto. Certamente, um dos fatores que contribuem para o melhor desempenho dos alunos das EEEP ancora-se na sua permanência em tempo integral na escola. Outro aspecto relaciona-se ao Projeto Político Pedagógico, que articulada e integra, no desenho curricular, os conteúdos teóricos com a prática, além do fortalecimento da formação cidadã e protagonista dos jovens educandos.

Nesse sentido, ao se destacar o desempenho das EEEP no SPAECE, pretende-se apontar a potencialidade do modelo pedagógico adotado, o qual, sem sombra de dúvidas, pode ter alguns de seus eixos e dimensões inseridos na rede de Escolas Regulares do Ensino Médio, potencializando não somente a melhoria da qualidade e proficiência em português e matemática, mas, ainda, aspectos relacionados ao protagonismo cidadão de seus alunos.

3.6.2 Alunos diplomados: sonhos realizados

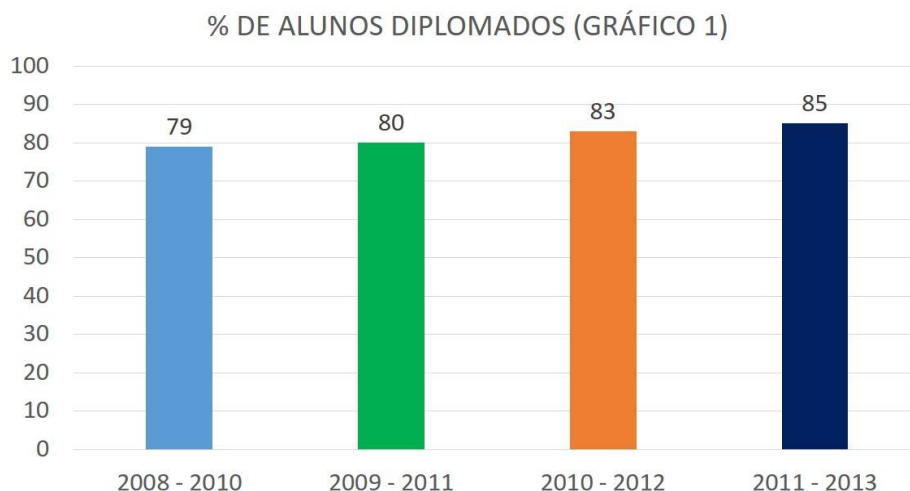
A SEDUC, por meio da COEDP, operou para o desenvolvimento sistêmico da política de educação profissional, assegurando a diplomação⁴⁰ de 85% dos alunos ingressos em 2011, atestando um aumento de 6% em relação ao primeiro ciclo de diplomação.

Vários fatores contribuíram para o alcance desse índice de diplomação, destacando-se, entre eles, a melhoria das condições materiais para o funcionamento adequado dos laboratórios técnicos; o processo de qualificação dos professores, diretores das EEEP e coordenadores de curso; o desenvolvimento de uma gestão compartilhada e integrada por meio da instituição do Núcleo Gestor e de reuniões periódicas, em cada EEEP, com os professores da área técnica e geral; a instituição do Projeto Professor Diretor de Turma; a elaboração de material didático-pedagógico e de orientação curricular, estágio, entre outros processos, fortaleceram a institucionalização da educação profissional no Estado do Ceará, de modo a

⁴⁰ Destaca-se que a não diplomação na educação profissional não implica, necessariamente, em evasão escolar, considerando a transferência de alunos das EEEP para escolas regulares.

estimular e criar condições satisfatórias para a finalização do curso técnico pelo aluno.

Gráfico 1. Alunos com ciclo completo de formação profissional integrada ao ensino médio no Ceará.



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Dos alunos diplomados, nos quatro ciclos de formação, 29% cursaram Informática, e 24%, Enfermagem, colocando ambos os cursos como os de maior oferta e demanda. Em 2014, das 106 EEEP, 62% ofertavam o Curso de Informática, e 48%, o de Enfermagem.

No que se refere à não diplomação dos alunos, o curso que apresenta o maior índice é o de Guia de Turismo, seguido dos de Cerâmica, Aquicultura e Agroindústria. Ressalta-se o aumento significativo de 38% de não diplomação em Guia de Turismo, comparando os ciclos de 2010-2012 com 2011-2013, o que requer uma avaliação sobre o seu desenvolvimento. O mesmo ocorreu com os Cursos de Agroindústria e Aquicultura. Quanto ao de Cerâmica, conforme registrado anteriormente, foi extinto para o ano letivo de 2015, considerando as dificuldades de manutenção de professores técnicos, em especial os com formação em Engenharia de Materiais.

3.6.3 Na EEEP surgem as oportunidades: no mercado de trabalho e na universidade

Os indicadores relacionados ao ingresso de concludentes das EEEP no mercado de trabalho e sua aprovação na universidade materializam o ideário da política de educação profissional do Ceará, que tem como um de seus focos possibilitar aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

Compreende-se, dessa forma, que tanto o acesso ao trabalho como à educação, em suas diversas modalidades e graus de formação, expressam a materialidade real de direitos garantidos constitucionalmente. Nesse sentido, reconhecem-se as contribuições que a política de educação profissional tem proporcionado para a efetivação de tais direitos de cidadania a um maior número de jovens cearenses.

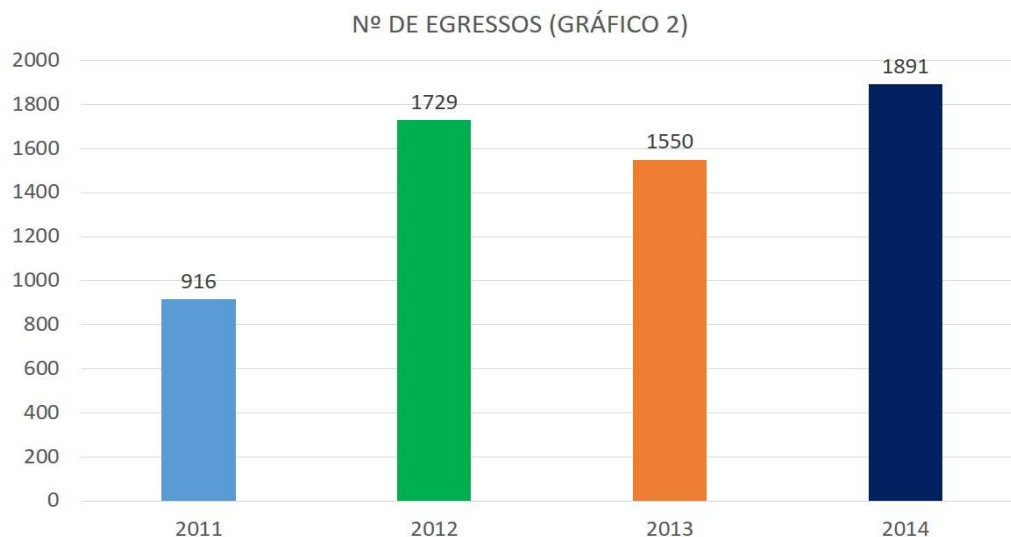
No desenvolvimento da política de educação profissional, a exemplo dos indicadores expressos nos gráficos a seguir, verifica-se a ampliação da aprovação de egressos das EEEP na universidade e uma redução de sua inserção no mercado de trabalho. Optando pelas duas escolhas, concomitantemente, tem-se um grupo de 7,5% dos formandos em 2014.

Aponta-se, assim, que a escolha dos concludentes da educação profissional do Ceará tem sido prioritariamente pelo ingresso na universidade, o que indica a necessidade de uma avaliação sobre os impactos da política de educação profissional em relação ao mundo do trabalho.

Certamente, essa avaliação não deve se limitar à análise de indicadores quantitativos, considerando, também, os processos de abordagem qualitativa, que permitam a compreensão da dimensão subjetiva, percebendo as implicações dessa política na vida dos jovens e na comunidade em que se inserem, que podem ir além da sua inserção ou não no mundo formal do trabalho.

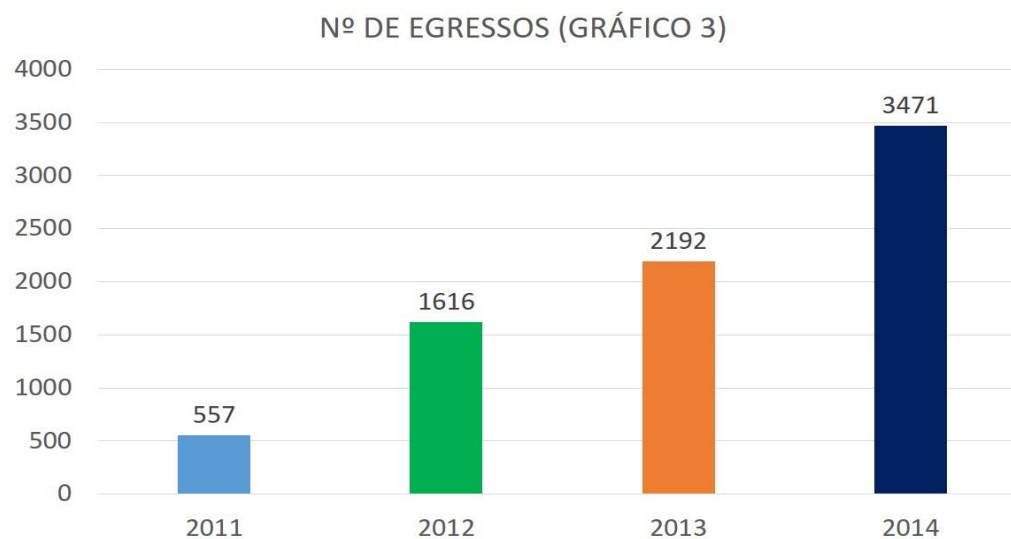
Outro aspecto importante a se destacar refere-se ao fato de alunos concluírem o curso técnico com idade inferior a 18 anos, o que impossibilita seu ingresso imediato no mercado de trabalho, colocando a necessidade de ampliação do período de monitoramento do egresso como forma de identificar sua inserção posterior.

Gráfico 2. Número de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional inseridos no mercado de trabalho, no Ceará, de 2011 a 2014.



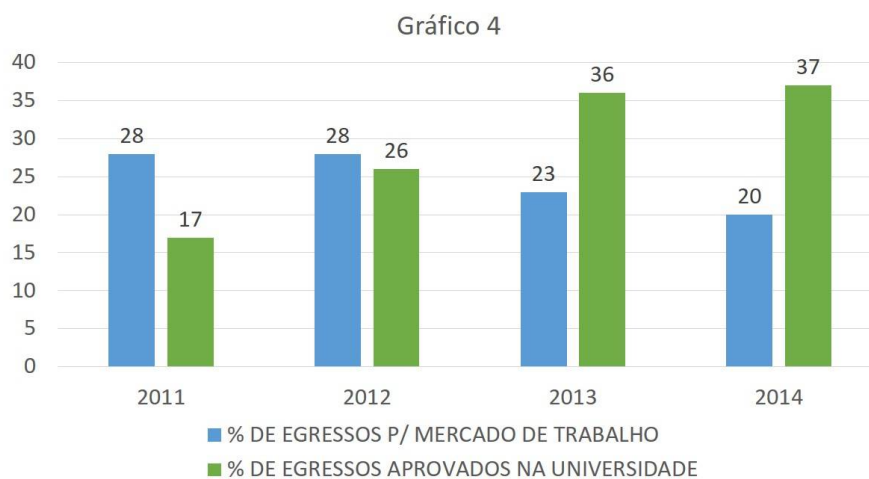
Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Gráfico 3. Número de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional aprovados na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

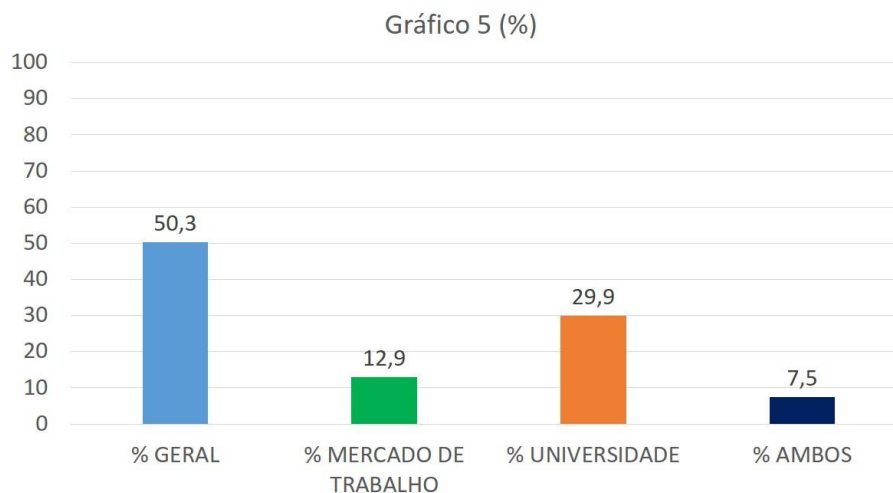
Gráfico 04. Comparação percentual entre a inserção de egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional no mercado de trabalho e aprovação na universidade, no Ceará, de 2011 a 2014.

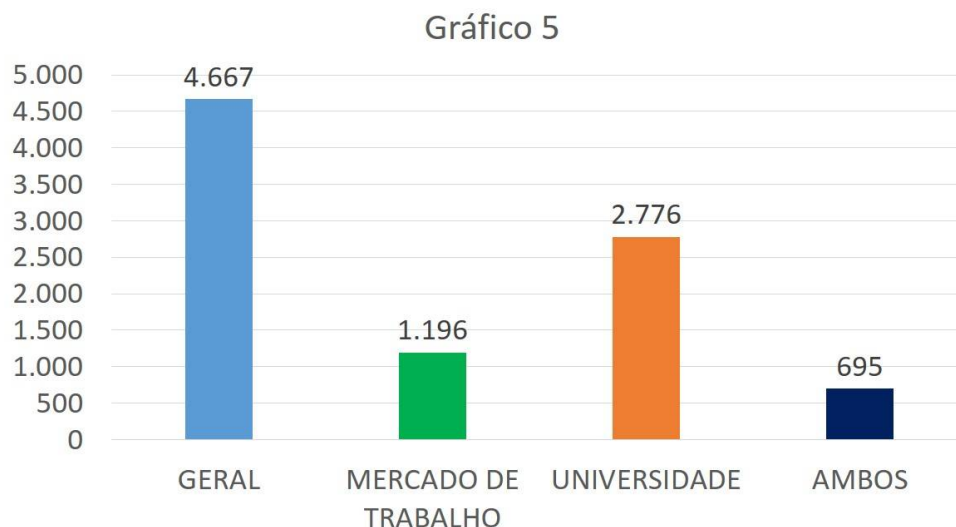


Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

No ano de 2014, do total de concludentes das EEEP, ciclo 2011-2013, 50% encontravam-se na condição ou de inserção no mercado de trabalho ou de aprovação na universidade, ou tendo realizado as duas opções, totalizando um grupo de 4.667 alunos.

Gráfico 05. Apresentação detalhada em percentual e em números absolutos da inserção no mercado de trabalho, da aprovação de alunos em universidades e de ambas as escolhas, e representação geral.





Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

2.6.3.1 O papel da EEEP no Ceará: área técnica cursada e atividade profissional desempenhada

Embora se perceba uma diminuição da inserção dos concludentes das EEEP no mercado de trabalho, vale salientar que, de 2013⁴¹ para 2014⁴², foi registrado um aumento de 4% da correspondência entre a área técnica cursada e a atividade profissional desempenhada pós-formação técnica, conforme o que será apresentado no Gráfico 06.

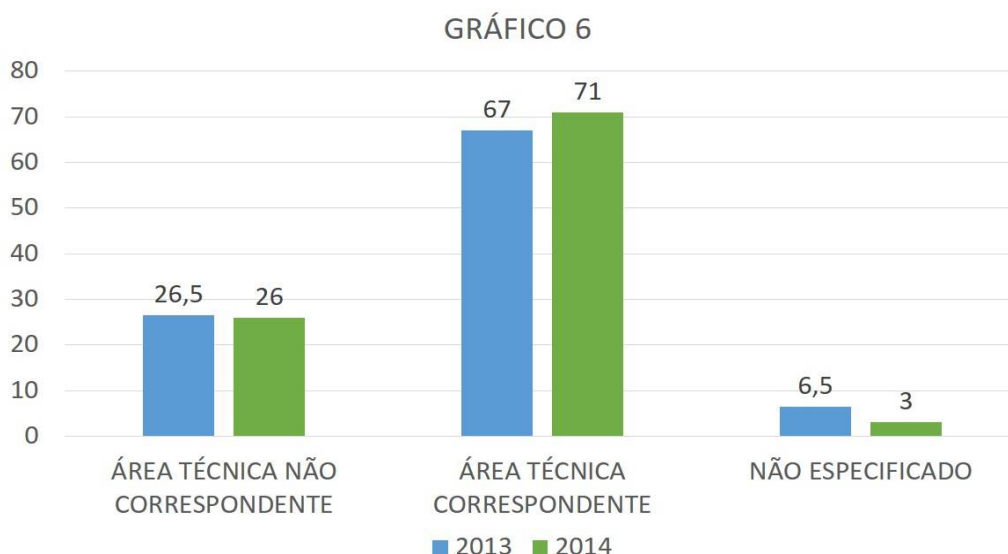
Considerando a diminuição do item 'Não Especificado', relacionado à não identificação do dado, supõe-se que o aumento da referida correspondência deva-se, também, à melhoria no sistema de coleta dessa informação.

De qualquer forma, é significativo registrar que a correspondência entre formação técnica realizada e o tipo de atuação profissional desempenhada, quando do ingresso no mercado de trabalho, indica o acerto das escolhas profissionais realizadas pelos egressos e a adequabilidade da oferta educacional ao mercado de trabalho. Vejamos.

⁴¹ Refere-se aos egressos do ciclo de formação de 2010 a 2012.

⁴² Refere-se aos egressos do ciclo de formação de 2011 a 2013.

Gráfico 06. Percentual correspondente entre a área técnica cursada e a atividade profissional desempenhada.



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Em 2013, os cursos técnicos que apresentaram maior correspondência entre formação técnica e atuação profissional, quando da inserção dos concludentes no mercado de trabalho, foram o de Produção de Moda, Estética, Edificações, Massoterapia, Administração e Contabilidade. E os que apresentaram menor correspondência foram os de Segurança do Trabalho, Aquicultura e Hospedagem.

Em relação à inserção no mercado de trabalho, em 2013, destacam-se os cursos de Finanças, Aquicultura, Contabilidade, Administração e Modelagem do Vestuário. Chama atenção o baixo ingresso no mercado de trabalho dos formandos em Enfermagem e Informática, considerando serem estes os cursos com maior número de concludentes. Por outro lado, foi o curso de Enfermagem que apresentou um maior número de ingressos por concurso público, denotando tratar-se de um campo com maior possibilidade de estabilidade trabalhista.

Já em 2014, os cursos técnicos de maior correspondência entre a formação técnica e a atuação profissional, quando do ingresso no mercado de trabalho, foram: Agricultura, Finanças, Fruticultura, Têxtil, Comércio, Manutenção Automotiva, Estética, Administração, Aquicultura, Regência, Química e Guia de Turismo. Os de menores correspondências foram: Mineração, Secretaria Escolar,

Cerâmica, Mecânica e Carpintaria. Destaca-se o aumento de correspondência, de 2013 para 2014, do curso de Aquicultura, com um aumento de 40%.

No que se refere à inserção no mercado de trabalho, os cursos que apresentam o maior percentual de concludentes inseridos no mercado de trabalho são: Contabilidade, Estética, Regência, Logística e Administração. Chama atenção a baixa inserção no mercado de trabalho de concludentes dos cursos técnicos do Eixo Tecnológico “Controle e Processos Industriais”, cuja implantação dos laboratórios técnicos requer investimentos elevados. Há que se avaliar a efetividade desses cursos em relação ao mercado de trabalho e às aspirações de seus alunos, entre outros aspectos.

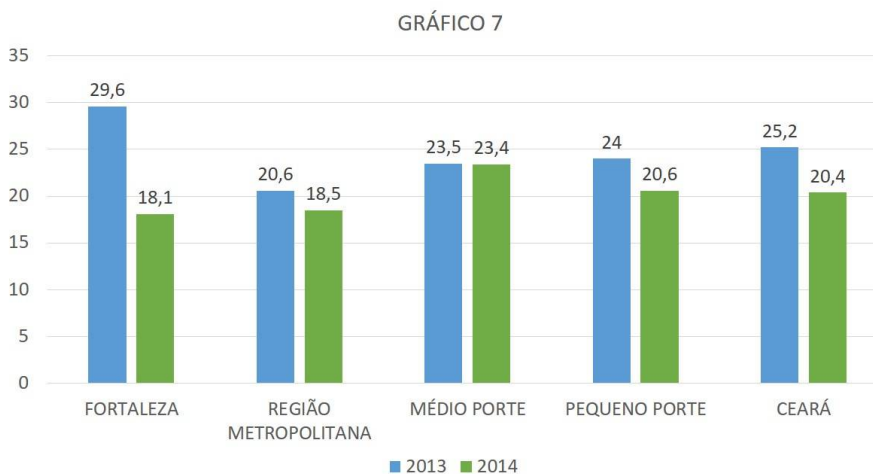
Comparando os anos de 2013 e 2014, conforme Gráfico⁴³ abaixo, identifica-se que a maior redução do número de concludentes inseridos no mercado de trabalho se deu em Fortaleza, destacando que o grupo de municípios de médio porte praticamente não apresentou nenhuma redução, mantendo seu percentual de inserção no mercado de trabalho.

Um dos motivos que podem estar contribuindo para a redução do ingresso dos formandos no mundo do trabalho, em Fortaleza, é a oferta ampliada de faculdades na capital.

Destaca-se que, no ano de 2014, a inserção de alunos concludentes da educação profissional no mercado de trabalho apresentou maiores percentuais nos grupos de municípios de médio e pequeno porte em comparação com a Região Metropolitana de Fortaleza. Aponta-se, assim, a tendência de que a interiorização da política de educação profissional esteja repercutindo no mundo do trabalho em âmbito local, embora a inserção no mercado de trabalho dos concludentes ainda esteja aquém do esperado.

⁴³ Os grupos de região foram constituídos segundo critério de porte populacional dos municípios que sediam as EEEP que tiveram alunos concludentes nos anos de 2013 e 2014. As EEEP de Fortaleza constituíram o grupo Fortaleza e as EEEP com concludentes em 2013 dos municípios de Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Horizonte, Pacajus e Cascavel formaram a Região Metropolitana em 2013 e, em 2014, esse grupo foi constituído pelos municípios de Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Pacajus e São Gonçalo do Amarante. Já os grupos de Médio Porte foram constituídos pelos municípios com mais de 60 mil habitantes, e os de pequeno porte, com municipalidades com menos de 60 mil habitantes.

Gráfico 07. Percentuais comparativos de interiorização da política de educação profissional nos grupos de municípios de médio e pequeno porte.

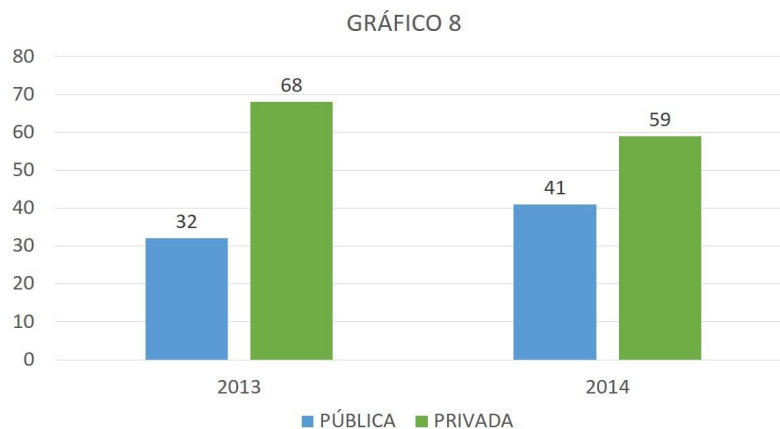


Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

2.6.3.2 Da EEEP para a universidade: contribuindo com a redução das iniquidades

Dos alunos das EEEP com aprovação na universidade, verifica-se, em conformidade com o Gráfico abaixo, uma ampliação de quase 10% do acesso aos estabelecimentos de ensino públicos.

Gráfico 08. Aprovação na universidade de alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional, por natureza jurídica dos estabelecimentos de ensino, nos anos de 2013 e 2014, no Ceará.



Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Considerando que os alunos que cursam as EEEP, em sua expressiva maioria, são egressos das escolas públicas do Ensino Fundamental, evidencia-se que a política de educação profissional no Ceará tem potencializado a redução de iniquidades, ampliando o acesso de jovens em situação de maior vulnerabilidade social ao ensino público de 3º grau. Do total de alunos aprovados em 2014, 68% manifestaram interesse no ingresso efetivo na respectiva universidade.

Tendo como referência os indicadores apresentados, além de toda a trajetória refletida até então, seguem alguns desafios, compreendidos como fundamentais para a continuidade da política de educação profissional no Ceará.

3.7 O CAMINHO PERCORRIDO E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NO CEARÁ: REFAZENDO A MEMÓRIA

As primeiras Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará nascem em 2008 carregando em si o sentido do fazer coletivo. Um movimento de educadores e gestores cearenses que, tecendo as possibilidades de uma nova manhã para os jovens deste estado, constroem a proposta político pedagógica da educação profissional.

Para muitos jovens, a educação profissional representa a possibilidade real do ingresso no mercado de trabalho de forma mais capacitada e, portanto, com melhores condições salariais. Mas o Projeto Político Pedagógico em desenvolvimento e aprimoramento constante, por cada EEEP, não se limitou à formação do ensino médio e à técnica. Desde o início, conteúdos para a constituição de jovens cidadãos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento social da comunidade cearense foram incluídos na matriz curricular.

Nesse sentido, debruçar-se sobre os desafios que se colocam hoje, ao final de 2014, para a consolidação da educação profissional no Ceará constitui uma tarefa bastante complexa.

Os indicadores acima apresentados, embora em uma série histórica bastante reduzida, configuram resultados iniciais decorrentes do desenvolvimento da política de educação profissional no Ceará, indicando sua relevância no que concerne ao ingresso no mundo do trabalho ou na universidade pelos alunos das EEEP.

Constatar que 50% dos alunos das EEEP, do ciclo de formação de 2011 a 2013, ou se inseriram no mercado de trabalho ou foram aprovados na universidade, ou obtiveram sucesso em ambas as situações, é bastante significativo. Principalmente, por se tratarem de jovens em situação econômica desfavorável, em muitos casos, residentes em cidades pelo interior do Estado, o que implica dizer que a política de educação profissional tem promovido e ampliado o acesso à educação e ao trabalho com equidade e justiça social.

Entretanto, identificar que, no percurso de 2011 a 2014, houve uma redução do ingresso de concludentes das EEEP no mercado de trabalho coloca para a SEDUC, por meio da COEDP, o desafio de identificar, com maior profundidade, os motivos que estão levando os alunos a essa escolha.

Ciente desse desafio, em 2013, a COEDP, por meio do Programa Aprender pra Valer, realizou um estudo junto aos concludentes das EEEP, tendo como amostra um total de 172 egressos de 2011, dos cursos de Informática, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Enfermagem de 9 EEEP, distribuídas em 6 municípios do Ceará. Entre os achados, o estudo apontou a falta de emprego na área cursada como o principal motivo para a não inserção no mercado de trabalho, segundo 42,9% dos entrevistados.

Entretanto, considera-se que, no decorrer dos anos, a tendência de adesão à universidade, e não à inserção no mercado de trabalho, reitera a necessidade de ampliação do estudo feito, como forma de redefinir as estratégias utilizadas no modelo integrado do Ensino Médio à Educação Profissional.

Outro aspecto fundamental para ser avaliado refere-se à adequabilidade dos cursos técnicos em relação às necessidades atuais e futuras do mercado de produção e de trabalho, considerando a política de desenvolvimento econômico e social do Ceará.

Nesse sentido, cabe analisar os cursos técnicos que apresentam os menores índices de egressos no mercado de trabalho e na universidade, estudando a viabilidade de sua manutenção e/ou ampliação, considerando os valores financeiros para a montagem de seus laboratórios técnicos, entre outros. Em contraposição, deve-se avaliar aqueles que estão oportunizando maior acesso ao trabalho, verificando a pertinência de sua ampliação em compatibilidade com as perspectivas de investimentos para o desenvolvimento econômico e social.

A política de educação profissional, necessariamente, deve estar interligada à política de emprego e renda, de modo a estimular que os jovens egressos das EEEPs tenham interesse e condições para o ingresso formal no mercado de trabalho.

Reitera-se, portanto, a relevância na continuidade dos diálogos com os setores produtivos e de serviços, no sentido da pactuação de uma política efetiva de emprego e renda para os egressos das EEEPs.

Destaca-se que esse diálogo deve ser aprofundado com as referências produtivas e com os setores governamentais nos municípios de médio e pequeno porte, considerando os resultados favoráveis que a política de educação profissional tem alcançado nesses grupos, conforme indicadores de ingresso de concludentes das EEEPs no mercado de trabalho e correspondência entre o curso técnico e a atividade profissional, além da ampliação da aprovação de alunos desses municípios em universidades públicas. Coloca-se, assim, o desafio de fortalecimento da interiorização da educação profissional no Ceará, de modo a potencializar o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional.

A efetivação da interiorização da política de educação profissional aponta a necessidade de reflexão e análise das possibilidades de regionalização de alguns cursos técnicos. Pensando nessa necessidade de reflexão acerca dessa política no estado foi que o Orientador da CEDEA8, ao ser indagado, respondeu o seguinte, em relação aos alunos egressos das EEEPs que estão indo mais para a universidade do que para o mercado de trabalho.

Efetivamente, não era esse o principal objetivo do sistema de educação, ao “criar” o atual modelo de educação profissional no estado do Ceará. A ideia inicial era a formação de uma mão de obra técnica qualificada para atender as demandas técnicas surgidas e exigidas pela nova dinâmica produtiva, fosse na indústria, comércio e principalmente nos serviços. Ocorre que, na contemporaneidade, o simples fato de concluir o Ensino Médio, por si só já desperta no Educando um “vislumbre” pelo mundo universitário. Some-se a isso, a oportunidade macro surgida nas “adequações” formatadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – foi o mesmo que juntar-se “a fome com a vontade de comer”. O próprio Governo do Ceará, através da sua SEDUC, oportuniza, incentiva e mobiliza a sua população estudantil concluinte do EM a realizar o ENEM e ingressar na universidade. Apesar de termos dados oficiais confiáveis, que possam garantir a veracidade contida no bojo principal da pergunta, entendo que, é preciso rever **IMEDIATAMENTE**, em sua forma e modelo, a educação profissional ora realizada nas EEEPs do estado do Ceará. Em se confirmando a premissa básica aqui indagada, há um desnível substancial no custo benefício do atual modelo. Qualquer modelo educacional carece de uma identidade clara e objetiva. Dessa forma, é preciso responder-se a duas perguntas: O estado do Ceará formará sua juventude para o ingresso no mercado de trabalho? Ou para a

universidade? Pode vir a ser pras duas coisa, como aliás, vem sendo. Porém, é necessário rever os investimentos e custeio, aos quais a política educacional terá acesso. (Orientador CEDEA8, em entrevista concedida em junho de 2016)

E ainda acrescentou, quando lhe foi perguntado sobre as perspectivas para o desenvolvimento da política com relação ao ritmo de expansão e sustentabilidade no Governo de Camilo Santana:

Não percebo que o desenvolvimento das EEEPs, no que se refira ao nível de expansão, seja de grande monta. As próprias condições econômicas do país e estado, não sinalizam para isso. No que tange a sustentabilidade ou manutenção – em um ritmo bem mais lento, creio haver disposição no atual Governo estadual, em manter a política. O Governo atual tem suas próprias metas e projetos e precisará de planejamento físico e financeiro. Um exemplo disso, é a escola regular de tempo integral. Essa proposta – ótima por sinal, dividirá com a educação profissional, as atenções, assim como os recursos. (Orientador CEDEA8, em entrevista concedida em junho de 2016)

E continuou dando sua opinião em relação à seleção de alunos para o ingresso nas EEEPs, se considerava um impasse no ato da matrícula. Veja o que disse o Orientador da CEDEA8:

A seleção de alunos – a despeito do “impasse”, é algo essencialmente necessário. Pelo próprio formato empregado, assim também, como pelo fato de tratar-se de uma oferta diferenciada, o processo seletivo faz-se imprescindível. Entendendo que, não haveria vagas para todos os que querem ou que, nem todos querem, a seleção funciona como um filtro que, sendo realizada com critérios bem definidos de meritocracia e respeitados todos os direitos e garantias que demandem nas suas regras, valoriza e qualifica a oferta e por consequência a política. (Orientador CEDEA8, em entrevista concedida em junho de 2016).

Observa-se, no entanto, que o cumprimento dos objetivos pretendidos por meio da aplicação da política de educação profissional requer resultados que vão além da implantação e implementação de uma rede de escolas. Requer o desenvolvimento de processos intersetoriais, integrados e sistêmicos que garantam sua efetiva institucionalização em toda a rede constituída, portanto com a capilaridade e orientação política e pedagógica.

Finalmente, concluiu dizendo que a política de Ensino Médio Integrada à Educação profissional no Estado do Ceará cumpre o que foi delineado pela Política de Educação Profissional Nacional, que é adotar a articulação Integrada, como determina o Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004. E desde a sua implantação, em 2008, muitas ações foram incrementadas na tentativa de

proporcionar aos jovens cearenses integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

4 AS EEEPS NO MACIÇO DE BATURITÉ: OS DIFERENTES CONTEXTOS

No Maciço de Baturité, as EEEPs se apresentam de dois tipos, caracterizadas principalmente pelo modelo de prédio: Uma com o prédio adaptado e outra Padrão MEC. A primeira fica instalada na cidade de Redenção, fez parte do conjunto das primeiras 25 escolas implantadas em 2008, e a segunda, no município de Aracoiaba, teve sua inauguração recente, em 2015.

Em Redenção, uma escola padrão MEC está sendo construída, cuja finalidade é a transferência dos educandos de um prédio adaptado para um prédio novo Padrão MEC. Sua construção foi iniciada em 2012, várias foram as paralisações; em 2016, houve retomada dos trabalhos na construção, mas ainda sem data para conclusão.

Nesse contexto, chamamos a atenção para o fato de que, na cidade de Aracoiaba, onde os alunos não estudavam em prédio adaptado e existe uma escola de ensino médio regular que atende a essa demanda de estudantes, uma escola Padrão MEC já teve sua inauguração realizada. E a cidade de Redenção, cuja EEEP foi implantada em 2008 e convive com desafios, com o ensino integral funcionando em um prédio adaptado, ainda espera pela conclusão da obra, sem previsão de inauguração. Qual mesmo deve ser o critério para a construção das escolas Padrão MEC pelo interior do estado? Não está aí o fator político? Será que é o aluno que de fato está na prioridade dos governantes? Precisamos entender o que realmente é prioridade, porque uma política pública como é a EEEP no Ceará, que apresenta resultados positivos através de seus indicadores, precisaria de um olhar cauteloso para cada situação apresentada em cada município onde se tem implantada essa rede de escolas.

Para não utilizar o nome das duas instituições, adotando um protocolo sigiloso, analisarei as duas EEEPs adotando nomenclaturas distintas a partir de quatro dimensões selecionadas: A primeira dimensão adotada será a Estrutura Física, no que diz respeito ao tipo de prédio, para poder comparar os desafios em permanecer de 07:00h às 17:00h com jovens em um ambiente que não foi preparado para tal finalidade; os resultados internos e externos, como segunda dimensão, para ter condição de inferir um julgamento sobre os resultados das duas escolas; a terceira dimensão diz respeito aos arranjos produtivos dos municípios, se

estes convergem ou não com os cursos ofertados nas EEEPs; e a quarta dimensão é a inserção dos alunos no mercado de trabalho e/ou na universidade.

A seguir, estão as nomenclaturas utilizadas ao nos referirmos às EEEPs que são alvo da pesquisa no Maciço de Baturité, por atender ao critério sigiloso e, ao mesmo tempo, não ranquear qualquer informação repassada por elas: Escola Adaptada, inaugurada em 2008 – AFS; Escola Padrão MEC, inaugurada em 2015 – SAM.

Em seguida, apresentamos um quadro com a relação dos alunos que ingressaram na universidade e/ou foram inseridos no mercado de trabalho no período de 2012 a 2014 da EEEP AFS. Destacamos que todos esses que estão trabalhando são do curso de Comércio.

Abordamos as duas escolas, contextualizando e obedecendo ao recorte temporal de 2008, ano de início da implementação da política no Estado do Ceará, quando foram inauguradas 25 escolas. Redenção fez parte desse movimento, com a EEEP AFS, até o ano de 2015, quando da inauguração da EEEP SAM, na cidade de Aracoiaba. A primeira funciona até hoje em um prédio adaptado e passou por algumas reformas para o início das atividades em 2008. Essa escola agrega em sua história a experiência dos desafios, não sendo diferente das demais que naquele momento serviram como inauguração de uma política, com seu desenho ainda em construção, carregadas de expectativas, dúvidas e sonhos, sentimentos próprios de um projeto implantado sem tempo e discussões específicas para preparar o início de suas atividades.

Foi assim na AFS, a transição de uma escola regular para uma profissional no início de um segundo semestre letivo, em agosto de 2008. O que trazemos como destaque nessa transição foram algumas peculiaridades da implantação dessa política no município de Redenção, como, por exemplo: O prédio funcionava como anexo (extensão de matrícula); nele funcionava m o 8º e 9º anos e, ainda, a 1ª série do Ensino Médio; na época, tiveram que transferir os alunos do 8º e do 9º anos e uma boa parte dos que se encontravam na 1ª série para uma escola regular em Redenção. Eis a questão no momento da seleção: só 90 alunos da 1ª série ficaram no CEJOVEM – era assim a denominação no início da implantação da política, antes de sua lei de criação. A justificativa para serem somente 90 alunos era que precisavam oportunizar o ingresso de alunos de mais três escolas de Ensino Médio que existiam na cidade de Redenção.

Passamos, agora, a refletir sobre a gestão da EEEP. Na época, ou seja, em 2008, quando se tinha um gestor e ia ser implantada a escola profissional, continuava a gestão que estava funcionando no momento. Como essa escola funcionava como anexo, o gestor ficou na escola sede, e foi convidada uma professora do município de Acarape para dirigir os trabalhos do CEJOVEM em Redenção.

Nesse contexto, o anexo ficou sem gestor para iniciar os trabalhos naquele segundo semestre. Se o gestor desse anexo optasse por ficar no CEJOVEM, precisar-se-ia de um novo gestor para a escola regular, o que levaria tempo, pois necessitaria de eleição. Como no CEJOVEM precisava-se apenas que estivesse no banco de gestores, foi feito o convite à professora, que na época assumiu a direção.

A professora estava no banco de gestores, passou apenas por uma avaliação comportamental, seguida de uma formação em serviço. Merece, aqui, uma reflexão: por que o gestor da escola sede que dirigia o anexo não permaneceu, já que isso era uma regra naquele momento?

Os professores que estavam na escola tinham a opção de aderir ou não ao projeto, contudo a lotação teria que ser de 40h, para turno manhã e tarde, o que afastou alguns profissionais que atuavam em escolas particulares ou que não tinham disponibilidade de 40h, porém a maioria permaneceu.

Além disso, citamos as dificuldades na estrutura física, já que o prédio cedido ao Estado tinha funcionado até 2005 como Escola de Ensino Fundamental e foi adaptado para prestar um serviço novo, desafiador, em um curto tempo de preparação. Na espera de uma escola Padrão MEC, já se passaram quase 9 anos, pouco foi feito para garantir condições adequadas de funcionamento, no discurso de que em breve seriam transferidos para uma escola Padrão MEC.

Saindo desse cenário da escola adaptada, abordamos a implantação de uma escola denominada Padrão MEC, inaugurada em 2015. A EEEP foi construída especificamente para a adoção dessa política, por sinal bastante desejada e esperada pela comunidade, devido ao destaque que teve a EEEP AFS em Redenção, pela sua organização e, sobretudo, relacionada aos indicadores, que desde o primeiro ano de atividades já se apresentavam como destaque no Maciço de Baturité, apesar das dificuldades na estrutura física.

Cabe ressaltar que a gestora da EEEP SAM Padrão MEC de Aracoiaba é a mesma que iniciou a gestão da EEEP AFS, escola adaptada em Redenção. Dessa forma, pôde conviver com as duas realidades e nos diz o seguinte:

Ser gestora de uma EEEP em um prédio adaptado, e hoje administrando uma escola padrão MEC, para mim são desafios diferentes, porém é claro que uma escola em um prédio padrão MEC possibilita mais ações do currículo escolar serem efetivadas, mas a demanda da oferta do serviço é muito maior requer mais profissional e isso nós não temos, enquanto que em uma escola que foi adaptada, o espaço é menor, mais aconchegante. Porém o grande desafio é passar o dia inteiro com alunos em um ambiente sem conforto, sem espaços adequados para a oferta do ensino em tempo integral, dentre elas, podemos citar: refeitório específico e espaços de convivência para os horários de intervalo, auditório, vestiários, etc. (Gestora da escola SAM, em entrevista concedida em janeiro de 2016)

Assim, abordamos dois contextos diferentes de implantação das EEEPs no Maciço de Baturité que não diferem muito no desenvolvimento das estratégias utilizadas para efetivar a política nas demais regiões do estado.

Observamos que em um espaço pequeno, com um número reduzido de pessoal, a manutenção se dá de forma mais tranquila, enquanto que em um espaço grande, como é o caso da EEEP Padrão MEC, se não houver uma parceria com o poder local, fica difícil manter toda a estrutura, principalmente no que diz respeito à limpeza externa.

Vale ressaltar que, além desses desafios apresentados, outros fatores merecem ser destacados e levados em consideração, como, por exemplo: o poder político local, no que diz respeito às condições e à vontade política para firmar parceria com o Governo Estadual no recebimento desse equipamento (EEEP) no município.

Ressaltamos que a EEEP AFS, implantada na cidade de Redenção em agosto de 2008, está até hoje funcionando em um prédio adaptado. Na cidade de Aracoiaba, a EEEP SAM já funciona desde 2015. Outro fato interessante é que a cidade de Palmácia está recebendo uma escola Padrão MEC, já em fase de conclusão, e Redenção, onde tudo começou, permanece com o desafio de funcionar em uma escola adaptada. Aí parece estar, mais uma vez, o fator poder político local. Será o aluno mesmo o centro desse processo? Outro detalhe observado é que um dos critérios estabelecidos para o município receber esse equipamento (EEEP) é possuir mais de 25 mil habitantes. Baturité, cidade do Maciço, segundo o Censo do

IBGE/2010, possui aproximadamente 33 mil habitantes e ainda não firmou essa parceria. Por que será? Ninguém fala sobre o assunto.

Assim, apesar dessas observações feitas, ressalta-se que as duas EEEPs em funcionamento no Maciço de Baturité cumprem o que está estabelecido na legislação estadual, visto que o que foi estabelecido para o funcionamento da política foi sendo construído, vivenciado e validado no cotidiano das escolas desde sua implantação, em agosto de 2008, o que parece fazer toda a diferença na consolidação dessa política no estado do Ceará.

4.1 A EEEP NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, PRÉDIO ADAPTADO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

O atual nome Redenção, oficializado em 1889, faz referência ao fato de a cidade ter entrado para a história como a primeira no Brasil a libertar totalmente seus escravos. Isso ocorreu por declaração, em 1º de janeiro de 1883, resultante de sugestão de Deocleciano Ribeiro de Menezes. Os “libertadores”, importantes abolicionistas, vieram em comitiva prestigiar a solenidade do acontecimento, através da Estrada de Ferro de Baturité. Chegaram à então Vila os ilustres abolicionistas José Liberato Barroso, General Antônio Tibúrcio, Padre Guerra, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio e João Cordeiro, a fim de presenciarem a tão sonhada alforria dos 116 escravos da Vila.

Também em reconhecimento ao pioneirismo do fim da escravidão, Redenção foi o município escolhido para receber a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) desde 2009.

A EEEP AFS, no município de Redenção, foi uma das escolas-piloto que, em 2008, iniciaram o processo de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no Estado do Ceará. Ao todo, como já foi colocado anteriormente, foram 25 escolas que passaram por uma adaptação em seus espaços físicos para que os alunos pudessem ter condições favoráveis de passar dois turnos na escola, terem três refeições e gozarem de estruturas peculiares à base técnica (laboratórios).

O CEJOVEM iniciou o processo com apenas dois cursos, Informática e Enfermagem. Já em 2008, contando com duas turmas de Informática e uma de Enfermagem, a EEEP AFS conquistou o 1º lugar entre as Escolas Profissionais com seus resultados.

De 2009 a 2012, a EEEP recebia mais três cursos, Informática, Enfermagem e Comércio, ou seja, cursos que atendiam à idiossincrasia da região e à possibilidade de atendimento futuro pelo perfil de empresas concedentes existentes. Nesse período, a escola obteve várias conquistas, sejam essas locais, regionais ou nacionais. Desde sua existência, a EEEP AFS detém os melhores resultados da CREDE8, percentualmente, os melhores resultados alusivos ao SPAECE, o 2º melhor resultado das escolas profissionais em relação à Base Técnica e conquistou o 1º lugar na Olimpíada de Robótica em caráter nacional.

Em 2013, a EEEP capta um novo curso, Rede de Computadores, que, por sua vez, reside no eixo tecnológico, mas, diferente de Informática (desenvolvimento), traz um perfil mais de manutenção e rede. No ano seguinte, quando, pela primeira vez, a EEEP pôde contar com quatro turmas de 1ª série, tive os cursos de Informática, Enfermagem, Comércio e um curso novo, do eixo de hotelaria e lazer, Hospedagem.

Em 2015, a escola oferta duas 1ªs séries, Rede de Computadores e Comércio. Inseriu o projeto de Aprendizagem Cooperativa, o qual funciona através de células de aprendizagem. Melhor explicando, os alunos das 1ªs séries, através de notas e perfis, dividem-se em equipes de 03 (Célula), nas quais cada uma delas tem uma função importante e específica; importante ressaltar que residirá uma mescla de habilidades, prevalecendo a heterogeneidade e a possibilidade de interação e ajuda mútua.

No Ceará, Magalhães Junior, em uma pesquisa denominada “Práticas Avaliativas em Aprendizagem Cooperativa: um estudo na Educação Profissional”, diz que:

Para assegurar o sucesso dos grupos de Aprendizagem Cooperativa e para que estes funcionem de forma equilibrada, é condição necessária que todos os elementos do grupo saibam de que forma podem contribuir e valorizar-se mutuamente. Assim, para além das tarefas decorrentes da própria atividade, cada aluno terá um papel a desempenhar, uma função específica no grupo. (Germano, 2015, p. 3)

Dito isso, compreende-se que a formação do ser humano pode se dar pela cooperação solidária entre os membros de um determinado grupo social na medida em que eles entendam que é função de cada membro compartilhar o conhecimento.

Sobre o contexto municipal para a inserção no mercado de trabalho, a Coordenadora de Estágio nos informa:

A EEEP AFS, em seu contexto municipal, atentando para a inserção no mercado de trabalho, percebeu que Redenção não apresentava empresas suficientes para inserir os estudantes em campo de estágio. Buscou e firmou parcerias nos municípios de Acarape, Barreira, Aracoiaba, Baturité, Maracanaú, Guaramiranga, Pacoti, Pacatuba, Guaiuba (as duas últimas com Matriz em Baturité). (Coordenadora de estágio da escola AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

Ainda sobre as condições de estágios, a Coordenadora acrescenta:

No curso Técnico de Comércio tanto a loja matriz como suas filiais nos municípios de Redenção, Acarape, Barreira, Aracoiaba, Baturité Pacatuba e Guaiuba, que assinaram convênio com a EEEP, preferem estagiários da mesma escola em todas as empresas de sua propriedade. (Coordenadora de estágio da EEEP AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

Essa medida ditada pelas empresas aqui no Maciço de Baturité, segundo a Coordenadora de Estágio da EEEP, contribuiu para que mais alunos possam ser inseridos nesse campo de estágio.

Falando sobre o curso Técnico em Enfermagem, a Coordenadora acrescenta:

Os jovens estagiários desse curso tiveram suas concedentes em locais mais próximos devido ser uma atividade inerente a cada município parceiro aí não tivemos nenhuma dificuldade na inserção, dos estagiários, ficando distribuído em: 3 hospitais, 1 CAPS, 3 PSFs, 1 UPA. Cada campo recebe até 5 estagiários, sendo negociada com as concedentes um rodízio de estagiários. (Coordenadora de estágio da EEEP AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

Percebe-se que esse é um campo vasto em atendimento aos estagiários, devido à demanda. O curso de Enfermagem se mantém na EEEP, pela continuidade da prestação desse serviço local e por ser contínuo e vasto o campo de atendimento.

Ainda falando de estágios supervisionados, o curso Técnico em Hospedagem encontra campo de inserção nas duas cidades turísticas do Maciço alto de Baturité, Guaramiranga e Pacoti, distantes de Redenção, onde está localizada a EEEP AFS. Isso responde a necessidade desse curso na região. Entende-se que a EEEP que está sendo construída no Maciço alto, no município de Palmácia, deverá contemplar essa demanda.

O curso de Técnico em Informática tem suas concedentes nas cidades de Redenção, Acarape, Barreira, Aracoiaba e Baturité. Segundo a Coordenadora da EEEP AFS, das concedentes acima mencionadas, tanto a empresa com a loja matriz, em Redenção e Baturité, que assinaram convênio com a EEEP, preferem estagiários de uma mesma EEEP. Isso leva à seguinte reflexão: Outra EEEP, instalada no Maciço de Baturité, que oferece o mesmo curso, não irá saturar o mercado? Não será preciso as EEEPs no Maciço de Baturité discutirem e diversificarem a oferta de cursos? Pela pesquisa, isso não acontece. Percebe-se que cada EEEP oferta o curso a que pode atender, dentro de suas possibilidades de pessoal capacitado para a base técnica, e isso não é o critério estabelecido, segundo as orientações da COEDP.

As duas EEEPs instaladas no Maciço de Baturité, embora próximas, oferecem cursos repetidos para alunos pretensos a ingressarem no nível superior e no mercado de trabalho. Como fica o fortalecimento econômico da região dentro dos cursos ofertados? Sem contar com o desafio da distância entre a EEEP e as concedentes.

Relacionado à distância entre as concedentes e/ou seus respectivos municípios e a EEEP AFS, a Coordenadora de Estágio nos coloca como desafio o seguinte:

Um profissional apenas para realizar o processo de acompanhamento do estagiário com custo financeiro todo por conta do profissional que vai desde alimentação, passagem ou combustível em carro próprio isso torna o processo de acompanhamento caro e não atrativo para o profissional que muitas vezes tem um custo maior que o salário recebido. (Coordenadora de estágio da EEEP AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

E ainda acrescenta:

Há uma previsão de reduzir a lotação, seja de um Orientador de Estágio ou Coordenador de Curso, como o Coordenador de Curso exerce sua atividade internas na EEEP, não tendo, portanto os gastos financeiros como tem o Orientador de Estágio, decidimos dividir a carga horária desses dois profissionais, atendendo uma orientação da COEDP que é a redução de 20 horas por curso. Com as rotas divididas para os dois profissionais o processo se torna mais eficaz e atrativo e permite a Coordenação de Estágio um melhor acompanhamento das atividades. (Coordenadora de estágio da EEEP AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

Observa-se toda essa dificuldade enfrentada pela EEEP AFS com relação ao acompanhamento das atividades, devido à orientação da possível redução de carga horária desse profissional. E aqui abrimos um parêntese para observar que a

orientação poderia ser dividida, porém sem subtração de carga horária, o que facilitaria essa ação, haja vista as distâncias nas rotas de estágios apresentadas logo a seguir, o que facilitaria as intervenções quando necessário em tempo hábil e daria uma melhor assistência ao estudante.

Segue a divisão das rotas de acompanhamento ao estágio supervisionado dos educandos da EEEP AFS, para melhor visualizar o percurso feito por eles nesse período de estágio. Apresentamos o mapa do Maciço de Baturité com a quilometragem por rota de estágio em cada curso ofertado.



Figura 02. Rota de Orientação de Estágio 1
Redenção/Antônio Diogo/Aracoiaba/Baturité
(35 Km)



Figura 03. Rota de Orientação de Estágio 2
Redenção/Acarape/Guaiuba/Pacatuba
(39,2 Km)

Antônio Diogo não aparece no mapa, porque é um distrito da cidade de Redenção. Baturité está em destaque, porque é a capital do Maciço. Como se pode perceber, no curso de Comércio, há uma distância considerável entre a EEEP AFS e as cidades do Maciço.

COMÉRCIO



Figura 04. Rota de Orientação Estágio 3
Redenção/Barreira
(16 Km)

INFORMÁTICA



Figura 05. Rota de Orientação de Estágio 1
Redenção/Antônio Diogo/Aracoiaba/Baturité
(35 Km)

INFORMÁTICA



Figura 06. Rota de Orientação de Estágio 2
Redenção/Acarape/Barreira
(16 Km)

No curso de Informática, as rotas de estágios também não são tão próximas, o que dificulta o deslocamento dos alunos/estagiários, bem como de seu orientador de estágio. Isso mostra que o curso ofertado não está compatível com os

arranjos produtivos do município, levando os estagiários a se deslocarem a uma distância considerável.

HOSPEDAGEM



Figura 07. Rota de Orientação de Estágio 1
Redenção/Baturité
(35 Km)

HOSPEDAGEM



Figura 08. Rota de orientação de Estágio 2
Redenção/Guaramiranga/Pacoti
(53Km)

HOSPEDAGEM



Figura 09. Rota de Orientação de Estágio 3
Redenção/Maracanaú
(49,2Km)

Percebe-se que o curso de Hospedagem, como tem uma atração turística, apresenta uma rota de estágio com uma quilometragem maior entre as demais, conseqüentemente um desafio maior para que o aluno chegue até o destino do estágio, porém potencializa esse serviço nas cidades turísticas do maciço.

ENFERMAGEM



Figura 10. Rota de Orientação de Estágio 1 Redenção/Redenção SEDE (Hospital e Maternidade Paulo Sarasate) (0 Km)

ENFERMAGEM



Figura 11. Rota de Orientação de Estágio 2 Redenção/Redenção SEDE (Centro de Atendimento PsicoSocial) (0 Km)

ENFERMAGEM



Figura 12. Rota de Orientação de Estágio 3 Redenção/Redenção SEDE (Programa Saúde da Família - PSF) (0 Km)

ENFERMAGEM



Figura 13. Rota de Orientação de Estágio 4 Redenção/Antônio Diogo (Programa Saúde da Família - PSF) (11,1 Km)

ENFERMAGEM

Figura 14. Rota de Orientação de Estágio 5
Redenção/Aracoiaba (Hospital
Municipal Santa Isabel)
(25 Km)

ENFERMAGEM

Figura 15. Rota de Orientação de Estágio 6
Redenção/Aracoiaba (Unidade
de Pronto Atendimento – UPA)
(25 Km)

ENFERMAGEM

Figura 16. Rota de Orientação de Estágio 7
Redenção/Acarape (Programa Redenção/Barreira)
(3 Km)

ENFERMAGEM

Figura 17. Rota de Orientação de Estágio 8
(Hospital Municipal)(Saúde da Família – PSF)
(16 Km)

Percebe-se que, no curso de Enfermagem, a distância das rotas de estágios tem uma quilometragem pequena, facilitando o deslocamento do estagiário, bem como o acompanhamento de seu orientador de estágio, com um campo de

estágio bastante vasto dentro do próprio município e no município vizinho. Ainda assim, a Coordenadora de estágio da AFS, apontando os desafios encontrados nesse percurso, quando questionada, respondeu:

No processo de estágio supervisionado curricular na escola profissional de Redenção percebe-se como maiores dificuldades o alinhamento de algumas tarefas dos cursos nas empresas concedentes do maciço em virtude de nossa região ser ainda muito carente de profissionais formados e/ou capacitados para atuar em determinadas áreas do mercado, uma vez que maior parte dos funcionários que atuam de mercado de tecnologia principalmente não possui formação em suas respectivas áreas, o que muitas vezes além de dificultar a vaga de estágio prejudica o desempenho dos educandos em campo por despertar certo tipo de receio nos funcionários de o estudante poder ficar contatado em sua vaga por possuir formação a nível técnico. (Coordenadora de estágio da escola AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

A ameaça dos que trabalham sem qualificação sentida na possibilidade de perder o trabalho por aqueles que estão chegando para se qualificar é um fato interessante, e essa não qualificação dos funcionários atinge até a formação do estagiário. Como orientar os estagiários, se nem o próprio funcionário sabe as orientações necessárias para o bom funcionamento do serviço? Nesse sentido, a EEEP está cumprindo sua função, que é formar mão-de-obra qualificada. Ela ainda completa, trazendo em sua fala outro desafio, que já foi superado:

Havia anteriormente a dificuldade de compreensão por parte dos empresários no que diz respeito à tarefa dos estagiários, porém em nosso atual cenários não é mais necessária a captação todos os anos, pois as empresas procuram a escola para solicitar estagiários. (Coordenadora de estágio da escola AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

Outras oportunidades que os educandos encontram na região do Maciço de Baturité com os cursos oferecidos na EEEP são detalhadas pela Coordenadora de estágio, quando afirma o seguinte:

Nos pontos positivos, permitem ao estudante uma experiência real de trabalho, oportunidade de aprendizado em campo além da vivência prática daquilo que foi estudado durante os primeiros dois anos e meio na EEEP, e ainda a possibilidade de contratação ao final do estágio. (Coordenadora de estágio da escola AFS, em entrevista concedida em maio de 2016)

Observamos que oportunidades estão surgindo, porém a Coordenadora não soube precisar quantos educandos ainda estão no mercado de trabalho após a saída da EEEP. Uma boa parte deles perde esse contato com a escola e, somente em nível de estado, através das concedentes, é que vão apresentar essas

estatísticas de entrada no mercado de trabalho, e pela alimentação no sistema SISPROF e na universidade.

Nesse contexto de estágio, a EEEP foca suas ações em um trabalho integrando base comum e base técnica, para colocar no mercado de trabalho profissionais competentes. Abordaremos esse foco na aprendizagem a seguir.

4.1.1 Trabalho integrado: foco na aprendizagem

Reinventar conceitos e buscar ferramentas que possibilitem a eficiência no trabalho integrado do ensino médio com o técnico é articulação fundamental para atingir os objetivos desejados e cumprir as metas estabelecidas. E foi pensando assim que o Gestor da EEEP AFS disse o seguinte:

Levando-se em conta a constante atualização, existem alguns aspectos a serem considerados ao ensinar algo ou ao promover desenvolvimento de competências e habilidades a alguém, principalmente quando falamos de Aprendiz. São eles:

1. Verificar se o que vai ser ensinado e aprendido é necessário para sua inserção naquele mercado de trabalho;
2. Ampliar, no que for viável, o escopo de ensinamentos visando à formação mais global do Aprendiz;
3. Confirmar se os Aprendizes conhecem o assunto que se pretende ensinar;
4. Especificar de forma clara os resultados que se quer alcançar;
5. Selecionar e organizar experiências de Aprendizagem;
6. Avaliar o desempenho dos Aprendizes de acordo com os resultados esperados (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Ainda falando sobre o foco na aprendizagem, o Gestor da AFS continua:

A análise e resolução destes aspectos incidem na construção estratégica do modo de ensinar. Assim, para ter a educação profissional como uma estrutura fundamentada, é primordial responder às seguintes questões:

1. Para onde vou?
Determinação do objetivo que se quer atingir, aonde se quer chegar.
2. O que ou quem estamos formando?
Analisar o público que recebe esta informação para utilizar a melhor forma de falar com ele.
3. Como chegarei lá? De que forma vou atingir o meu objetivo?

Planejamento: ferramentas e métodos que serão utilizados para atingir o objetivo determinado.

4. Como saber se cheguei? Qual o resultado do meu trabalho?

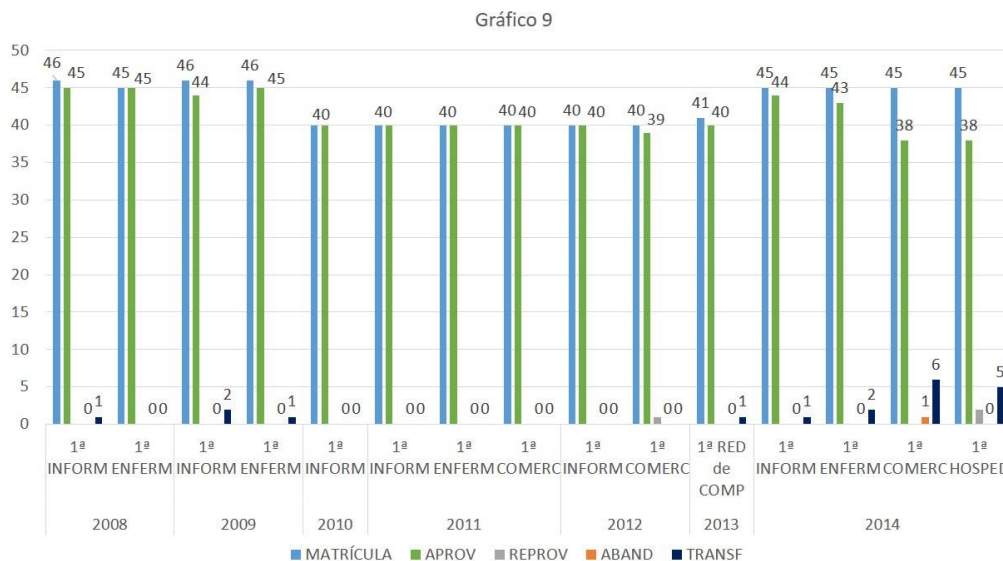
Monitoramento das ações. Critérios para mensuração de resultados (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

O Gestor conclui sua fala dizendo:

A própria definição de educação profissional auxilia na composição destas respostas: a educação profissional busca integrar escola e trabalho levando-se em conta técnicas de produção e critérios de produtividade e requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, a compreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. É um processo educacional planejado para obtenção de Aprendizagem aproveitável nos processos produtivos. Para iniciar a abordagem estratégica da educação profissional é necessário que esta definição seja desmembrada em ações que possibilitem cumprir cada um de seus aspectos. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

A seguir, apresentamos os gráficos que retratam a fala do Gestor quando enfatiza que o planejamento da EEEP na busca de cumprir cada aspecto acima citado gera aprendizagem aproveitável nos processos produtivos.

Gráfico 09. Dados de rendimentos internos das 1^{as} séries da AFS de 2008 a 2014. EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUZA – 1^a SÉRIE

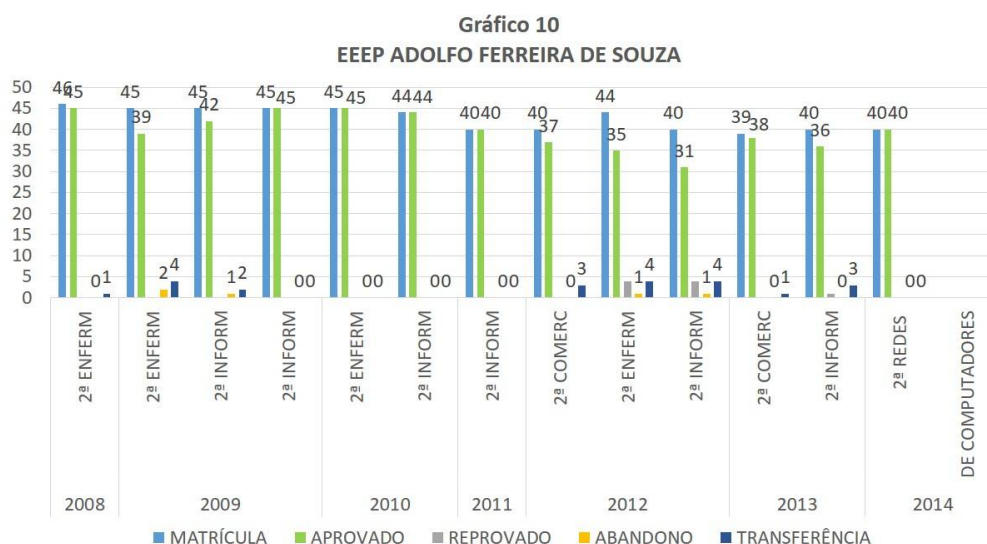


Fonte: EEEP Adolfo Ferreira de Sousa.

Nota-se que, nessa EEEP, a aprovação nas 1^{as} séries merece destaque. Isso credencia esse modelo de escola, que cuida do aluno pensando na aprendizagem e, conseqüentemente, nos bons resultados.

Percebe-se que quase não tem reprovação e abandono de alunos e, quando acontece uma transferência, a Gestão da EEEP procura transferir para outra EEEP, para dar continuidade ao curso iniciado.

Gráfico 10. Dados de rendimentos internos das 2^{as} séries da AFS de 2008 a 2014. EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUZA – 2^a SÉRIE

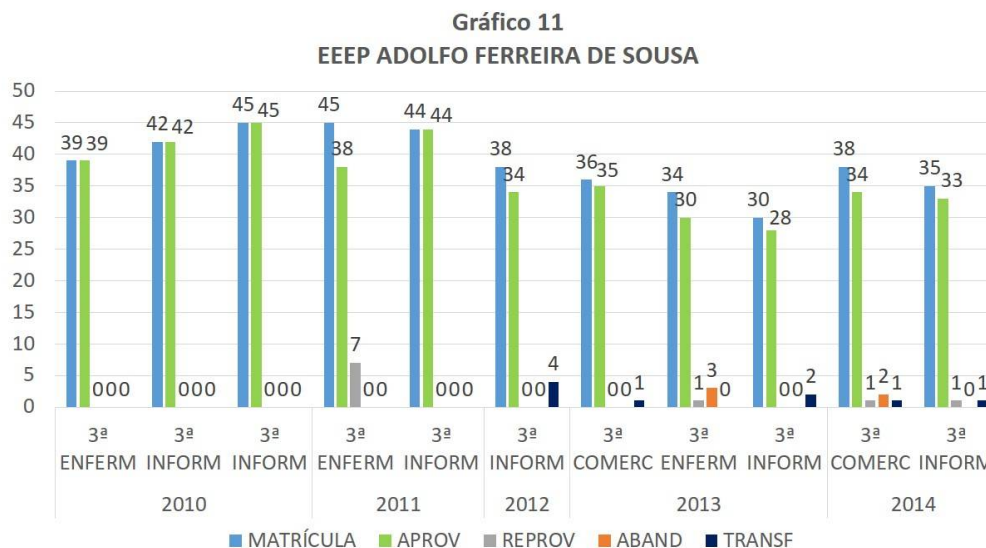


Fonte: EEEP Adolfo Ferreira de Sousa.

Na 2^a série, nota-se que o abandono se dá nos cursos de Enfermagem e Informática, bem como há um aumento de transferidos nos mesmos cursos.

Percebe-se que abandonar a 2^a série em uma EEEP é perder a oportunidade de concluir um curso técnico, sem contar em ficar fora do sistema educacional, tirando a possibilidade de uma boa qualificação para ingresso no mercado de trabalho. Registram-se transferências, mas segue-se a mesma preocupação do Gestor, que procura encaminhar o aluno para outra EEEP.

**Gráfico 11. Dados de rendimentos internos das 3^{as} séries da AFS de 2008 a 2014.
EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUZA – 3^a SÉRIE**



Fonte: EEEP Adolfo Ferreira de Sousa.

A 3^a série teve seu primeiro ciclo formado em 2011 e apresenta reprovação no curso de Enfermagem, enquanto que, no mesmo ano, o curso de Informática aprovou 100% em outra turma. Em 2012, houve um aumento na transferência. Apesar desse movimento, a aprovação é sempre muito significativa com relação à quantidade de alunos matriculados na turma.

De igual modo, aparecem os resultados das avaliações externas, conforme retratados a seguir tanto os resultados do SPAECE como do ENEM.

Destacamos, nesse percurso da educação profissional, os resultados relacionados à proficiência em língua portuguesa e matemática dos alunos da EEEP AFS, registrados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.

Os resultados de proficiência obtidos através da Teoria de Resposta ao Item – TRI são agrupados em padrões de desempenho. No Ensino Médio, esses padrões são definidos conforme as habilidades previstas para alunos concluintes da 3^a série. São quatro os padrões de desempenho: Muito Crítico, Crítico, Intermediário e Adequado⁴⁴, como mostra o quadro a seguir.

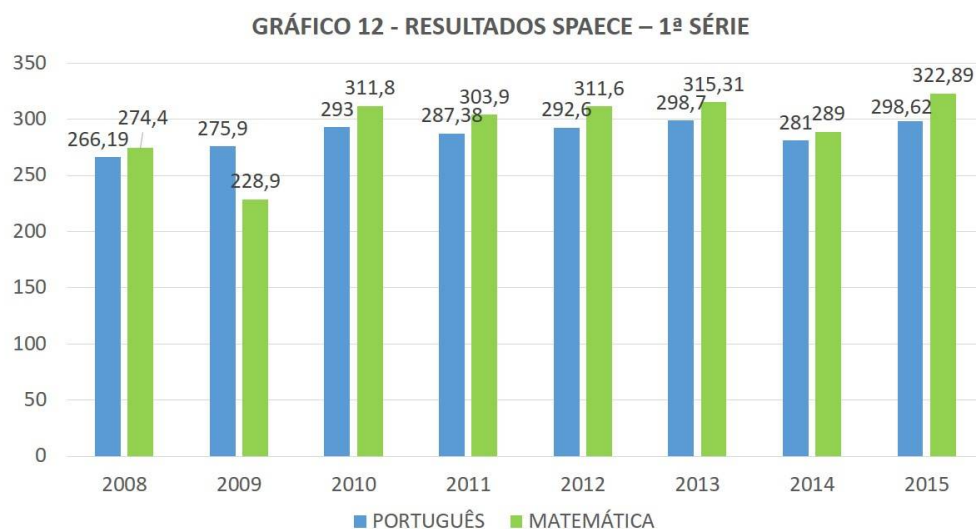
⁴⁴ **Muito Crítico** – nível de desempenho muito abaixo do mínimo esperado para a etapa e área do conhecimento, a exigir uma ação pedagógica intensiva por parte da instituição escolar.

Crítico – nível de desempenho baixo, caracterizado por um estágio elementar de desenvolvimento das competências e habilidades correspondentes à etapa e área do conhecimento.

Tabela 1. Padrões de Desempenho/SPAECE.

	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
MUITO CRÍTICO	ABAIXO DE 225	ABAIXO DE 250
CRÍTICO	225 A 275	250 A 300
INTERMEDIÁRIO	275 A 325	300 A 350
ADEQUADO	ACIMA DE 325	ACIMA DE 350

Fonte: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/5170spaece>

Gráfico 12. Dados de resultados externos (SPAECE) das 1^{as} séries da AFS de 2008 a 2015.

Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará.

Observando os resultados das avaliações externas da EEEP AFS desde sua implantação, verificamos que, em relação aos resultados na 1^a série do ensino médio em língua portuguesa, conforme o gráfico acima, nenhuma turma encontra-se no padrão de desempenho muito crítico, somente uma turma no crítico, e as demais no intermediário.

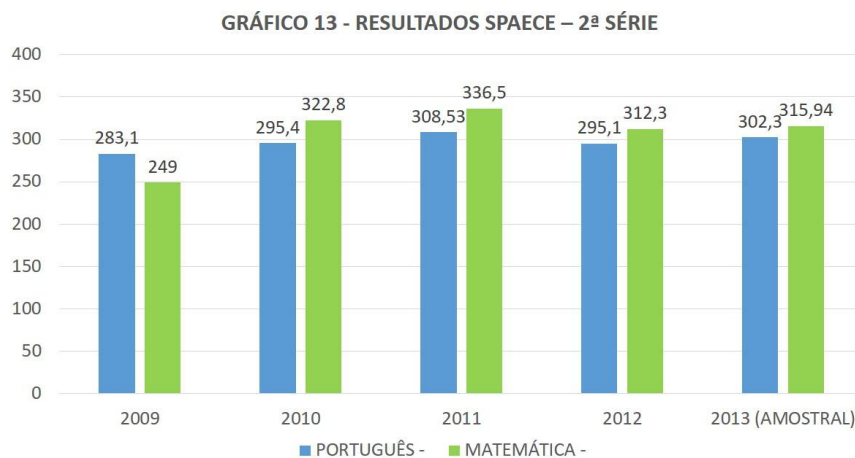
Em relação a matemática, na mesma série, uma turma encontra-se no padrão muito crítico, duas no crítico e as demais no intermediário.

Intermediário – nível de desempenho mínimo para a etapa e área do conhecimento, tomado como referência para a projeção de metas para as unidades e redes de educação básica.

Adequado – nível de desempenho desejável para a etapa e área de conhecimento, dadas as condições atuais e as projeções para a educação básica no Estado.

Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/5170-spaece>

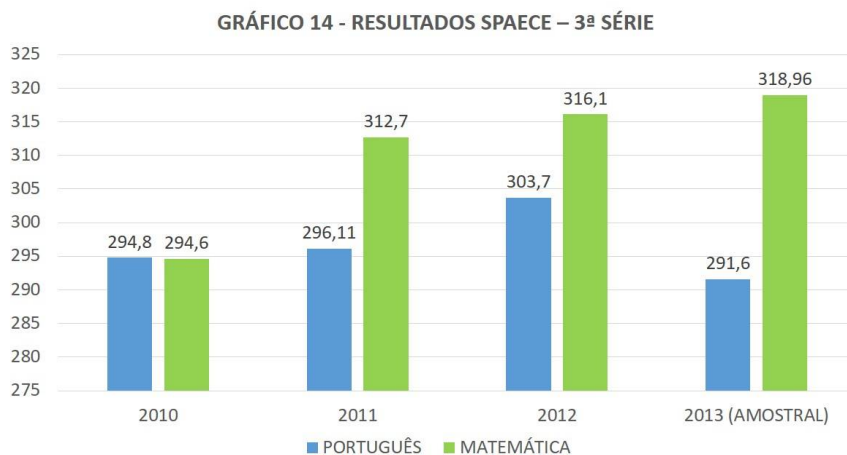
Gráfico 13. Dados de resultados internos (SPAECE) das 2^{as} séries da AFS de 2009 a 2012 (vale destacar que, em 2013, na 2^a série, o resultado foi amostral).



Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará.

Observa-se que na 2^a série do ensino médio na EEEP (AFS) o padrão de desempenho em língua Portuguesa, avançou muito em relação a 1^a série, são três turmas de 2^a série no padrão intermediário e duas no padrão adequado. Isto posto mostra que o aluno está agregando conhecimento ano após ano. Destacamos que o padrão de desempenho em matemática no ano de 2009 foi muito crítico e os demais intermediários. Pelo tempo de estudo integral entende-se que esse resultado não é cabível.

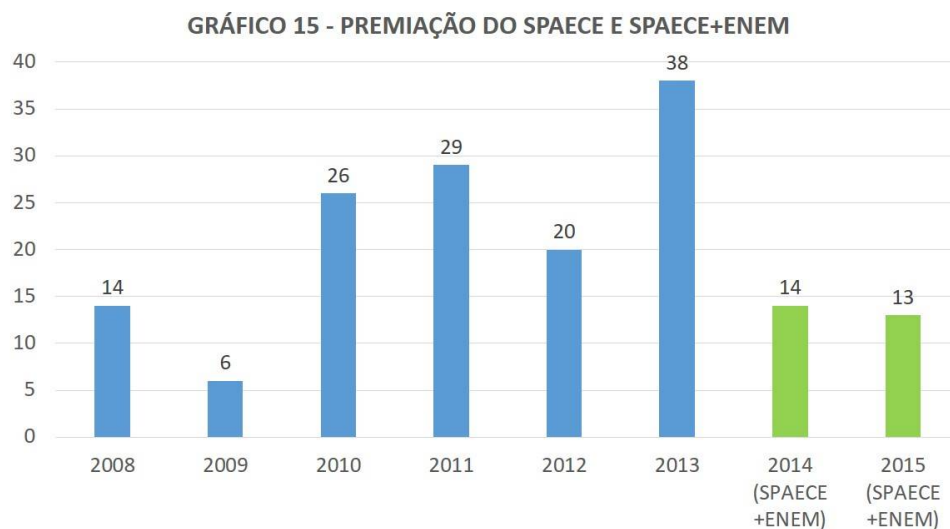
Gráfico 14. Dados de resultados internos (SPAECE) das 3^{as} séries da AFS de 2010 a 2012 (destaque para 2013, cujo resultado na 3^a série foi amostral).



Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará

Na 3ª série, o padrão de desempenho em língua portuguesa foi de quatro turmas no padrão intermediário. Em matemática, o padrão de desempenho foi de três turmas no intermediário e uma no crítico. Nesse contexto, nota-se que esses alunos poderão ser os mesmos que, em 2009, estava em um padrão de desempenho muito crítico. É importante ressaltar que, como os alunos estão saindo da EEEP, esse resultado não é satisfatório para concorrer a uma vaga no nível superior.

Gráfico 15. Premiação com computadores (SPAECE+ENEM) aos alunos da AFS de 2008 a 2015.



Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará.

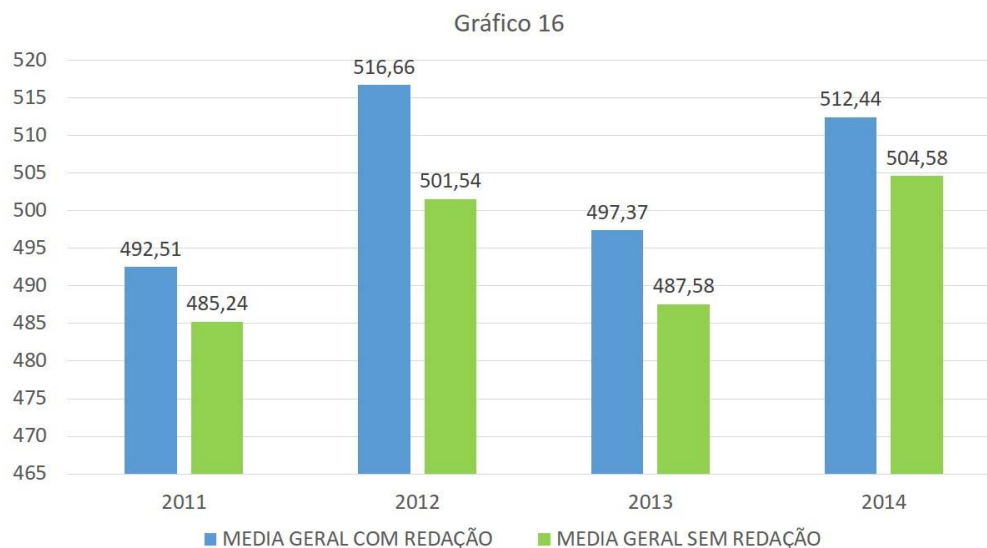
Vale destacar que, em 2013, na EEEP AFS, um grande número de alunos foi premiado com computadores, premiação dada pelo Governo do Estado de acordo com a proficiência do aluno tanto em língua portuguesa como em matemática.

Vale ressaltar que, a partir de 2014, o aluno da 2ª e 3ª série pode ser premiado com computador pelo resultado do SPAECE ou pelo ENEM. Se o aluno for premiado nos dois exames, só receberá o computador por um deles, não pode receber dois prêmios.

Antes, era motivador para o jovem participar da prova do SPAECE com o prêmio do computador, hoje isso não mais chama a atenção dos estudantes, pois desde 2013 eles não são premiados. Há uma promessa por parte da SEDUC de que

os computadores de 2013 serão entregues no ano de 2016, e os dos demais anos aguardam processo licitatório.

Gráfico 16. Resultados do ENEM, média geral com e sem a redação da EEEP AFS de 2011 a 2014.



Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará.

Destacamos que, na EEEP AFS, o resultado do ENEM traz uma observação interessante, que é a média geral com e sem a nota da redação. Isso leva a EEEP a refletir sobre a importância que tem a redação para que o aluno tenha sucesso no resultado da prova do ENEM. A escola está trabalhando nesse sentido, com produção de textos com temas diferenciados a cada semana.

A seguir, apresentamos um quadro com a relação dos alunos que ingressaram na universidade e/ou foram inseridos no mercado de trabalho no período de 2012 a 2014 da EEEP AFS. Destacamos que todos esses educandos que estão trabalhando concluíram o curso de Comércio.

Quadro 03. Relação dos alunos que ingressaram na universidade e/ou inseridos no mercado de trabalho (2012 – 2014).

	CURSO	UNIVERSIDADE	MERCADO DE TRABALHO
	LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	UNILAB	
	AGRONOMIA	UNILAB	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	
	AGRONOMIA	UNILAB	

EEEP (AFS)	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	SUPERMERCADO SUPER FAMÍLIA
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	UNILAB	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	UNILAB	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	FARMÁCIA SÃO FRANCISCO
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	FARMÁCIA SÃO FRANCISCO
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	O BOTICÁRIO
	ENGENHARIA DE ENERGIAS	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	ENGENHARIA DE ENERGIAS	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	UNILAB	FARMÁCIA SÃO FRANCISCO
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	
	LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	UNILAB	CASAS DIMETON
	HUMANIDADES	UNILAB	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	
	AGRONOMIA	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	MATEMÁTICA	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	HUMANIDADES	UNILAB	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	UNILAB	
	LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA	UNILAB	
	AGRONOMIA	UNILAB	
	FÍSICA	UNILAB	
ENFERMAGEM	UNILAB		
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	UNILAB		
ADMINISTRAÇÃO	FIC	MANIA DE VESTIR	
PUBLICIDADE	FIC		
DIREITO	FIC	AGROLUZ	
PUBLICIDADE	FIC	O BOTICÁRIO	
DESIGN DE MODA	FIC		
PUBLICIDADE	FIC		
NUTRIÇÃO	FIC		
PUBLICIDADE	FIC		
FISIOTERAPIA	FIC		
PSICOLOGIA	FIC		
FISIOTERAPIA	FANOR		
NUTRIÇÃO	FANOR		
PSICOLOGIA	FANOR		

	PSICOLOGIA	FANOR	
	NUTRIÇÃO	FANOR	
	DIREITO	FANOR	FARMÁCIA SÃO FRANCISCO
	JORNALISMO	FANOR	
	PSICOLOGIA	FANOR	
	FISIOTERAPIA	FANOR	
	MATEMÁTICA	UFC	
	GASTRONOMIA	IFCE	FARMÁCIA SÃO FRANCISCO
	GASTRONOMIA	IFCE	FARMÁCIA SÃO FRANCISCO
	GASTRONOMIA	IFCE	MOTO MANIA
	GASTRONOMIA	IFCE	
	GASTRONOMIA	IFCE	
	HOTELARIA	IFCE	
	HOTELARIA	IFCE	
	GASTRONOMIA	IFCE	

Analisamos o Quadro 03 e destacamos o seguinte: o jovem fez o curso técnico de Comércio, está no IFCE cursando gastronomia e trabalha em uma concessionária de venda de motos, em uma farmácia ou em outro comércio. Percebe-se que falta alinhamento entre o curso ofertado na EEEP e a continuidade dos estudos em nível superior; já o trabalho parece ser uma questão de sobrevivência para se manter no curso.

Passamos, agora, a analisar o caminho percorrido pela EEEP SAM, que, apesar de curto, já apresenta bons resultados. Durante a entrevista, seus alunos mostraram altas expectativas com relação à escola, à aprendizagem e aos cursos ofertados.

4.2 NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA, ESCOLA PADRÃO MEC: UM JEITO NOVO DE CAMINHAR

Esse novo jeito de caminhar se deve ao fato de que a gestora da escola Padrão MEC já foi gestora da escola adaptada e pode nos situar melhor nos dois momentos.

Aracoiaba é uma antiga comunidade do Ceará, remontando à primeira metade do século XVIII. O início de sua colonização. Desde 1655, os Jesuítas viviam na região do Maciço de Baturité, num local chamado “Comum” (hoje, Olho D’água dos Padres Jesuítas).

Para que tivessem melhor acesso à capital cearense, o Senhor Marcelino, carroceiro, transportador, na época, construiu sua barraca às margens do Rio Aracoiaba. Esse caminho tornou-se importante para homens e animais. Daí as famosas frases “Vamos nos encontrar lá no seu CANOA”, “Lá no CANOA”:

posteriormente, caracterizava-se a região como um local chamado “CANOA”. Mais tarde, ganharia o nome de Aracoíaba (ARACOY-ABA), que em Tupi Guarani quer dizer Lugar, Cantos dos Pássaros.

A escolha da denominação da EEEP SAM se deu por meio de um Projeto de Lei nº 72/2015, de autoria do Deputado José Albuquerque. O Poder Executivo sancionou a Lei nº 15.802, de 2 de julho de 2015, também de autoria do Deputado José Albuquerque, com a seguinte redação:

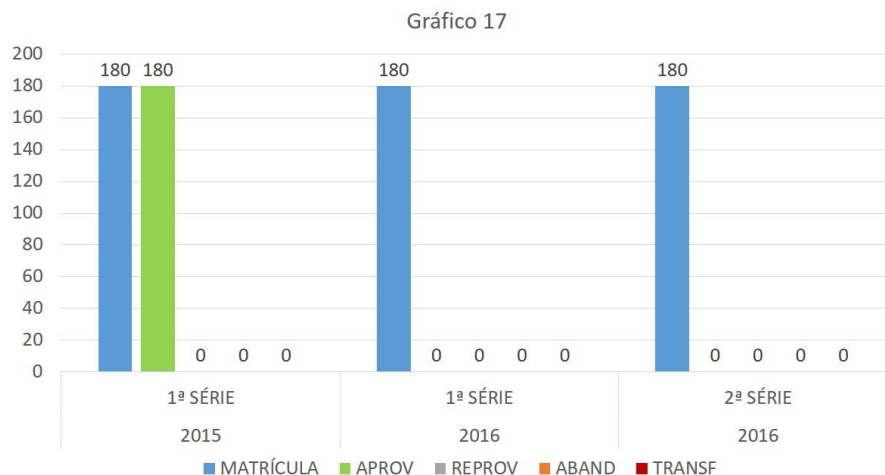
Art. 1º. Fica denominada Dr. Salomão Alves de Moura a Escola Profissionalizante no município de Aracoíaba, no Estado do Ceará. (Diário Oficial do Estado, 2015, p. 1-2)

Em 2015, a escola ofertou vagas para quatro 1^{as} séries, com os cursos: Comércio, Edificações, Redes de Computadores e Secretaria Escolar. Já em 2016, ofertou mais dois cursos: Logística e Informática.

Percebemos aí os cursos ofertados concomitantes nas duas EEEPs: Comércio, Redes de Computadores e Informática. Como terá campo de estágio para tantos jovens? Embora a EEEP SAM só venha a ter estagiários em 2017, no município, já se recebem estagiários da EEEP AFS desde 2010. Sem contar que algumas concedentes só querem receber estagiários de uma única EEEP, como frisou a Coordenadora de Estágio da EEEP AFS.

3.2.1 Resultados iniciais: perspectiva de crescimento

Gráfico 17. Rendimentos internos da SAM no ano de 2015 e matrícula do ano de 2016. EEEP SALOMÃO ALVES DE MOURA



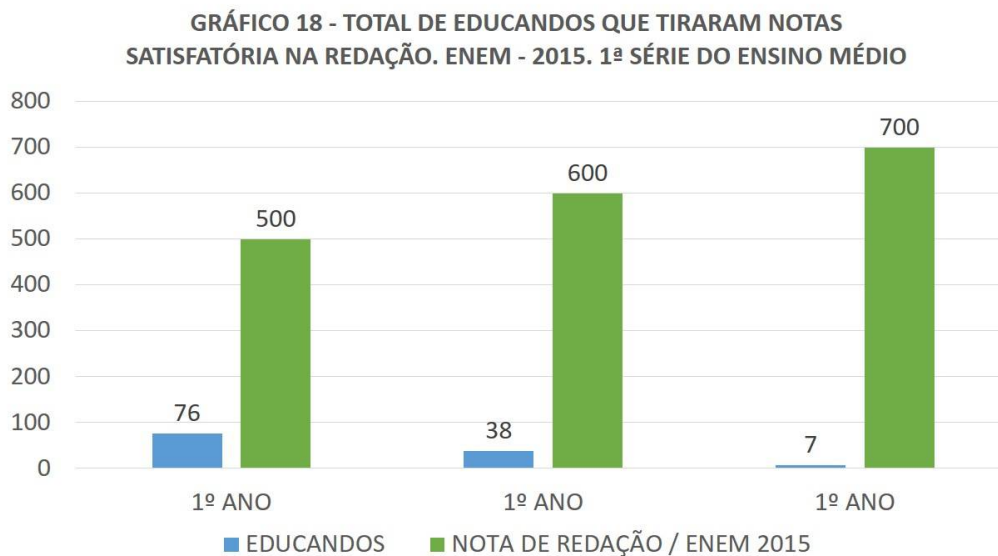
Fonte: EEEP Salomão Alves de Moura.

Uma escola nova, inaugurada em 2015, a EEEP SAM apresenta nos seus resultados internos que a aprendizagem dos alunos da 1ª série está conforme a concepção de avaliação citada nos referenciais para as EEEPs:

A melhora na qualidade da educação passa indubitavelmente pela avaliação. Mais do que um fim, ela é um meio de se perceber a realidade do estudante em relação a sua aprendizagem. (Referenciais para EEEPs, 2013, p. 27)

Essa afirmativa dos referenciais se deve ao monitoramento que a EEEP SAM faz no cotidiano, sempre corrigindo os resultados de aprendizagem dos educandos com intervenções pedagógicas, para que esses alunos se sintam capazes de aprender, melhorem sua autoestima e não abandonem a EEEP. Isso quem indica são os movimentos de reprovação, abandono e transferência, que, conforme o gráfico, são zero.

Gráfico 18. Total de educandos que tiraram notas satisfatórias na redação. Enem - 2015. – 1ª série do ensino médio na EEEP (SAM).



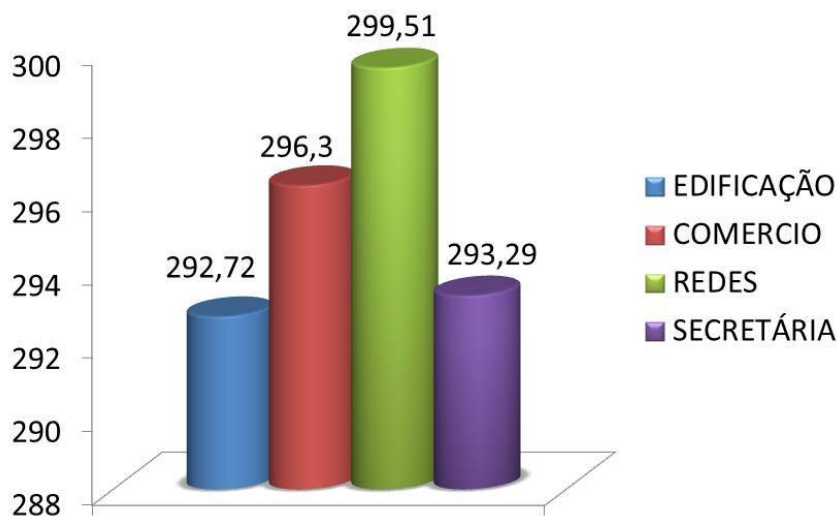
Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/notas-de-corte-ja-podem-ser-consultadas-confira-as-maiores-da-ufc-1.1471573>.

Observa-se que os educandos, ainda cursando a primeira série do ensino médio, já estão se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio e percebendo que a redação é um fator importante para garantir melhor resultado no ENEM.

Nesse contexto, é preciso destacar que a escola já tem um diagnóstico, conforme resultado apresentado para direcionar o trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria da aprendizagem.

Gráfico 19. Resultado SPAECE/2015 - 1ª série: Proficiência em Língua Portuguesa.

Gráfico 19 - Proficiência em Língua Portuguesa – 1ª série

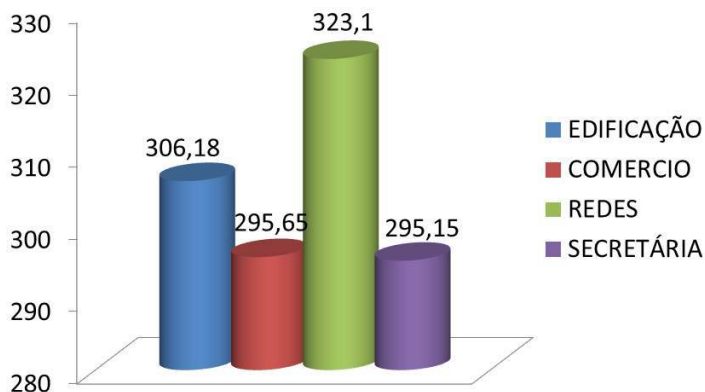


Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará.

Em todos os cursos, é necessário que o educando, ao final dos três anos, tenha adquirido uma proficiência desejável, porém percebe-se que, no curso de Secretária, em que o profissional lida diretamente com todas as formas de comunicação, a média da proficiência da turma ainda está no padrão de desempenho intermediário. Acreditamos que, no final dos três anos, conseguirão atingir o padrão de desempenho desejável.

Gráfico 20. Resultado SPAECE/2015 - 1ª série: Proficiência em Matemática.

Gráfico 20 - Proficiência em Matemática – 1ª série

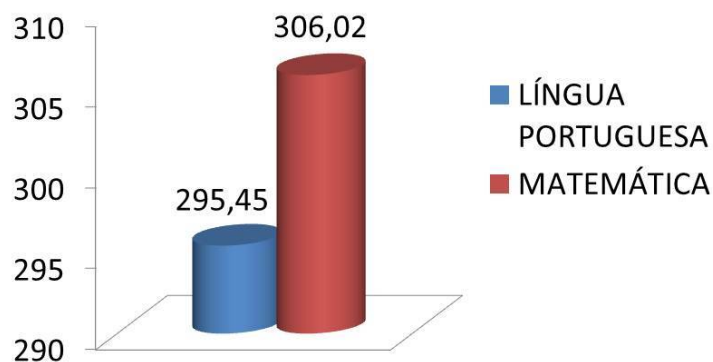


Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará.

A média de proficiência em matemática está seguindo um crescimento compatível com o curso. Tanto Edificações como Redes estão no padrão de desempenho intermediário, fazendo uma referência para Redes, que já se encontra quase no padrão de desempenho adequado.

Gráfico 21. Resultado geral da escola SPAECE/2015 – 1ª série proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

Gráfico 21 – Média Geral – 1ª série



Fonte: Secretaria da Educação – Governo do Estado do Ceará.

Em geral, na EEEP SAM, apesar de uma diferença entre as duas proficiências, ambas se enquadram no padrão intermediário, mas a escola precisa encontrar um caminho pedagógico para corrigir essa diferença e conseguir alcançar o padrão adequado.

Durante a pesquisa, observamos que tanto a EEEP AFS como a EEEP SAM, no Maciço de Baturité, focam suas ações muito em prol do ENEM, têm uma preocupação com os resultados externos. De certa forma, os educandos são envolvidos e movidos pelo desejo de ingressarem em uma universidade.

4.3 AS EEEPS NO MACIÇO DE BATURITÉ: COMO PENSAM OS DOIS GESTORES

No que diz respeito ao aspecto pedagógico, os conceitos integração e trabalho estão presentes nas duas escolas pesquisadas com a seguinte concepção. Sobre isso, os dois gestores, ao serem indagados, passaram a seguinte informação:

Nos nossos programas de Pré-qualificação Profissional e de Aprendizagem, adotamos como primordiais, as questões postural e comportamental com destaque para a responsabilidade, saber trabalhar em equipe, ser colaborativo e organizado, ter proatividade, bom relacionamento interpessoal, adaptabilidade, dentre outras tantas competências e habilidades [...] Os programas são estruturados como “estudos de caso”, em dinâmicas comportamentais que auxiliam o Aprendiz a romper com o modelo mental de relacionamento familiar e passar ao modelo de relacionamento profissional, baseado na observação da realidade, reflexão e ação. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

A fala do Gestor acima reflete a preocupação com o profissional que atenda às demandas da contemporaneidade e demonstre a preocupação com modelos relacionais, nos quais haja ação-reflexão-ação.

Sobre isso, cito ainda as considerações do Gestor da escola AFS:

O propósito é que com esta prática, o jovem venha assumir em sua vida profissional uma postura de protagonista, buscando constante profissionalização, responsabilize-se por suas ações, trabalhe pelo sucesso coletivo e se proponha a agir, resolver e fazer acontecer. Quem tem competência profissional está aberto às soluções criativas e à inovação. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Ainda falando sobre integração e trabalho, o Gestor da escola AFS nos informa:

Portanto, é missão da educação profissional ser a ação educativa que desenvolve competências para o trabalho. Assim, os jovens profissionais estarão preparados para suprir as necessidades das empresas e da sociedade, que necessita de trabalhadores capacitados e engajados no crescimento pessoal e também do nosso país (Gestor da escola AFS em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Ainda sobre a questão de como estão presentes os conceitos integração e trabalho na escola, o Gestor da AFS continua:

A educação profissional é realizada por competência e desenvolve no jovem a percepção “do quê e do por quê?” dos fatos. Faz com que ele aprenda “como fazer” e ainda estimula o “querer, a determinação” em realizar. Assim, aqui temos a prática do famoso CHA: Conhecimento, Habilidade e Atitudes. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Ao indagar sobre o mesmo assunto a Gestora da escola SAM, esta foi mais diretiva ao se posicionar diante do nosso questionamento sobre como estão presentes na escola os conceitos integração e trabalho.

Os conceitos são integrados através do currículo onde ocorre a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento, seja disciplinas dá base comum ou técnica. (Gestora da escola SAM, em entrevista concedida em janeiro de 2016)

Podemos perceber na fala dos dois gestores a preocupação em que o educando possa sair da escola profissional com capacidade para prosseguir, seja nos estudos ou no trabalho, com conhecimentos, habilidades e atitudes empreendedoras, tanto na vida pessoal como profissional. Os dois gestores apontam a necessidade de garantir que os conceitos integração e trabalho estejam alinhados dentro da proposta pedagógica da escola, trabalhando a interdisciplinaridade.

O tratamento do currículo como sendo único é premissa fundamental a ser observada. E, conforme a SEDUC, para que esta seja possível, é imprescindível que se pensem os componentes curriculares da formação profissional de forma integrada aos componentes curriculares da formação geral. Sobre isso, os gestores nos colocam, ao serem indagados se o currículo escolar atende à profissionalização dos estudantes:

O currículo da Escola Estadual de Educação Profissional tem como diferencial a integração entre as disciplinas do ensino médio e dos cursos técnicos. Em 2012, iniciou-se uma ampla revisão curricular dos cursos técnicos com o objetivo de adequar o conteúdo de acordo com o perfil de profissional desejado e em consonância com o que se requer deste quando

da sua atuação no campo de trabalho (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

O cuidado com a revisão curricular desde o princípio da implantação da política para garantir a integração curricular é verificada na fala do Gestor através de seu depoimento, quando nos diz que:

Essa revisão do desenho curricular, iniciada com o curso de enfermagem e mantida nos anos seguintes, também se baseia na necessidade de integrar o currículo ao contexto sociocultural e econômico do Ceará. A partir desse trabalho, a COEDP (Coordenadoria de Educação Profissional) produziu guias pedagógicos para cada curso técnico integrado ao ensino médio. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Ainda sobre integração curricular, o Gestor da escola AFS nos informa:

Respeitadas as especificidades regionais, a concepção dos currículos dos cursos de educação profissional tem como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Na mesma linha de raciocínio, ainda tratando da integração curricular, foi perguntado à gestora da SAM se o currículo escolar atende à profissionalização dos estudantes, e ela nos informou o seguinte:

Sim, a integração curricular é atendida, porque um dos motivos é que dentro do desenho curricular das disciplinas da base técnica existem disciplinas que atendem a esta profissionalização. (Gestora da escola SAM, em entrevista concedida em janeiro de 2016)

Tem-se percebido, através dos resultados apresentados tanto no SPAECE como no ENEM, que houve uma evolução significativa nas EEEPs instaladas no estado do Ceará. Com base nessa informação, apresentada em gráficos no capítulo I, foi perguntado às duas escolas pesquisadas se estavam conseguindo atingir um de seus objetivos, que é a inserção no mercado de trabalho.

Podemos com extrema facilidade elencar alguns aspectos que, por sua vez, darão crivo à certeza que a EEEPs (Escolas Estaduais de Educação Profissional) estão cumprindo seu papel e, conseqüentemente, atingindo seus objetivos. Aprender uma Profissão e entrar no mercado de trabalho. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Sobre a questão da inserção, o Gestor da escola AFS nos informa:

Além das disciplinas científicas e socioculturais, os cursos das escolas profissionais tem uma forte componente de disciplinas técnicas de especialização para além dos estágios e práticas em contexto laboral.

Quem sai de uma escola profissional sai com uma profissão, está mais bem preparado para o mercado de trabalho. Ao contrário do que se possa por vezes pensar, a frequência de uma escola profissional não é incompatível com a entrada no ensino superior. Antes pelo contrário. Os alunos das escolas profissionais já estão em contato com métodos de trabalho que mais tarde encontrarão nas faculdades. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Ainda sobre a inserção, cito as considerações feitas pelo Gestor da AFS:

As Escolas Profissionais oferecem aos alunos um conjunto de oportunidades ímpares, preparando-os e conscientizando-os para a importância da atividade laboral, permitindo-lhes adquirir experiências, aplicar conhecimentos, desenvolver relações interpessoais e compreender as normas e os valores das organizações que posteriormente virão a trabalhar. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Nessa percepção, o Gestor da AFS ainda acrescenta a importância das parcerias no fortalecimento das atividades integradas para inserir no mercado de trabalho pessoas competentes.

As Escolas Profissionais não isolam a sua atividade de educação e de preparação de jovens para o mercado de trabalho do meio humano e social em que cada escola está inserida. Mantém protocolos de colaboração com diversos organismos, sejam eles do poder local, da sociedade civil, de associações ou empresas. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

O Gestor da AFS, no ato da entrevista, mostrou preocupação com o destino dos seus alunos, dizendo que o acompanhamento não termina com a conclusão do seu curso, e nos relatou o seguinte:

Numa escola profissional, a preocupação com o destino dos seus alunos não termina com a conclusão do seu curso. Para os alunos que escolheram como objetivo profissional a via de integração no mercado de trabalho, existe um acompanhamento por parte da escola no seu ingresso profissional. Acompanhamento que envolve recolha e análise de um vasto conjunto de informação: tipo de função a desenvolver pelo jovem, tipo de relação contratual, expectativas de permanência, progressão na carreira, disponibilização de formação contínua; o que se traduz num importante acompanhamento pedagógico e técnico durante o arranque de uma atividade profissional. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Perguntado à Gestora da SAM, percebe-se que esta não tem a mesma opinião do Gestor da AFS quanto às parcerias serem fortes no atendimento à profissionalização dos educandos. A Gestora nos informou o seguinte:

Vejo que o objetivo de inserir os educandos no mercado de trabalho está sendo concretizado em partes, pois precisamos ainda de várias parcerias

para que esse objetivo seja atendido. (Gestora da escola SAM, em entrevista concedida em janeiro de 2016)

Perguntamos quais os cursos são ofertados pela AFS em 2016 e se, quando a escola pensa nos cursos ofertados, incorpora a realidade econômica local, visando atender às necessidades dos alunos. Acompanhe o relato do Gestor da AFS:

São 05 os cursos, Informática, Rede de computadores, Comércio, Enfermagem e Hospedagem. E acrescenta que os cursos que são ofertados em qualquer EEEP, e na AFS não é diferente, ele deverá ser consonante à realidade econômica de sua circunscrição, não somente municipal como regional. Para exemplificar, temos alunos que realizam seu estágio obrigatório em Redenção e municípios vizinhos, inclusive fora do maciço. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Ao realizar a pesquisa na SAM, verificamos que três cursos ofertados são exatamente iguais, porém na AFS, além de ofertar um curso a mais, ainda se tem a oportunidade de ofertar dois diferentes, isso para atender às necessidades dos educandos. A gestora nos informou o seguinte:

Em 2015 foi ofertado, Comércio, Edificações, Redes de Computadores e Secretaria, já em 2016 a oferta se deu com os cursos, Comércio, Logística, Redes de Computadores e Informática Básica. E acrescentou que apesar de estarem no segundo ano de funcionamento espera que atenda, mas não só local e sim no Maciço de Baturité atendido. (Gestora da escola SAM, em entrevista concedida em janeiro de 2016)

Foi perguntado ao Gestor da AFS se a EEEP de Redenção encaminha na mesma proporção alunos para as universidades e para o mercado de trabalho. Observem o que nos informa o Gestor:

Apesar da inserção no mercado de trabalho ser a culminância e missão precípua das EEEPs, hodiernamente, as mesmas inserem muito mais nas universidades. Esse fato acontece, pois, a maioria dos alunos, em contato com o conhecimento, quebra o ciclo de gerações, na qual reside todo um retrospecto de antepassados agricultores e conseguem através da educação, obter a emancipação intelectual e financeira. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

Percebe-se que as duas EEEPs pesquisadas têm a mesma compreensão no que diz respeito ao ingresso dos educandos tanto no nível superior quanto no mercado de trabalho, conforme o que nos informa a Gestora da SAM em relação ao Gestor da AFS.

Se conseguirmos desenvolver as ações com um currículo integrado certamente haveremos de possibilitar ao educando além de ser um técnico

de nível médio, poderá ir à busca de uma formação de nível superior. (Gestora da escola SAM, em entrevista concedida em janeiro de 2016)

Hoje, no Ceará, convivemos com dois tipos de espaços (prédios) para funcionamento das EEEPs: aqueles adaptados desde a implantação, em 2008, e as escolas Padrão MEC, construídas em parceria com o Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado. Sobre isso, indagamos ao Gestor sobre como é trabalhar com essa escola de tempo integral em um prédio adaptado. Veja o que nos falou o Gestor da AFS.

Existem algumas adaptações que, promovem um bom espaço, como os LICEUS. No nosso caso, o prédio é muito antigo, e as adaptações que sofreu para receber o projeto não contemplaram as necessidades mínimas. Hoje, não contamos com salas climatizadas, e devido à climatologia e permanecer em período integral é um fator dificultador. O espaço para as refeições não contempla o quantitativo discente e, quando estamos no período chuvoso, os alunos têm que realizar suas refeições em sala. O pátio escolar e quadra são muito pequenos e, quando temos que fomentar reunião de pais, palestras, seminários, realizamos em horários diversos. Em suma, temos esses e dezena de outros fatores dificultadores em trabalhar com a Educação Profissional em um prédio (nosso caso) adaptado. (Gestor da escola AFS, em entrevista concedida em dezembro de 2015)

A atual Gestora da SAM esteve Gestora inicialmente na AFS, quando da sua implantação em 2008 em prédio adaptado, e hoje está Gestora da SAM, escola Padrão MEC. Foi-lhe perguntado como é iniciar uma gestão em uma EEEP com o prédio adaptado e hoje estar Gestora de uma EEEP em um prédio Padrão MEC. A Gestora nos respondeu o seguinte:

Ser gestora de uma EEEP em um prédio adaptado, para mim não foi difícil, pois as ações independem do prédio, porém é claro que uma escola em um prédio padrão MEC possibilita mais ações do currículo escolar serem efetivadas, mas a demanda da oferta do serviço é muito maior. (Gestora da escola SAM, em entrevista concedida em janeiro de 2016)

O que vemos na fala dos dois gestores são opiniões diferenciadas, visto que a Gestora que hoje está em um prédio Padrão MEC já foi também Gestora da escola adaptada em 2008. Isso mostra que, no que concerne à política implantada em 2008, apesar de muitos desafios terem sido vencidos, muitas rotas ainda têm de serem concertadas. Destacamos desafios comuns entre as duas escolas pesquisadas, independentemente do ano e do espaço físico, são eles: a inserção dos educandos no mercado de trabalho e a continuidade no acompanhamento após a saída destes da EEEP.

Uma figura apresentada no capítulo 2 sobre o elo que a Superintendente Escolar faz em prol do fortalecimento na gestão das EEEPs no Estado do Ceará vem confirmar qual a opinião em relação a o ingresso de alunos no nível superior se sobrepor à inserção no mercado de trabalho:

Se pararmos para refletir o projeto cearense de articulação do ensino médio com o ensino profissionalizante, paralelamente, o Governo Estadual arquitetou o projeto Preparação Rumo à Universidade (PRU) contribuindo para ampliar o acesso às Universidades Públicas, para isso, foram sistematizadas aulas semanais elaboradas a partir das Matrizes de Referências dos processos seletivos adotados pelas Universidades, com ênfase no ENEM. Ações como esta foram cada vez mais se fortalecendo dentro da rede como o Projeto ENEM, CHEGO JUNTO, CHEGO BEM lançado em 2012. Os educandos das EEEPs são sensibilizados e instigados a participarem do processo seletivo do ENEM, o que diretamente vem contribuindo para um crescente número de alunos destas instituições ingressarem nas universidades. (Superintendente Escolar, em entrevista concedida em maio de 2016)

E continua dizendo que:

O que percebe-se é que o modelo integrado adotado pelas EEEPs vem possibilitando a centenas de alunos a qualificação não só para ingressarem no mercado de trabalho mas ao mesmo tempo estão sendo habilitados a concorrerem a uma vaga na universidade. As EEEPs, de certa forma, oportunizam possibilidades de um futuro mais justo, mais equânime, e sem falar nos diversos fatores não quantificados mas de suma relevância voltado para a formação completa do ser humano, contribuindo assim, para a formação de cidadãos conscientes de seu papel e de seus direitos sociais. (Superintendente Escolar, em entrevista concedida em maio de 2016)

O Orientador da CEDEA8, na mesma lógica de reflexão em relação a o número de educandos das EEEPs que estão ingressando no nível superior ser maior que no mercado de trabalho, disse o seguinte:

Efetivamente, não era esse o principal objetivo do sistema de educação, ao “criar” o atual modelo de educação profissional no estado do Ceará. A ideia inicial era a formação de uma mão de obra técnica qualificada para atender as demandas técnicas surgidas e exigidas pela nova dinâmica produtiva, fosse na indústria, comércio e principalmente nos serviços. Ocorre que, na contemporaneidade, o simples fato de concluir o Ensino Médio, por si só já desperta no Educando um “vislumbre” pelo mundo universitário. Some-se a isso, a oportunidade macro surgida nas “adequações” formatadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – foi o mesmo que juntar-se “a fome com a vontade de comer”. O próprio Governo do Ceará, através da sua SEDUC, oportuniza, incentiva e mobiliza a sua população estudantil conluente do EM a realizar o ENEM e ingressar na universidade. (Orientador CEDEA8, em entrevista concedida em maio de 2016)

Sobre o mesmo assunto, continuou:

Apesar de termos dados oficiais confiáveis, que possam garantir a veracidade contida no bojo principal da pergunta, entendo que, é preciso rever IMEDIATAMENTE, em sua forma e modelo, a educação profissional ora realizada nas EEEPs do estado do Ceará. Em se confirmando a premissa básica aqui indagada, há um desnível substancial no custo benefício do atual modelo. Qualquer modelo educacional carece de uma identidade clara e objetiva. Dessa forma, é preciso responder-se a duas perguntas: O estado do Ceará formará sua juventude para o ingresso no mercado de trabalho? Ou para a universidade? Pode vir a ser pras duas coisas, como, aliás, vem sendo. Porém, é necessário rever os investimentos e custeio, aos quais a política educacional terá acesso. (Orientador CEDEA8, em entrevista concedida em maio de 2016)

Um fato que chama a atenção na fala do orientador é a identidade da escola, é a preocupação com o custo-benefício na montagem das escolas profissionais. Havendo confirmação de que o rumo à universidade se sobrepõe à inserção no mercado de trabalho, então, segundo o Orientador, é preciso rever os investimentos e os custos de acordo com os cursos ofertados.

Outro aspecto que é muito criticado com relação às EEEPs é a seleção dos alunos no ato da matrícula. Fala-se, portanto, que esse resultado nas avaliações externas se deve a essa seletividade. Sobre isso, a Superintendente que acompanha as duas EEEPs no Maciço de Baturité nos informa, ao ser indagada sobre isso:

Os critérios para a realização da matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) são estabelecidos anualmente por meio de uma Portaria de Matrícula, que regulamenta os procedimentos a serem adotados para a inscrição. Nesta, pelo menos 80% das vagas nos cursos técnicos são direcionados aos estudantes de escolas públicas, ficando os 20% restantes à disposição de alunos da rede privada. A Portaria elenca os critérios para o acesso de alunos às EEEP, destacando a avaliação do histórico escolar. Caso o aluno não alcance o perfil do curso desejado e haja oferta disponível em outro, é oferecido a ele esta possibilidade de ingresso. Na nossa regional, a procura por uma vaga, é realmente muito grande, chega a ser semelhante a busca por uma vaga na universidade. O processo de seleção é acompanhado bem de perto pelos candidatos e seus responsáveis. Infelizmente, não há vaga para todos que desejam ingressar neste universo. Vejo, nos atuais critérios adotados na portaria uma forma adequada ao acesso. (Superintendente Escolar, em entrevista concedida em maio de 2016)

O desafio acima citado traz para a comunidade educativa de ensino fundamental e para os pais a seguinte reflexão, como mostra nossa entrevistada, ao prosseguir com sua fala:

Um fator positivo que percebemos comum dos requisitos deste processo (observância à média das notas das disciplinas do 6º ao 9º ano), é o cuidado e a atenção especial que os pais passaram a ter no acompanhamento dos resultados dos filhos referentes ao fundamental II,

uma vez que a soma deste desempenho é fator primordial para o ato de seleção para as EEEPs. O que diretamente contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos educandos da região. (Superintendente Escolar, em entrevista concedida em maio de 2016)

O Orientador da CEDEA8 reafirma a necessidade da seleção, porque, segundo ele, qualifica e valoriza a política implantada. Sobre esse assunto, cito as considerações do Orientador:

A seleção de alunos – a despeito do “impasse”, é algo essencialmente necessário. Pelo próprio formato empregado, assim também, como pelo fato de tratar-se de uma oferta diferenciada, o processo seletivo faz-se imprescindível. Entendendo que, não haveria vagas para todos os que querem ou que, nem todos querem, a seleção funciona como um filtro que, sendo realizada com critérios bem definidos de meritocracia e respeitados todos os direitos e garantias que demandem nas suas regras, valoriza e qualifica a oferta e por consequência a política. (Orientador CEDEA8, em entrevista concedida em maio de 2016)

Finalizando essa entrevista, foi perguntado à Superintendente sobre a perspectiva de expansão dessa política no Governo de Camilo Santana. Ela deu sua opinião, dizendo o seguinte.

Sabemos que o campo das políticas públicas é bastante complexo, envolvem vários fatores, diferentes protagonistas, ambientes institucionais, entre outros. Penso, que assim como todo projeto, programa (implementação, execução, avaliação) é chegado a hora de uma avaliação mais complexa de todas as ações desenvolvidas e resultados colhidos ao longo destes 8 anos de implementação. Faz-se necessário checar se os objetivos propostos estão sendo alcançados, se a filosofia de gestão implementada ainda se configura dentro do cenário atual. Que problemas estruturais e pedagógicos ainda existem, qual sua relevância, e se necessárias, ações de correções devem ser pensadas e executadas, e assim, aprimorar esta política que conforme pesquisas tem sim, apresentado fatores positivos que contribuem para o crescimento profissional e pessoal de centenas de jovens cearenses. (Superintendente Escolar, em entrevista concedida em maio de 2016)

A Superintendente colocou de maneira clara a contribuição que essa política está deixando na vida de centenas de jovens cearenses, porém não ficou claro na sua visão se o novo governo continua ou não com a expansão das EEEPs. Sobre o mesmo assunto, o Orientador da CEDEA8 deixou suas perspectivas:

Não percebo que o desenvolvimento das EEEPs, no que se refira ao nível de expansão, seja de grande monta. As próprias condições econômicas do país e estado, não sinalizam para isso. No que tange a sustentabilidade ou manutenção – em um ritmo bem mais lento, creio haver disposição no atual Governo estadual, em manter a política. O Governo atual tem suas próprias metas e projetos e precisará de planejamento físico e financeiro. Um exemplo disso é a escola regular de tempo integral. Essa proposta – ótima

por sinal, dividirá com a educação profissional, as atenções, assim como os recursos. (Orientador CEDEA8, em entrevista concedida em maio de 2016)

Na fala do Orientador, percebe-se que a expansão deverá ser lenta, o compromisso pela manutenção devido às dificuldades financeiras será lento também. Está surgindo, no cenário educacional estadual, outra proposta de ensino médio integral na escola regular, que certamente dividirá com a EEEP as atenções e os recursos também.

Com a entrada da maioria dos educandos no nível superior, como já demonstrado em dados anteriormente, e com o corte no orçamento, em que o Governo do Estado capitaneia recursos para a expansão da política, percebe-se que essa outra ação de oferecer educação integral na escola regular parece dividir o cenário com as EEEPs e, desde então, ter apenas a manutenção e uma expansão, não no mesmo ritmo dos anos anteriores. Essas são apenas suposições, que deverão ser comprovadas em estudos posteriores.

4.3.1 Dialogando com educandos, expectativas, sonhos e projetos de vida: o que pensa cada um

O educando, centro do processo de ensino e aprendizagem, não poderia deixar de mencionar aqui sua participação na construção desta pesquisa, para que possamos refletir o que pensa cada um sobre seu projeto de vida e perceber, principalmente seu protagonismo estudantil.

Nas duas EEEPs pesquisadas, foram entrevistados vinte educandos, dez em cada uma. Na EEEP AFS, da cidade de Redenção, os educandos cursam a 3ª série do ensino médio, última etapa da educação básica. Esse critério foi escolhido exatamente para perceber o que pensa cada um pós-ensino médio, até porque estão no campo de estágio, finalizando o curso. Na EEEP SAM, a mesma quantidade, porém cursam a 2ª série do ensino médio, ainda no processo de construção no projeto de vida no seu segundo ano, mas cada um já está há dois anos em seu curso e puderam opinar sobre o que queríamos ouvir deles. Utilizamos questionários, que foram entregues na hora do almoço, quando eles puderam conversar entre si e opinar sobre o que estava sendo perguntado.

Sobre o que motivou cada um a estudar em uma escola profissional, eles foram unânimes em dizer que:

O que motivou foi o modelo de estudo e refiro-me a educação integral, o histórico de sucesso na região no que diz aos resultados de aprendizagem que a escola apresenta bem como sua organização e o curso profissional. (Alunos que cursam a 3ª série da escola AFS, em entrevista concedida em abril de 2016)

Quando lhes foi perguntado se eles se identificavam com o curso que estavam cursando, eles responderam com toda veemência que sim. Embora respondendo sim, todos eles também afirmaram que pós-ensino médio pretendem, primeiramente, ingressar em uma universidade, para posteriormente buscar uma oportunidade no mercado de trabalho.

Continuando com o diálogo, quando perguntamos sobre o projeto de vida, eles argumentaram o seguinte:

O projeto de vida me ajudou a tratar melhor as pessoas quando estiver no ambiente de trabalho, abrii minha mente para cuidar do presente e projetar o futuro e contribuiu para melhorar a comunicação em todos os espaços de convivência. (Alunos que cursam a 3ª série da escola AFS, em entrevista concedida em abril de 2016)

Nossa conversa continuou e, perguntando sobre o empreendedorismo visto ao longo das três séries na EEEP AFS, eles foram precisos em suas respostas, quando afirmaram que:

Este projeto contribuiu para ter uma boa noção de mercado e entender melhor o sistema empresarial. (Alunos que cursam a 3ª série da escola AFS, em entrevista concedida em abril de 2016)

Os educandos da EEEP AFS com quem mantive diálogo estão cursando a 3ª série do ensino médio, portanto já possuem uma caminhada longa dentro da EEEP. No entanto, ao me dirigir aos educandos da EEEP SAM, apesar de estarem apenas com um ano e meio de frequência, estes não diferem muito das expectativas sobre o projeto de vida e os sonhos que buscam realizarem. Vejam o que eles falaram quando foi perguntado sobre o que os motivou a estudar em uma escola profissional:

O desempenho da escola em provas externas me motivou fazer parte desses números tão excelentes, a qualidade do ensino, a preparação para o ensino superior e que é muito bom concluir o ensino médio sendo técnico também. (Alunos que cursam a 2ª série da escola SAM, em entrevista concedida em maio de 2016)

Prosseguimos com nossa entrevista, perguntei se se identificavam com o curso para o qual foram matriculados, e aí vieram respostas que merecem nossa

atenção. Um educando respondeu que “não me identifico muito, mas, me sinto feliz em fazer parte dele”, outro disse que “apenas se identificava”, e outros disseram que “amavam muito o que estavam fazendo”. (Alunos que cursam a 2ª série da escola SAM, em entrevista concedida em maio de 2016)

Nesse momento, o que chamou a atenção foram os dois extremos: o que não se identificava e os que amavam muito o que estavam fazendo. Nesse contexto, é preciso cuidado para envolver todos de modo que o sucesso de um também seja o sucesso de todos.

Quando indagamos sobre o que iriam fazer pós-ensino médio, todos responderam que desejavam ingressar em uma universidade, que estavam se dedicando para isso, com a colaboração de seus educadores.

A conversa continuou, dessa vez falando sobre projeto de vida, que importância ele tinha para a formação, e a resposta foi a seguinte:

Ajuda-me na vida social, me ensina a conviver e fazer sempre o bem e quando estamos com problemas ele ajuda a refletir, corrigir e seguir em frente. (Alunos que cursam a 2ª série da escola SAM, em entrevista concedida em maio de 2016)

Assim, entendemos que o projeto de vida, na visão desses educandos, tem um significado importante a ponto de contribuir até quando estão com problemas, dando um rumo certo na tomada de decisão.

Finalizando nossa entrevista, colocamos como compreendiam o empreendedorismo dentro da EEEP. Eles, sem dificuldades, deram respostas simples, mas que contribuíram com o que estava sendo observado naquele momento:

Que o empreendedorismo iria contribuir quando fosse para o mercado de trabalho, que achava muito interessante e que ia ajudar a negociar, saber fazer tratos comerciais, a encontrar qual caminho deveria seguir profissionalmente e principalmente liderar e ser liderado. (Alunos que cursam a 2ª série da escola SAM, em entrevista concedida em maio de 2016)

O que foi interessante observar na fala desses educandos, tanto de uma como da outra EEEP, foi a clareza do que estavam fazendo para alcançar os objetivos traçados em seus projetos de vida, não um projeto individual, mas que tivesse alcance coletivo. Eles não falam no singular, é sempre “nós”. Essa

expressão “liderar e ser liderado” mostrou que estão sempre trocando de posição dentro das atividades propostas pelo grupo.

Esse diálogo trouxe para o campo desta pesquisa a seguinte reflexão: o educando entende a importância que tem o curso técnico para sua vida profissional, porém o desejo dele é, em primeiro lugar, cursar o nível superior, independentemente de ser na área ou não. O que está no seu projeto de vida é persistir rumo à universidade, e se tiver a oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho, já tem uma qualificação, e isso lhe dá uma credencial para concorrer a uma vaga, possivelmente com êxito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação permitiu analisar a política de implantação do Ensino Médio Integral à Educação Profissional no Estado do Ceará, através da implantação, inicialmente, dos Centros de Educação da Juventude - CEJOVENS e, posteriormente, com a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs.

Foi possível analisar que essa política, no Estado do Ceará, assume características daquilo que foi delineado pelo Ensino Profissional Nacional, no momento em que define a forma de articulação na EEEP, selecionando, entre três modelos existentes, unicamente a forma articulada integral, regulamentada pelo Decreto nº 5.154/04, que integra num só currículo a formação geral articulada à qualificação profissional para o ingresso de jovens no mercado de trabalho.

O estudo possibilitou perceber que o Estado do Ceará foi bastante audacioso quando percebeu o cenário favorável, por conta da disponibilidade de recursos através do programa Brasil Profissionalizado, da revogação do Decreto nº 2.208/98 pelo Decreto nº 5.154/04, da demanda do moderno mundo do trabalho, do resultado negativo das avaliações externas do Ensino Médio no estado e da necessidade de universalizar esse nível de ensino na rede estadual, dentre outros. Nota-se que esses fatores foram decisivos e necessários para a implantação e o desenvolvimento da política no estado.

A pesquisa mostrou que, durante os primeiros passos para a implantação da política para a educação profissional no estado, o então governador Cid Ferreira Gomes tomou uma decisão política em designar a Secretaria de Educação como responsável pelo desenvolvimento dessa política. A partir de então, percebemos que essa política passou a ser uma das pautas principais na agenda do Governo do Estado do Ceará.

Outro fator importante que é destaque para o Ceará com a implantação dessa política e que diferencia dos demais estados vistos no percurso da pesquisa foi que, além de enfrentar todos os desafios próprios da implantação de uma política, o estado contribuiu de forma decisiva quando trouxe para o Ceará o projeto arquitetônico que estava paralisado no MEC para fazer adaptações, ajustes e

devolvê-lo pronto, tornando-se o modelo que é, hoje, destaque nacional, escola Padrão MEC.

Esta pesquisa também possibilitou compreender que o Governador Cid Ferreira Gomes e sua equipe estavam decididos a enfrentar todos os obstáculos para garantir que a política de fato tivesse impacto nas várias regiões do Estado do Ceará. Ao perceber que alguns municípios não tinham potencial para uma ou outra atividade, mesmo assim o curso era criado na EEEP, na tentativa de forçar o município a desenvolver essa potencialidade. Não deixando, portanto, de ofertar os cursos de acordo com os arranjos produtivos do município, esse critério até hoje é observado na oferta dos cursos.

Passados seis anos, a pesquisa nos permitiu uma análise acerca do impacto dessa política no estado, qual seja: O número de jovens que ingressaram nas universidades é superior ao dos que conseguiram entrar no mercado de trabalho, como bem detalhamos no capítulo 2 desta dissertação.

Se o governo está revendo corrigir rotas ou se continua trilhando o mesmo caminho, é porque precisamos ir mais além, dando continuidade a esse estudo.

Até aqui, destacamos muitos desafios, porém com resultados positivos, como, por exemplo, a quantidade de cursos, que aumentaram sua oferta significativamente; o número de escolas Padrão MEC, que o governo já atingiu sua meta; os resultados positivos dos educandos nas avaliações externas; dentre outros elencados ao longo do capítulo 2. Entretanto, muitos desafios ainda persistem desde sua implantação. Podemos citar, por exemplo, a montagem dos laboratórios técnicos, que, apesar dos avanços, ainda é desafiadora, e o educador da base técnica para o interior do estado, que, dependendo da oferta do curso, continua sendo um desafio.

Outro grande desafio que, após seis anos, ainda não foi superado, como é o caso de Redenção, é o funcionamento em escola adaptada. E, no caso de Redenção, sem grandes melhorias no prédio, esperando pela transferência dos educandos para a escola Padrão MEC.

Das dimensões selecionadas para dar direcionamento a este trabalho, apresentamos cada uma conforme o que foi pesquisado em parceria com as instituições e os representantes envolvidos nas ações dessa política, voltados para a educação profissional.

Na primeira dimensão, Estrutura Física, no que diz respeito ao tipo de prédio, concluímos que o Gestor da escola com prédio adaptado tem grandes dificuldades em permanecer de 07:00h às 17:00h com jovens em um ambiente que não foi preparado para tal finalidade. Além de o prédio ser antigo, falta climatização nas salas de aula, o local não é adequado para oferecer as três refeições, o espaço é pequeno para o quantitativo de educandos e, na quadra invernos, os educandos fazem as refeições em sala de aula. O espaço para reuniões, seminários, palestras e demais atividades pedagógicas que requerem um maior número de pessoas em um mesmo horário é incompatível; se se quiser garantir esses eventos, precisa-se agendar em vários horários distintos. Na EEEP Padrão MEC (SAM), os desafios são outros, quase que exclusivamente a demanda dos serviços, como o quadro de pessoal é insuficiente, é necessário buscar parcerias com o município para viabilizar a manutenção da limpeza na área externa.

A segunda dimensão relacionada os resultados internos e externos. Começamos por aferir um julgamento à EEEP AFS, por está desde 2008 em funcionamento. Nas primeiras séries, reprovação e abandono ao longo dos anos tem nível quase zero, e quando há transferência, se for para município onde tenha EEEP, o núcleo Gestor faz essa interferência, para que seja de EEEP para EEEP.

Na segunda série, destacamos o abandono no curso de Enfermagem, sem identificação de causa. A escola não se posicionou quanto a isso. Na terceira série, mais uma vez, aparece o curso de Enfermagem, dessa vez com um elevado índice de reprovação, mas em contrapartida teve uma turma que obteve 100% de aprovação, então percebemos que parece tratar-se de metodologias; apenas uma suposição.

No SPAECE da EEEP AFS, nenhuma turma em língua portuguesa de 2008 a 2015 apresentou resultado no padrão de desempenho muito crítico, porém em matemática, no ano de 2009, tanto a primeira como a segunda série ficaram no padrão de desempenho muito crítico. Na EEEP SAM, apesar de dois anos de trabalhos educacionais, nota-se que a reprovação foi zero e já demonstra sinais de que, nas avaliações externas, estão focados no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no qual o mínimo de pontuação na redação do Enem foi 500 e o máximo 700. Se tivesse idade suficiente, muitos deles teriam, através do SISU ou PROUNI, já iniciado sua vida acadêmica no nível superior.

A terceira dimensão diz respeito aos arranjos produtivos dos municípios. Durante a pesquisa, verificamos que, na implantação do curso, não há tanto essa preocupação, o que é visto mesmo é a condição que a EEEP tem em oferecer o curso, até porque, no interior do estado, tem-se a preocupação com o profissional da base técnica. A prova disso é que tem educandos estagiando em várias regiões do Maciço de Baturité, chegando a percorrer um raio de até 53 km de distância. Na EEEP SAM, não tivemos como analisar com precisão essa dimensão, porque o curso foi ofertado, mas ainda não há estagiário. O que podemos relatar é que tem dois cursos que são os mesmos da EEEP AFS. Se as EEEPs são próximas, por que não diversificar os cursos, visto que, pelos mapas de rotas, até Aracoiaba já é campo de estágio desses dois cursos?

E, finalmente, a quarta dimensão, que era a inserção dos jovens no mercado de trabalho ou na universidade, segue a mesma constatação em nível de estado. Não está ficando só no desejo do jovem ingressar na universidade. Isso se constata de fato, conforme o que apresentamos no Quadro 03, quando constatamos na EEEP AFS, no período de 2012 a 2014, que não ficou somente no sonho, de fato eles estão procurando cursar o nível superior. Na EEEP SAM, ainda está na seara do sonho, apresentado (a) na fala de todos (as) entrevistados, somente em 2017 isso poderá se confirmar.

Na EEEP AFS, o número dos que vão para a universidade em relação àqueles que são inseridos no mercado de trabalho é visto com entusiasmo pela equipe gestora, por professores e alunos. Vejamos os números que a escola dispõe no período de 2012 a 2014. Nas diversas universidades, o ingresso de alunos foi de 75 cursos, enquanto as inserções no mercado de trabalho foram apenas em 13 instituições concedentes. Desses alunos que estão trabalhando, todos são do curso de Comércio. A UNILAB, situada na cidade de Redenção, positivamente detém 47 dos 73 cursos; seis estão no IFCE, em Baturité, e os demais, fora do Maciço de Baturité.

Na pesquisa, foi possível perceber que tanto o curso na universidade como a inserção no mercado de trabalho diferem muito do curso da EEEP. Veja, por exemplo, um acadêmico que cursa gastronomia no IFCE e trabalha em uma farmácia; parece ser questão de sobrevivência, para se manter no curso. Outro que cursa humanidades na UNILAB está trabalhando em um supermercado, além de vários exemplos que estão listados no quadro anterior.

Diante do quadro apresentado, propomos que as EEEPs pesquisadas, antes de oferecerem os cursos, façam uma pesquisa no município onde estão instaladas, para verificar o que o município tem de potencial a ser desenvolvido, para que os cursos ofertados estejam de acordo com esses arranjos produtivos e para, nesse sentido, proporcionar o desenvolvimento e atender à proposta da escola profissional.

Diante dos resultados, acompanhados das dificuldades apresentadas, acreditamos no esforço e na decisão política do Governo do Estado que chamou a equipe da Secretaria da Educação para a responsabilidade pela implantação, pelo desenvolvimento e pela avaliação dessa política. Um grande esforço está sendo empreendido por todos, haja vista a continuidade das ações envolvendo essa rede de escolas no estado. Tudo leva a crer que essa política está para a sociedade cearense como uma política de estado, e não de governo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. R. B. A Política de Educação Profissional no Brasil e no Ceará: o desafio da articulação do ensino médio com a educação profissional. In: **Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2010, Lisboa (PT); Cáceres (ES). Cadernos ANPAE. Niterói: ANPAE, 2010, v. 1.

ARRUDA, C.A.M., BARBOSA, M.I.S., MOTA, M.D.A. **Caminhos para integração curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio**. Fortaleza, 2014. Mimeo.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer nº 15**, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer nº 16**, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer nº 39**, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto Nº 5.154/04 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov/setec>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 1**, de 3 de março de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5. 154/04. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2005.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Homologado por despacho do Ministro de Estado da Educação de 31 de agosto de 2012, publicado no DOU de 4 de setembro de 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo III, Seção I, Artigo 205 a 214. Brasília, 1988.

_____. **Decreto nº 2. 208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997, p. 7.760.

_____. **Decreto nº 5. 154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

_____. **Decreto nº 6.302**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de dezembro de 2007, p.4.

_____. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera os dispositivos da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre estágio de estudantes, altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9394/96, revoga a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e a Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994, o Parágrafo Único do Artigo 82 da Lei nº 9.394/96, e o artigo 6º da medida provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de agosto de 1971.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Capítulo II, Título V Seção IV-A, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Seção V, Da educação de Jovens e adultos e Capítulo III, Da Educação Profissional e Tecnológica.

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, Documento base**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE, 2007**.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 6**, de 20 de dezembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio. BRASÍLIA. Educação profissional técnica de nível médio Integrada ao ensino médio. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, 2007.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **A reforma da Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado: tendências e riscos**. In: 29ª Reunião Nacional da ANPED, Caxambu, 15 a 18 de outubro de 2006 (GT: Trabalho e Educação / n. 09). Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../GT09-2565>. Acesso em: 13 mar. 2015.

CEARÁ. **Decreto nº 30.865**, publicado no DOE de 04/04/2012. Regulamenta os Artigos 2º e 3º da Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, dispondo sobre a estrutura organizacional, a constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 14.273**, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de educação profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria de Educação, e dá outras providências, publicada no DOE de 23/12/2008, série 2, ano XI, nº 245, caderno 1/3, p. 1.

_____. **Lei nº 15.181**, de 28 de junho de 2012, publicada no DOE de 02/07/2012, altera os Artigos 2º e 3º e acrescenta o Artigo. 3º A da Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008.

_____. **Lei nº 30.933**, de 29 de junho de 2012. Institui o programa de estágio para alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual voltados à formação técnica e qualificação profissional, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 30.282**, de 4 de agosto de 2010. Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria da Educação (SEDUC), e dá outras providências.

_____. Portal da SEDUC. **Fortaleza:** Secretaria da Educação Básica do Ceará, 2012. Disponível em: <<http://seduc.ce.gov.br>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

_____. **Orientações para o suporte pedagógico/2013.**

_____. **Referenciais para as Escolas Estaduais de Educação Profissional – 2012-2013.**

_____. Relatório de gestão “**O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014**” / Secretaria da Educação. Coordenadoria de Educação Profissional. 1. ed. Fortaleza: Secretaria da Educação, 2014.

_____. SEDUC. **Orientações para o suporte pedagógico.** 2013.

CIAVATA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

CIAVATA, M.; RAMOS, M. **A “era das diretrizes”:** a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v.17, n. 49, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pidS14D2208.htm>. Acesso em: 21 ago. 2015.

COLOMBO, I. **Brasil Profissionalizado:** um programa que sistematiza na prática a Educação Profissional e tecnológica, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_brasil_profissionalizado.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.

CUNHA, Luís Antônio. **Ensino Médio e Ensino Profissional:** da fusão à exclusão. Revista Tecnológica e Cultura, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10/29, julho/dezembro, 1998.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Unesp, 2005.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do “cidadão produtivo”:** da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens. Relatório de pesquisa (2001-2004). Rio de Janeiro: UFF, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional.** São Paulo: CUT, 2005, p. 19-62.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5. 154/04: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005b, p. 21-56.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio Integrado:** Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. **A Política de educação profissional no Governo Lula:** um percurso histórico controvertido. In: Educação e Sociedade, vol.26, Campinas, São Paulo, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. As propostas de decreto para a regulamentação do Ensino Médio e da Educação Profissional: uma análise crítica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Aparecida. **Pronunciamento da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação/Anped** – GT Trabalho e Educação. Apresentado na Reunião da SEMTEC/MEC, Brasília, 18 de dezembro de 2003.

_____. Educação Profissional: **Categorias para uma nova pedagogia do trabalho.** Boletim técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.25n. 2, p.19-29, maio/agosto. 1999.

_____. **O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil.** Espaço Aberto, caderno Andes n.2, 1996.

_____. (Org). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. In: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG: ANPED, 2017.

NIBOM, A.A.R. **O processo de implantação e expansão da rede de Escola Estadual de Educação Profissional no Estado do Ceará (2008-2014)**: um olhar investigativo. Monografia. MBA em Excelência em Gestão de Projetos e Processos. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2014. Mimeo. Coordenadora da Educação Profissional.

NORBERTO, Bobbio. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2007.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local**. 2003. Dissertação de Mestrado (Anexo 29).

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, (Org.). **Ensino Médio integrado**: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-127.

RAMOS, Marise; SOUZA, Donald; DELUIZ, Neise. **Educação Profissional na Concepção do ensino médio integrado à educação profissional**. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

RAYS, Oswaldo Alonso. A relação teoria-prática na didática escolar crítica. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Didática**: O ensino e suas relações. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1998, p. 32-52.

SANTOS, M. T. S. C.; SILVA NETA, M. L.; MAGALHÃES JUNIOR, A. G. Práticas Avaliativas em Aprendizagem Cooperativa: Um estudo na Educação Profissional. In: **Encontro Inter-Regional Norte, Nordeste e Centro-Oeste sobre Formação Docente para a Educação Básica e Superior** - ENFORSUP, 2015, Brasília. Anais Eletrônicos, Resumos, Pôsteres e Comunicações, 2015.

TODOS pela Educação. Disponível em: <<http://www.todospelaeducação.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

TUPPY, Maria Isabel Nogueira. A Educação Profissional. In. OLIVEIRA, Rorr Portela; ADRIÃO, Theresa. **Organização do Ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

CLERTO ALVES – ORIENTADOR CEDEA8

- ✓ Os egressos das escolas profissionais estão indo mais para a universidade do que para o mercado de trabalho. Como você analisa essa questão?
- ✓ Quais as perspectivas para o desenvolvimento da política (ritmo de expansão e sustentabilidade nesse novo governo)?
- ✓ A seleção de alunos é considerada um impasse no ato da matrícula. Como você percebe essa questão?

ELODINA FRANCO – SUPERINTENDENTE ESCOLAR (EEEP)

- ✓ Os egressos das escolas profissionais estão indo mais para a universidade do que para o mercado de trabalho. Como você analisa essa questão?
- ✓ Quais as perspectivas para o desenvolvimento da política (ritmo de expansão e sustentabilidade nesse novo governo)?
- ✓ A seleção de alunos é considerada um impasse no ato da matrícula. Como você percebe essa questão?

LUCIANO FILHO – GESTOR DA EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUSA

- ✓ Como se deu o processo de implantação da Política Pública do Ensino Médio integrado à Educação Profissional no município de Redenção?
- ✓ Como os conceitos integração e trabalho estão presentes na escola?
- ✓ O currículo escolar atende à profissionalização dos estudantes?
- ✓ Na sua visão, a EEEP está atingindo seu objetivo (Inserção no mercado de trabalho)?
- ✓ A EEEP de Redenção, quando pensa nos cursos ofertados, incorpora a realidade econômica local, visando atender às necessidades dos alunos?
- ✓ A EEEP de Redenção encaminha na mesma proporção alunos para as universidades e para o mercado de trabalho?
- ✓ Como é trabalhar em uma EEEP em um prédio adaptado?

IRLANA BALDUINO – COORDENADORA DE ESTÁGIO DA EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUSA

- ✓ Qual sua visão com relação às oportunidades que os jovens encontram na região do Maciço de Baturité com os cursos oferecidos na EEEP?
- ✓ Enquanto coordenadora de estágio, aponte os desafios, se é que existem, na inserção dos jovens por ocasião do estágio na região do maciço de Baturité.

RITA FERREIRA – GESTORA DA EEEP DR. SALOMÃO ALVES DE MOURA

- ✓ Como se deu o processo de implantação da Política Pública do Ensino Médio integrado à Educação Profissional no município de Aracoiaba?
- ✓ Como os conceitos integração e trabalho estão presentes na escola?
- ✓ O currículo escolar atende à profissionalização dos estudantes?
- ✓ Na sua visão, a EEEP está atingindo seu objetivo (Inserção no mercado de trabalho)?
- ✓ A EEEP de Aracoiaba, quando pensa nos cursos ofertados, incorpora a realidade econômica local, visando atender às necessidades dos alunos?
- ✓ A EEEP de Aracoiaba trabalha na perspectiva do ingresso nas universidades ou da inserção no mercado de trabalho?
- ✓ Como é iniciar uma gestão em uma EEEP com o prédio adaptado e hoje estar gestora de uma EEEP em um prédio padrão MEC?

EDUCANDOS – EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUSA

- ✓ O que motivou você a estudar em uma escola profissional?
- ✓ O curso que está fazendo é de fato o que você se identifica?
- ✓ Sua intenção ao sair da EEEP é ir para o mercado de trabalho ou para a universidade?
- ✓ Qual a importância do projeto de vida para a sua formação?
- ✓ E o empreendedorismo? Qual a sua contribuição?

EDUCANDOS – EEEP DR. SALOMÃO ALVES DE MOURA

- ✓ O que motivou você a estudar em uma escola profissional?
- ✓ O curso que está fazendo é de fato o que você se identifica?
- ✓ Sua intenção ao sair da EEEP é ir para o mercado de trabalho ou para a universidade?
- ✓ Qual a importância do projeto de vida para a sua formação?
- ✓ E o empreendedorismo? Qual a sua contribuição?